



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HOTELARIA E TURISMO –
PPHTUR

PEDRO ÂNGELO PINHEIRO DE FREITAS

**SEJAM BEM-VINDXS AO VALE: Territorialidade afetiva e lazer da
comunidade LGBTQIAPN+ no centro do Recife/PE**

**Recife
2025**

PEDRO ÂNGELO PINHEIRO DE FREITAS

**SEJAM BEM-VINDXS AO VALE: Territorialidade afetiva do lazer da
comunidade LGBTQIAPN+ no centro do Recife/PE**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Hotelaria e Turismo da Universidade
Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Hotelaria e
Turismo

Área de concentração:
Hospitalidade.

Orientador: Profº. Dr. José Roberto Ferreira Guerra

**Recife
2025**

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Freitas, Pedro Ângelo Pinheiro de.
Sejam bem-vindxs ao Vale: territorialidade afetiva e lazer da
comunidade LGBTQIAPN+ no centro do Recife/PE / Pedro Angelo
Pinheiro de Freitas. - Recife, 2025.
153f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação
em Hotelaria e Turismo, 2025.

Orientação: José Roberto Gerreira Guerra.

Inclui referências e apêndices.

1. Territórios LGBTQIAPN+; 2. Territórios Afetivos; 3.
Pertencimento. I. Guerra, José Roberto Gerreira. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, em sessão pública realizada de forma remota, teve início a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulada SEJAM BEM-VINDXS AO VALE: Territorialidade afetiva e lazer da comunidade LGBTQIAPN+ no centro do Recife/PE do mestrando Pedro Ângelo Pinheiro de Freitas, na área de concentração Hotelaria e Turismo, sob a orientação do Prof. Dr. José Roberto Ferreira Guerra. A Comissão Examinadora foi aprovada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 22 de abril de 2025, sendo composta pelos examinadores: Profa. Dra. Denise Clementino de Souza, da Universidade Federal de Pernambuco; Prof. Dr. Cesar Alves Ferragi, da Universidade Federal de São Carlos. Após cumpridas as formalidades conduzidas pelo presidente da comissão, professor José Roberto Ferreira Guerra, o candidato ao grau de Mestre foi convidado a discorrer sobre o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso. Concluída a explanação, o candidato foi arguido pela Comissão Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder, ao mesmo, a menção APROVADO. Para a obtenção do grau de Mestre em Hotelaria e Turismo, o concluinte deverá ter atendido todas às demais exigências estabelecidas no Regimento Interno e Normativas Internas do Programa, nas Resoluções e Portarias dos Órgãos Deliberativos Superiores, assim como no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade, observando os prazos e procedimentos vigentes nas normas.

Dr. CESAR ALVES FERRAGI

Examinador Externo à Instituição

Dra. DENISE CLEMENTINO DE SOUZA, UFPE

Examinadora Interna

Dr. JOSE ROBERTO FERREIRA GUERRA, UFPE

Presidente

PEDRO ANGELO PINHEIRO DE FREITAS

Mestrando(a)

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe e irmã que incessantemente me encorajam e apoiam para sempre continuar melhorando e tentando melhorar o mundo.

Agradecimentos

Início este momento agradecendo ao Instituto Federal de Pernambuco pelo apoio durante essa trajetória permitindo que focasse completamente na produção dessa pesquisa. E da mesma forma agradeço ao PPHTUR e ao meu orientador Professor José Roberto Ferreira Guerra pela parceria e confiança ao longo desses dois anos.

Agradeço também a todos os meus colegas e principalmente a meus alunos que me incentivam constantemente a não estagnar e me manter curioso.

Agradeço especialmente a Clara, Jane e Sandra, colegas que ao longo desse processo deram não somente apoio, mas críticas, conforto e solidariedade.

Aproveito o momento para também lembrar de todos os amigos queridos que me ouviram comentar as dificuldades e ofereceram um ombro sincero ou sugestões, às vezes impublicáveis, mas nunca me desestimularam ou diminuíram a importância do que esse projeto significou para mim. Em especial Marília, Debbie, Paulo e Rapha, tem uma parte de vocês incluída nesses textos.

As pessoas com quem cruzei durante as observações, com quem troquei conversas rápidas, brindes de refrigerante e conselhos de segurança, meu muito obrigado por permitirem que eu fizesse parte dessa experiência com vocês.

E as 15 pessoas que disponibilizaram, não só tempo, mas também suas histórias, dores, verdades e alegrias. Meus mais sinceros agradecimentos por fazerem parte desses relatos.

Por fim a todas as pessoas LGBTQIAPN+ que muitas vezes sentem que não tem espaço, ou que não pertencem. Meu carinho e solidariedade. Estes Territórios são seus.

Ainda vamos escrever muito sobre nós mesmos.

A gente que é Bicha, tem que ficar perto das Bicha.

(Mel)

RESUMO

O Lazer é um direito fundamental para a manutenção da saúde física, mental e social dos indivíduos, entretanto, nem todos os cidadãos podem desfrutar desse direito de maneira equivalente, grupos minoritários como os LGBTQIAPN+ acabam tendo uma maior dificuldade de acesso a espaços e atividades de lazer por diversos problemas sócio econômicos, destacando-se entre eles a exclusão e a violência LGBTfóbica. Essa exclusão acaba obrigando esses indivíduos a encontrar espaços onde sejam aceitos e possam expressar sua individualidade em segurança. Estes espaços através da convivência acabam ganhando significância e tornando-se territórios, um espaço seguro onde estas pessoas podem se sentir pertencentes e partilhar experiências e vivências. Estes territórios podem se organizar de diversas formas mas comumente surgem a partir de um espaços periféricos revitalizados por estas comunidades. Essa base periférica permite que estas comunidades se apropriem do espaço com baixa disputa com os grupos dominantes, reduzindo assim o risco de violência e exclusão. Em Recife um destes espaços é o espaço existente entre os cruzamentos com a Rua das Ninfas até o cruzamento com a Rua dos Médicis, espaço tradicionalmente ocupado pela população Queer há décadas e que serve de refúgio pra esta comunidade até os dias de hoje. Durante a execução deste trabalho foi realizado um acompanhamento etnográfico do espaço somado a entrevista com participantes do território que demonstraram que o espaço tem uma importância fundamental pra comunidade Queer da cidade do Recife sendo o único território e referência pra esta população, embora tenham sido apontadas diversas dificuldades ocorrentes no território pela inação do poder público que acaba interferindo com a experiência dos participantes. Entretanto o território se mantém ativo e frequente, sendo qualificado como um local de pertencimento por 85% dos entrevistados. Outros dados demonstram a capacidade do território em oferecer um espaço seguro pra que os indivíduos possam experimentar, expressar e descobrir suas próprias identidades, além de um espaço seguro onde possam buscar relações de afetos sem risco de lgbtfobia. Entre os pontos negativos observados, o aumento da violência, a sensação de fragilidade da comunidade e o abuso de substâncias são apontadas com maior frequência. Assim é possível perceber que o território, mantém sua função de funcionar como um espaço seguro, onde a comunidade Queer pode se relacionar e interagir, mas também sofre com a falta de apoio do poder público

Palavras Chave: Territórios LGBTQIAPN+, Territórios Afetivos, Pertencimento LGBTQIAPN+

ABSTRACT

Leisure is a fundamental right for the maintenance of individuals' physical, mental, and social health. However, not all citizens are able to enjoy this right equally. Minority groups, such as the LGBTQIAPN+ community, often face greater difficulties in accessing leisure spaces and activities due to various socio-economic issues, among which exclusion and LGBTphobic violence are particularly significant. This exclusion compels these individuals to seek out spaces where they are accepted and can express their individuality safely. Through collective coexistence, these spaces gain meaning and are transformed into territories—safe spaces where individuals feel a sense of belonging and can share experiences and life stories. These territories can be organized in various ways, but commonly they emerge from revitalized peripheral spaces occupied by these communities. Their peripheral nature allows these groups to appropriate the space with less competition from dominant groups, thus reducing the risk of violence and exclusion. In Recife, one such territory is the area stretching from the intersection with Rua das Ninfas to the intersection with Rua dos Médicos, a space that has been traditionally occupied by the Queer population for decades and continues to serve as a refuge for this community today. During the course of this study, an ethnographic monitoring of the territory was conducted, complemented by interviews with participants, which revealed the fundamental importance of this space to the Queer community in Recife. It was identified as the only recognized territory and point of reference for this population, although several challenges were reported, particularly regarding the lack of public authority support, which negatively impacts the experiences of participants. Nevertheless, the territory remains active and frequently visited, with 85% of interviewees identifying it as a place where they feel a sense of belonging. Further data highlights the territory's capacity to provide a safe environment where individuals can explore, express, and discover their identities, as well as form affective relationships free from the threat of LGBTphobia. Among the negative aspects observed, the increase in violence, the community's perceived vulnerability, and substance abuse were the most frequently cited issues. Thus, it is evident that while the territory continues to fulfill its role as a safe space for the Queer community to interact and build relationships, it simultaneously suffers from the lack of governmental support.

Keywords: LGBTQIAPN+ Territory, Affective Territory, LGBTQIAPN+ Belonging

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e demais identidades de gênero
GLS	Gays Lésbicas e Simpatizantes
OIT	Organização Internacional do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
FNS	Fórum Nacional de Segurança
IPEA	Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada

Lista de Figuras

Imagem 01 - Regiões Político Administrativas da cidade do Recife	16
Imagem 02 – Localização Geográfica: Centro do Recife	16
Imagem 03 – Mapa do Bairro Boa Vista, Recife – PE	17
Imagem 04 – Mapa de Concentração da Manoel Borba	64
Imagem 05 – Manoel Borba durante o dia 01	64
Imagem 06 – Manoel Borba durante o dia 02	65
Imagem 07 – Fotos do Vale 01	65
Imagem 08 – Fotos do Vale 02	66
Imagem 09 – Fotos do Vale 03	67
Imagem 10 – Boate Metrópole – Frente	68
Imagem 11 – Metrópole em dia de Evento	69
Imagem 12 – Conchitas – Frente	70
Imagem 13 – Conchitas Interno	71
Imagem 14 – The Bear - Frente	73
Imagem 15 – Pop House - Frente	74
Imagem 16 – Fiteiro da Manoel Borba	76
Imagem 17 – The Place, Primeiros bares a ter público na noite	77
Imagem 18 – Movimentação do Espaço próximo às 23:00 (Sexta Feira)	78
Imagem 19 – Fiteiro Funcionando como apoio para os novatos no espaço	79
Imagem 20 – Consumo de Bebida no Território	82
Imagem 21 – Catadores de Lata em Ação no espaço	84
Imagem 22 – Núvem de códigos encontrados	88
Imagem 23 – Gráfico de Códigos aptos a Categorização	100
Imagem 24 – Gráfico de Códigos por Categoria	101
Imagem 25 – Expressão de gênero Livre	105
Imagem 26 – Expressão de gênero Livre 02	106

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Caracterização dos Entrevistados	86
Tabela 02 – Códigos Recolhidos em entrevista	88
Tabela 03 – Códigos divididos por total de repetições	91
Tabela 04 – Código divididos por aparições únicas	95
Tabela 05 – Códigos aptos para categorização	99
Tabela 06 – Códigos e Referências	101
Grafico 01 – Códigos por Categorias	102

SUMÁRIO

1	Introdução	15
1.1	Problematização a Pesquisa	20
1.2	Pergunta da Pesquisa	21
1.3	Objetivos do Estudo	21
1.3.1	Objetivo Geral	22
1.3.2	Objetivos Específicos	22
1.4	Justificativa da Pesquisa	22
2	Referencial Teórico	23
2.1	LGBTQIAPN+: Identidades Múltiplas, exclusões similares	24
2.2	Lazer: Do Repouso a Construção da identidade	32
2.3	Território: Identidade e Convivência	42
3	Procedimentos Metodológicos	60
3.1	Coleta de dados	60
3.2	Análise de dados	64
4	Resultados e Discussões	66
4.1	Percebendo o Espaço	66
4.2	Sobre a Experiência no Espaço	77
4.3	Resultados da Entrevista	88
4.3.1	Discussão dos Códigos aptos	104
4.4	Melhorias possíveis e dificuldades associadas	137
5	Considerações finais	139
	Referências	143
	Apêndice I	153
	Apêndice II	155

1. INTRODUÇÃO

O direito ao lazer está disposto no 6º artigo da constituição federal brasileira (BRASIL, 1988), como direito social que deve ser gozado por todos os cidadãos brasileiros sendo obrigação do estado garantir esta condição. Embora haja grande discussão sobre o que pode ou não ser classificado como lazer, não há dúvidas sobre a importância do lazer dentro de uma sociedade. Galante (2007) descreve o lazer como o espaço propício para busca de cidadania e dignidade humana, já que é através do lazer que os indivíduos buscam saciar a integralidade das necessidades humanas, sejam elas corporais, manuais, de sensibilidade ou de sociabilidade. Joffre Dumazedier, um dos pioneiros dos estudos do lazer, também pontua que o lazer tem função de promover o descanso, reduzir a fadiga e oferecer divertimento e desenvolvimento dos indivíduos envolvidos. (Dumazedier, 2004).

Entretanto é importante saber que o lazer não é uma opção presente equitativamente, devido a barreiras de cunho social e econômicas que limitam o acesso de parte da população ao lazer. Ou seja, comunidades periféricas têm maior dificuldade de acessar mecanismos e programas de lazer. E dentre estas comunidades é preciso destacar que aspectos culturais segmentam ainda mais este grupo como no caso da população LGBTQIAPN+ que historicamente mostra-se uma comunidade marginal dentro da marginalidade da sociedade. Por isso, a intervenção do poder público na forma de políticas e projetos de gestão públicas que atuem sanando essas necessidades específicas das populações afetadas mostra-se tão necessária (Marcelino, 2001).

Entretanto, devido a uma série de razões, a resposta do Estado às necessidades destas comunidades principalmente periféricas mostra-se ineficazes ou inexistentes o que obriga que estas comunidades desenvolvam métodos próprios de sanar suas dificuldades sem o apoio ou gerenciamento do Estado. A essa estrutura de solução de problemas damos o nome de informalidade. É importante salientar que dentro do escopo deste trabalho usaremos o conceito de informalidade em uma aplicação mais ampla e não ligado diretamente ao mercado de trabalho ou imobiliário. Informalidade será entendido como um processo catalisador que permite a estas comunidades

buscarem formas criativas de lidar com dificuldades percebidas fora do controle ou supervisão do Estado.

Uma das principais formas destas comunidades buscarem formas de lidar com estas dificuldades experimentadas pela inação ou inefetividade do poder público na oferta de lazer é a criação de espaços de lazer comunitários, que contemporizam os valores e necessidades da comunidade. Esses espaços passam a retratar a cultura e os costumes de seus participantes e ao longo do tempo acabam por impulsionar um sentimento de pertencimento das pessoas da comunidade que gerenciam ou se utilizam destes espaços.

Hutta (2020) ao estudar sobre as dimensões simbólicas dos espaços afirmou que um espaço que representa características de uma comunidade e pelo qual a comunidade tenha zelo e apreço, pode tornar-se um território. Esse aspecto de território não é diretamente ligado ao recorte físico do espaço embora tenha relações com a dominação física do local em uma dialética com o conceito de territorialidade que será explorado mais à frente. Doravante neste texto grafaremos Território em destaque de caixa alta quando estivermos referindo ao Território como resultado desta vivência sociocultural destes espaços comunitários diferenciando do território utilizado apenas como delimitação física de um espaço.

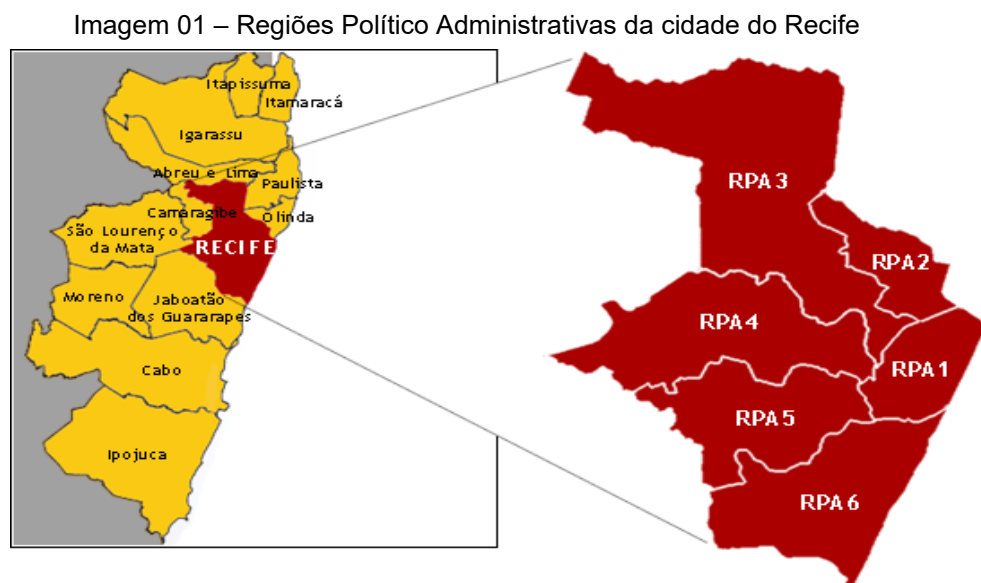
Quando falamos sobre periferialidade em um contraste com a comunidade LGBTQIAPN+ é possível perceber que estes dois contextos se sobrepõem largamente. Macedo (2017) propõe que a LGBTFobia e a cultura “Macho”, onde há uma hipervalorização da expressão da masculinidade, obrigam que pessoas dissidentes deste padrão tenham suas vivências encapsuladas a áreas privadas, excluindo-as de expressar sua sexualidade e características em ambientes públicos. Assim é promovido um tipo de “higienização” cis-héteronormativo que não aceita a convivência ou permanência destes indivíduos destoantes nestes espaços. E apesar do crescente movimento de reconhecimento de direitos legais e sociais das pessoas LGBTQIAPN+ ainda há uma resistência muito forte na convivência com estes indivíduos em diversos espaços sociais. Garcia (2019) escreve dizendo que essa exclusão aplicada a esses membros, é uma das razões pelas quais esta comunidade acaba por criar seus próprios espaços de convivência onde possam se expressar com menor

risco de violência e assédio. Estes espaços criados geralmente ocupam áreas periféricas, de fácil acesso a estas comunidades e que sofrerão menos disputas do público externo.

Estes territórios usualmente são gerenciados pela própria comunidade muitas vezes de forma autônoma trazendo uma série de questões desde estruturas de organização, até empoderamento e pertencimento. A informalidade rege a criação e manutenção destes espaços permitindo que a comunidade pense e atue em ações que reduzam ou resolvam os problemas percebidos por elas e que não são tratados de forma oficial, ou quando são acabam sofrendo com a ação homogeneizada do sistema público que não se preocupa com as particularidades da comunidade em questão. Os efeitos destes espaços na comunidade são perceptíveis não só no âmbito físico, mas também no modo como esta população se altera e interage com seus indivíduos.

Um desses territórios existentes em Recife é o Corredor da Rua Manoel Borba, também conhecido como “Rua do Conchitas” ou vale dos Homossexuais, que é um fragmento do centro da cidade composto por estabelecimentos comerciais espalhados ao longo da avenida Manoel Borba, em uma área de 4 quarteirões, entre os cruzamentos com a Rua das Ninfas até o cruzamento com a Rua dos Médicis.

Recife é a capital do estado de Pernambuco e é uma cidade subdividida em 6 regiões Político Administrativas (RPA):



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife

eram divulgados exclusivamente através do boca a boca entre os participantes e não duravam muito tempo nos mesmos espaços por medo de retaliações. Somente com a evolução das lutas por direitos civis e visibilidade das comunidades LGBTQIAPN+ nos anos 60 e 70 que estes espaços começaram a se permitir uma visibilidade maior e uma inserção na vida noturna da cidade.

Nesse contexto o bairro da Boa Vista se mantinha pioneiro, não só pelo surgimento do primeiro clube de grande porte e investimento voltado pra receber esse público, como também pelo aparecimento dos primeiros bares que recebiam este público de forma aberta e exposta. Muitos destes bares estabelecimentos, mal vistos inicialmente pela sociedade como pontos de encontro de prostituição e "trambicagem" foram absorvidos pela comunidade Queer por suas semelhanças em exclusões e reconduzidos como espaços de inclusão no centro da cidade. Essa convivência do bairro com esse público, era facilitada por alguns fatores como o bairro ser majoritariamente comercial o que reduzia o trânsito de público durante as noites e fim de semana, e também por sua natureza boêmia em sua arquitetura e utilização dos espaços além da proximidade com zonas periféricas da cidade que eram notoriamente utilizadas como áreas de prostituição e criminalidade como a região portuária do Recife.

Em relação a avenida Manoel Borba, no trecho destacado para este estudo, o início da ocupação do espaço pela população Queer se dá em 1979 com o surgimento do Clube Misty. Um casarão localizado na esquina da Manoel Borba com a rua das Ninfas foi adquirido por um empresário local, e transformado em um clube com a ideia de oferecer um espaço seguro para a população GLS da época se encontrar e celebrar sua existência. A Misty também foi pioneira na cidade em trazer números de transformistas e artistas queer para se apresentarem durante suas festas. A população LGBTQIAPN+ da cidade abraçou a ideia do espaço rapidamente, lotando a casa todos os fins de semana, e mantendo um público cativo que frequentava a boate e incluía aqueles que permeavam na entrada e arredores do espaço mas não entravam seja por medo de serem apontados, ou por superlotação do espaço. Mas a presença do público ocupando a rua nos arredores do estabelecimento era tão frequente que iniciou um processo de criação de outros estabelecimentos, pequenos comércios

próximos ao espaço durante o dia tinham seu funcionamento normal a noite passavam a vender bebidas e receber o excedente deste público.

Essa relação do público com a rua e com a Misty em si apenas evoluiu ao longo do tempo, e mesmo com o fim do espaço em 1993, o público não abandonou a convivência e sensação de pertencimento que o espaço tinha adquirido. No lugar da Misty diversos outros empreendimentos surgiram como a Doutor Freud, a Dancing Queen e atualmente a Metrópole todos focados em capitalizar e expandir esse público Queer que continuava se fazendo presente e cada vez mais crescente, permitindo que aquele ponto de encontro que surgiu na esquina da Manoel Borba com a rua das Ninfas se expandisse pelos quarteirões próximos, atraindo um público maior, com mais diversidade e transformando aquele espaço em um dos principais espaços seguros pra comunidade LGBTQIAPN+ da cidade.

1.1 Problemática da pesquisa

Pesquisas sobre territórios afetivos LGBTQIAPN+ são um movimento recente dentro dos estudos urbanos e talvez por isso ainda haja uma lacuna entre os processos de territorialização afetiva e espaços urbanos na cidade do Recife.

Foi realizada buscas no repositório da Capes utilizando os termos “Território LGBT”, “Território Queer”, “Pertencimento LGBT” e “Territórios Afetivos LGBT” num intervalo temporal de 2014 a 2023 buscando manter os artigos encontrados não tão distantes da realidade atual. Foram encontrados dezenas de trabalhos que faziam menção a LGBT, Queer e território, mas em sua grande maioria a expressão território era utilizada apenas para descrever a região na qual o estudo havia sido formulado.

Entre os arquivos encontrados foram possíveis observar 9 artigos que utilizavam LGBT e Territórios em condições similares às estudadas nesse texto, embora em 4 deles o Território seja uma ideia subjetiva como a Arte, literatura etc. Apenas 5 dos trabalhos encontrados utilizavam a ideia de um espaço urbano brasileiro utilizado como espaço de pertencimento e validação identitária para o público LGBTQIAPN+, demonstrando uma grande lacuna nos estudos dedicados a este tema no país.

Esse trabalho surge da necessidade de sanar essa lacuna. Incorporando as teorias aplicadas na construção da ideia dos territórios afetivos, aos espaços específicos encontrados no município em questão.

A escassez de trabalhos que se debruçam sobre esses territórios e seus participantes demonstra de certa forma parte do processo de exclusão que essa comunidade sofre, ultrapassando os limites sociais e adentrando os acadêmicos. Abordar a importância dos territórios afetivos LGBTQIAPN+ na cidade do Recife, é importante para entender o modo como esses espaços deixam de ser apenas um conceito físico de lugar e tornam-se uma representação cultural destas comunidades periféricas em sua resistência e resiliência nas ações cotidianas de lazer e sociabilidade.

Esses territórios Afetivos são uma resposta direta ao processo de exclusão de identidades que fogem da heteronormatividade reinante na sociedade e se demonstram em diversos aspectos, religiosos, sociais, de trabalho e no caso de estudo do trabalho presente, de lazer. É importante salientar que o espaço estudado não representa o único território LGBTQIAPN+ na cidade, porém sua localização central e estabilidade durante as décadas como um “santuário” para o público LGBTQIAPN+ acabam tornando o espaço “Rua do Conchitas” um candidato excelente para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Assim, este estudo visa não somente observar as características do espaço físico deste território, mas também – e principalmente, seus participantes e o modo como eles interagem entre si. O modo como se organizam e o sistema de representações culturais e sociais que se desenvolvem nesse território. Buscando iniciar um diálogo sobre identidade e pertencimento e expondo esse sistema de exclusão que continua afetando essas comunidades de maneira desigual.

1.2 Pergunta De Pesquisa

Como são constituídos os espaços de lazer percebidos como territórios afetivos para a comunidade LGBTQIAPN+ da cidade do Recife?

1.3 Objetivos do estudo

1.3.1 Objetivo geral

Compreender como espaços de lazer são percebidos como territórios afetivos para a comunidade LGBTQIAPN+ no centro da cidade do Recife.

1.3.2 Objetivos Específicos

- A) Analisar as dinâmicas do território LGBTQIAPN+ no centro do Recife por meio dos seus espaços físicos e do seu público;
- B) Investigar os usos que a comunidade LGBTQIAPN+ atribui à região analisada;
- C) Explorar as estratégias de defesa e inclusão utilizadas pela comunidade para criar e manter esses espaços;
- D) Identificar os processos de transformação do espaço pela comunidade LGBTQIAPN+.

1.4 Justificativa da Pesquisa

A comunidade LGBTQIAPN+ mesmo em toda sua diversidade, segue sendo sub-representada no que tange seus direitos básicos, nesse caso lazer. A lacuna existente em pesquisas de lazer que se conectem com esse público é preocupante. É importante que possamos gerar dados que permitam analisar quais as demandas reais desta comunidade dentro desse aspecto, e suas principais dificuldades no que tange o conceito de lazer público. Esses dados são necessários para futuros diagnósticos e possivelmente melhorias nas políticas públicas que envolvam o tema LGBTQIAPN+ e a garantia do lazer.

O Brasil segundo Ferguson e Ferguson (2023) é o 32º país do mundo mais seguro para o público LGBTQIAPN+, tendo bons marcos em direitos individuais e trabalhistas, bem como em relação à união homoafetiva e adoção. Entretanto como os autores também atestam, o Brasil é o país com maior incidência de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ especialmente pessoas transexuais com uma taxa de 8.25 mortes por milhão de habitantes o que traz um número de 1841 mortes violentas de pessoas transexuais no período de 2008 a 2023 segundo relatório do *TransRespect vs Transphobia* (2024). Cabe ainda salientar que esses números são retirados de casos denunciados e investigados

como mortes violentas, podendo o número real ser ainda maior com a subnotificação de violência LGBTQIAPN+ e o apagamento da identidade das vítimas por questões morais e sociais.

Esses dados apesar de parecerem discrepantes, mostram que o Brasil como estado se preocupa em garantir direitos sociais básicos a pessoas LGBTQIAPN+ como casamento, união estável e o fortalecimento das leis antidiscriminatórias no setor trabalhista e de saúde, porém a violência urbana, continua sendo um problema marcante em especial com esta comunidade pois o estigma de pertencer a esse grupo minoritário acaba potencializando o risco de sofrer violência, especificamente em suas identidades mais periféricas. O que reforça a necessidade destes grupos se sentirem seguros e representados em espaços que abraçam suas identidades e experiências como os Territórios construídos por eles.

Esses territórios, como dito anteriormente, ultrapassam o limite do conceito físico de espaço representando a construção de laços emocionais e sociais entre a comunidade e o território, reafirmando sua identidade e gerando uma sensação de pertencimento para seus membros. Por esse motivo pode-se compreender os territórios afetivos como um ato de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ contra um sistema que a exclui.

É necessário que esses territórios sejam mapeados e estudados para que se compreenda o modo como essas comunidades se apropriam e utilizam desses espaços, quais os desafios que enfrentam e quais suas necessidades na manutenção e utilização destes espaços. Através da pesquisa e mapeamento desses espaços, espera-se fornecer dados valiosos que auxiliarão no entendimento dessas comunidades muitas vezes desassistidas, inclusive na elaboração de projetos e políticas de Estado mais abrangentes e inclusivas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Durante a discussão sobre a problemática do trabalho ficou claro que o foco principal desta pesquisa era o entendimento sobre o que eram e como funcionavam os Territórios, em especial o que acabou eleito como objeto de estudo. Portanto, a lente principal de observação deste trabalho seriam os

estudos da geografia do pertencimento e territórios afetivos. Porém estes territórios não se fundamentam de maneira uniforme, sendo sua experiência altamente contextualizada a partir de sua comunidade e função desempenhada por ela. Assim surgiu a necessidade de entender melhor sobre a população que fundou e usufruir destes espaços, bem como o motivo pelo qual esses territórios mostraram-se necessários. Para obter essas respostas acabaram sendo escaladas as 3 teorias que melhor auxiliaram na investigação e obtenção das respostas às perguntas propostas por essa pesquisa. LGBTQIAPN+, Lazer e Territórios.

A pesquisa sobre a comunidade LGBTQIAPN+ foi iniciada para entender quem eram os membros desta sigla, e que comportamentos e costumes eram compartilhados entre eles, qual era o sentido de comunidade que todas estas identidades representadas nesse acrônimo comungavam. De forma quase imediata, foi percebido que o primeiro ponto que atravessava todos desta comunidade era a exclusão. Ainda que em riscos e graus diferentes, toda comunidade discrepante da idéia cis-hétero-normativa que se mantém em poder, sofre alguma forma de exclusão. Porém da mesma forma que a exclusão se mostra presente uniformemente, a resiliência também se demonstra como força locomotora das interferências ocasionadas pelos membros desta comunidade em busca de equidade, acesso e visibilidade.

2.1 LGBTQIAPN+: Identidades Múltiplas, exclusões similares

LGBTQIAPN+ é a sigla utilizada para retratar a comunidade composta de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e tendo o sinal do mais (+) como referência para as demais identidades que possam ser abraçadas nesse acrônimo. Queer é um termo da língua inglesa que foi introduzido no léxico inglês por volta de 1500 tendo o sentido de ser estranho, peculiar ou esquisito. No final do século XIX, esse termo passou a ter uma utilização ofensiva, derogatória em relação aos homossexuais por estes não se enquadrarem a norma hétero da época. Por volta de 1980, o

termo foi retomado pela comunidade na LGBTQ que o empoderou de forma a refletir seu valor de diferente de maneira positiva (LEXICO, 2019).

Pensadores como Judith Butler (2017) e Teresa de Lauretis (1994) postularam sobre a teoria de gênero utilizando uma abordagem na qual a definição de gênero não se dava pelo sexo e sim pela construção do indivíduo, não havendo assim masculino ou feminino, apenas a construção do indivíduo baseado em suas experiências com masculinidades e feminilidades. A este conceito foi dado o nome de teoria Queer. Hoje em dia o termo Queer pode ser utilizado para definir qualquer identidade sexual dissidente do padrão heteronormativo. Abarcando uma grande quantidade de identidades e expressões de gênero e sexual.

A comunidade LGBTQIAPN+ não é um fenômeno novo, e embora dentro do contexto desse espectro tão diverso fazer parte de um pensamento moderno, se formos estruturar que comportamentos dissidentes do padrão hétero-normativo são a base da comunidade queer, podemos situar sua observação e construção histórica a épocas bastante remotas. Goethe, um prolixo escritor e poeta alemão tem a si uma frase atribuída na qual afirma que a homossexualidade é tão antiga quanto a própria humanidade. E de acordo com diversos historiadores, essa afirmação se mostra correta.

Bileski (2018) em sua pesquisa sobre a historiografia da homossexualidade, acaba destacando que as relações homossexuais se mostravam presentes em diversas culturas em partes distintas do globo. Ele cita o código de Hamurabi (XVIII a.c.) onde havia descrições de atividades e recompensas para homens e mulheres jovens que se dispusessem a ter relações sexuais com homens nos tempos. Outros exemplos ainda mais antigos estão datados em um conglomerado de ilhas do pacífico onde hoje situam-se Nova Guiné, Fiji e Salomão, que a cerca de 10 mil anos atrás utilizavam o sexo ritualístico entre homens como forma de obter favores divinos e conhecimento. (Bileski, 2018). É importante salientar que não é possível analisar o modo como

essas relações se desenvolviam em sua época com a visão ética e social de hoje em dia sem cair em uma armadilha anacrônica.

Na sociedade grega e romana tidas como clássicas, era comum o relacionamento sexual entre homens desde que obedecessem a algumas regras sociais, um homem podia ter relações com seus escravos desde que o escravo fosse a parte passiva do relacionamento, assim como era comum a presença de jovens prostitutos em estabelecimentos próprios para satisfazer homens da sociedade. Homens adultos que se relacionavam com outros homens de forma passiva, eram motivos de chacota, e perdiam seus status sociais e direitos a posse e cargos públicos. O hábito de se relacionar entre os homens era tão normalizado que era uma prática comum aos homens da sociedade apadrinharem jovens rapazes da sociedade. Dentre as funções desse apadrinhamento estava a educação dos jovens em relação à política, cultura e trâmites sociais, e também a iniciação sexual deles, que serviam seus mentores sem nenhum ônus social, até que atingissem a vida adulta. A partir da maioridade, esses jovens passaram a ingressar na sociedade e podiam apadrinhar outros rapazes, assumindo agora o papel de ativo nas relações. (Vainfas, 2011)

É interessante perceber que a preocupação com a imagem da masculinidade nesse aspecto representando dominação e poder, era mais importante do que a escolha do parceiro. Um traço que se mantém de certa forma incutido dentro da sociedade inclusive queer até os dias de hoje. Bileski (2018) complementa falando sobre a cultura grega que era comum aos filósofos e pensadores da época se relacionarem com aprendizes, o que consideravam inspiradores, enquanto as relações com as mulheres se davam com o intuito de reprodução.

As relações homossexuais femininas, têm menor destaque nos textos acadêmicos embora elas também se encontrem presentes ao longo da história, Sandra Boehringer, escreve em seu livro que devido as sociedades se desenvolverem de forma patriarcal e machista, os relatos cotidianos e das participações femininas são bastante reduzidos, homens não costumam se importar com a vida sexual das mulheres, muitas vezes negando inclusive a

existência delas. Mulheres como personagens sexuais estavam destacadas apenas como prostitutas, ou personagens de histórias que serviam unicamente para seduzir homens e realizar seus desejos. Porém a autora afirma que as relações homoafetivas femininas eram bastante proeminentes na Grécia e Roma Clássica, porém muito pouco discutida inclusive entre as mulheres, por medo de retaliação e alienação social (Boheringer, 2021).

Apenas no século IV com a popularização do Cristianismo através da conversão de Constantino, o sexo passou a ser visto como algo voltado especificamente para procriação. Apenas pessoas casadas poderiam praticar e a obtenção de prazer através do sexo passou a ser vista como algo errado e socialmente inaceitável. Assim as relações homossexuais passaram a ser proibidas e seus registros mascarados na história. A expansão do islamismo no século VI auxiliou a potencializar a ideia de que relações sexuais deveriam ser utilizadas apenas para reprodução penalizando mais uma vez as relações homoafetivas. (Bileski, 2018)

Em uma visão mais localizada Trevisan (2018) e Fernandes (2017) escrevem sobre os indígenas brasileiros e suas vivências no campo das experiências sexuais. Em ambos os trabalhos os autores apresentam peculiaridades de tribos distintas, mas que detinham uma normalidade na aceitação de relações homossexuais. Em algumas havia uma performatividade do indivíduo passivo, que por vezes se vestia e realizava funções tidas como femininas, em outras, não havia separação entre os participantes dessas relações. Entretanto a ideia da superioridade da masculinidade já se mostrava presente, com os participantes ativos destas relações, obtendo mais poder e direitos do que os participantes passivos. Embora nenhum dos autores descreve comportamentos recriminatórios voltados para os indivíduos passivos destas relações. Um ponto que os dois autores concordam também é sobre a participação dos colonizadores portugueses no processo de demonização dessas relações através da catequização desses indivíduos e da implementação dos costumes eurocentrados que traziam de Portugal. Fernandes descreve em seus textos cartas escritas pelos portugueses ao começarem a observar os costumes destes indivíduos relatando-os como selvagens sem domínio do

próprio povo, que cediam à luxúria e comparando as terras brasileiras com as cidades bíblicas de Sodoma e Gomorra.

Trevisan (2018) por seu lado traz pontuações mais focadas na convivência dos indivíduos e sua vivência sexual, como o hábito dos jovens das tribos se masturbarem em grupos separados entre homens e mulheres, mas não havendo discriminação entre eles. Porém, como ambos os autores afirmam a dominação portuguesa na região, transforma os relacionamentos homoafetivos em crime, o que mantém os indivíduos LGBTQIAPN+ a margem da sociedade, escondendo suas identidades ou vivendo em situações precárias de exclusão e violência.

Apenas no Século XIX os movimentos sociais começam a ganhar corpo e incluir os indivíduos LGBTQIAPN+ em suas pautas. O movimento por direitos LGBTQIAPN+ (na época conhecido como movimento de direitos GLS) se inicia no Brasil na década de 1970, com a criação do primeiro movimento organizado na cidade de SP, o Grupo de Afirmação Homossexual - SOMOS e a primeira edição do “Lampião da Esquina” a primeira revista de circulação nacional sendo produzida para o público “GLS” a partir de um ponto de vista Homossexual, ambas situações ocorreram no ano de 1978, como resposta a perseguição que o governo da época apresentava a pessoas de identidades não hétero. É importante expor que embora tenham sido caracterizadas como os primeiros exemplares de organização social-política LGBTQIAPN+, houve outros grupos e outras publicações voltadas para o público queer, porém nenhuma com a fomentação política e o poder de alcance dos exemplos citados. (Bortolozzi, 2019)

Nas décadas seguintes os movimentos sociais foram ganhando força e através de ações políticas, públicas e sociais foram conseguindo gerar visibilidade e maior aceitação e equidade para as pessoas *queer*. Essas conquistas permitiram evoluções nos protocolos médicos e legais que obtiveram ganhos fundamentais para as pessoas LGBTQIAPN+ como o tratamento gratuito e permanente para HIV durante o foco da pandemia de HIV nos anos 80 e 90, as leis trabalhistas anti-discriminação, e o casamento civil entre pessoas do

mesmo gênero. E embora essas evoluções sejam marcantes, ainda existe uma série de problemáticas que precisam ser trabalhadas.

É importante manter em foco que não há um consenso sobre a quantidade de pessoas LGBTQIAPN+ no mundo ou no Brasil. Porém Spirizi (2022) investigando os cálculos de autodeclaração, estima que 12% da população brasileira se identifique com alguma identidade de gênero considerada Queer. Ele ainda cruza os dados com o do Censo de 2022, chegando ao número de aproximadamente 19 milhões de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil.

A violência é um perigo constante dentro da comunidade LGBTQIAPN+. Pesquisas apontam que uma pessoa Queer tem entre 4 a 25% mais chances de sofrer violência do que um homem hétero cisgênero (Spizirri, 2022). Essa violência se dá em diferentes eixos de sua vivência, seja no ambiente familiar, profissional, social ou inclusive hospitalar. Um ponto destacado é o grau de variação dessa escala, que é percebido devido a comunidade LGBTQIAPN+ se apresentar bastante diversa não sendo composta apenas por homens gays, mas sim um coletivo de diversas identidades representadas, o que faz com que diferentes representações tenham um nível de risco de exposição a violência diferenciado.

Karla Akotirene (2019) escreve em seu livro sobre interseccionalidade que o grau de risco de desigualdade social, podendo ser expansível a essa exposição a violência, é distribuído observando uma intersecção geralmente atribuída a gênero, raça e classe. Nessa escala podemos observar que apesar de todos estarem em risco de violência Lgbtfóbica, homens gays cis brancos, tem uma probabilidade muito menor de sofrerem violências quando equiparados a mulheres trans negras, provavelmente o grupo de maior vulnerabilidade dentro da sigla.

Esse recorte mostra-se importante pois a imagem automática mais comum que surge quando se fala em LGBTQIAPN+ geralmente é composta de homens e mulheres brancos, corpos, padrões, classe social elevada e alto poder aquisitivo. E apesar dessa representação existir dentro da comunidade, na realidade ela corresponde a uma fração diminuta quando comparada a totalidade

dessa população na qual a maioria é invisibilizada inclusive em programas institucionais e públicos que visam auxiliar a população LGBTQIAPN+.

Essa invisibilidade traz outras problemáticas mais complexas para a vivência desses indivíduos, uma vez que se não são enxergados, logo não são entendidos como membros da sociedade. Butler (2017) escreve que por isso a exclusão social é ainda mais acirrada entre corpos destoantes da regra normativa, homens que representam uma feminilidade acentuada, mulheres que representam uma masculinidade acentuada, mas principalmente, entre mulheres e homens transexuais, que são impedidos de acessar um convívio social pleno e em muitas situações direitos básicos como trabalho, atendimento médico de qualidade, e acesso ao lazer e sociabilidade comum.

Ainda causa estranheza em muitas pessoas a presença de pessoas trans em “espaços sociais”, na praia, shopping centers e parques públicos. A população em geral sabe que essas pessoas existem, mas a falta de contato e visibilidade de seus corpos gera um conflito que causa estranheza e desconforto na presença destes corpos. O que conduz, além de uma série de outras problemáticas, a situações de violência e exclusão social. Segundo Lacan (1998), a lógica aplicada a normatização é forjada na formação de comunidades de gozo, que se criam a partir da aliança entre o capital e a ciência pactuada em torno da homogeneidade e esse sistema exclui de maneira feroz, qualquer vestígio de diferença, o que impede a integração da diversidade pelo estabelecimento de um sistema de exclusão.

Sobre a grande predominância de áreas de certa forma periféricas concentradas pela população LGBTQIAPN+ voltamos a Macedo (2017) e Garcia (2019) que explicam que isso se dá por uma série de exclusões que ocorrem cotidianamente. A cidade por si só é um fator, sendo um organismo de constante disputa política, uma arena na qual a regra da heteronormatividade se aplica com grande força, tentando forçar uma coesão que não necessariamente existe.

Castells (1983), enquanto estudava as relações sociais baseadas na geografia, postulou que toda dinâmica urbana é repleta de tensões e conflitos que necessitam ser resolvidos pelos agentes (sociedade) que estão inseridos

nela, e que entre os pontos principais se destacam o de ocupação espacial e a criação de um padrão ideológico baseado nos costumes da sociedade vigente, no caso do Brasil uma base colonial-escravocrata, que demarca que partes da cultura, relações, direitos e identidades são tratados como corretos. O ponto central dessa observação é que esse padrão se movimenta apenas ao lado mais próximo a sua realidade ideal, tentando manter uma hegemonia baseada em determinados critérios morais fixos, que promovem a segregação e por fim a exclusão de pessoas marcadas como indesejadas, inadequadas, indecentes, como a população LGBTQIAPN+. Essa criação de um grupo indesejado de fora do padrão socialmente esperado, potencializam desigualdades, não apenas pela divisão espacial, entre a cidade que é acolhida pelos serviços públicos e a que é negada, mas também pelo processo de “guetização”, que acaba mostrando-se uma forma de autoproteção daquela comunidade que passa em alguns casos a evitar acessar as partes que “não lhe cabem” a fim de evitar respostas violentas.

Essa percepção é apoiada por Barros et al (2019) que afirma que demonstrações de afetos e trejeitos comuns a essa comunidade também são vistos como problemáticos ou enfrentados com violência, coagindo as pessoas LGBTQIAPN+ a buscar espaços menos disputados na cidade, geralmente em áreas de baixo interesse onde possam agrupar-se e sentir-se seguros, fomentando os espaços conhecidos como guetos.

O conceito de gueto não é novo, inclusive em sua versão Queer. Martin Levine (1965) já escrevia sobre bairros e cidades periféricas onde pessoas LGBTQIAPN+ se sediava e construíam locais seguros onde podiam conviver e expor sua realidade com menor risco ou violência. Esses espaços apesar de serem inclusivos sofriam com a negativa de acesso a outras questões como serviços públicos e mobilidade social.

Medeiros, Filho e Souza (2022) complementam ainda que a segregação transcende a mera delimitação geográfica e se manifesta por meio da guetização. Tanto em áreas centrais quanto periféricas, os espaços designados para a comunidade LGBTQIAPN+ são delineados e segregados, impedindo sua plena participação nas atividades urbanas, o que contribui para o processo de

marginalização e exclusão desses indivíduos. Diante dessa complexidade, a subversão LGBTQIAPN+ pode apenas persistir e progredir por meio de processos de protagonismo coletivo, plural e organizado, que englobam diversas dimensões do tecido social.

Essas áreas historicamente marginalizadas acabam servindo de santuário para essas comunidades que as transformam através de sua vivência em território. A maior visibilidade hoje da comunidade LGBTQIAPN+ faz com que esses espaços se tornem mais conhecidos e de certa forma disputados, atraindo pessoas de fora dessa comunidade para conhecer os espaços e as vivências ali atribuídas, o que em alguns casos acaba iniciando um processo de gentrificação que pode ocasionar em uma nova exclusão dessa comunidade em seus espaços de sobrevivência.

2.2. Lazer: Do repouso a construção da identidade

Entender a função do lazer e o que sua falta direciona para as comunidades periféricas vai permitir que o estudo contemple de maneira mais acertada a função que os territórios precisam desempenhar e a sua importância dentro da comunidade. Para tanto, devemos estudar a origem da expressão lazer, através de seus pesquisadores principais, e como esse sentido foi se alterando ao longo de sua experiência, incluindo novas atividades, e novas sociabilidade, mutando-se ao tempo em eu estava inserido, mas mantendo sua função básica de gerar conforto e repouso, enquanto auxilia nas trocas sociais e garante a criação de experiências partilhadas entre seus usuários gerando um senso de identidade e a partir daí de pertencimento.

Assim podemos entender que lazer como conceito é um assunto multifacetado e complexo, ultrapassando a ideia de uma simples pausa nas obrigações cotidianas e profissionais. O momento de repouso físico para recuperação da energia para o retorno ao trabalho acabou dando espaço para uma interpretação mais focada no bem-estar do indivíduo, não só físico, mas também um relaxamento mental. Esse conceito acabou evoluindo ao longo do tempo demonstrando a importância do lazer além dos momentos de reposição energética e descanso para um processo indispensável de socialização e

construção de referências. Dumazedier (1972) já considerava o lazer como uma expressão cultural e social das comunidades envolvidas nas atividades de lazer, significando que o lazer não era único e inflexível, ele era contextual e expressivo, sendo adaptado de forma a captar as necessidades e preferências de cada grupo social que o partilhava, seja em expressão social, regionalidade ou por propagandas midiáticas que eram absorvidas por seus praticantes.

Essa ideia de lazer como ferramenta de representação de costumes e símbolos também foi percebida por Galante (2006) quando afirmava que o lazer é uma ferramenta indispensável para que os indivíduos pudessem saciar necessidades básicas humanas como sociabilidade, sensibilidade e outras, compartilhadas por seus grupos de afinidades.

Há ainda uma questão importante no que tange às funções do lazer, que é sua natureza pedagógica, tanto no sentido clássico de aprendizado formal quanto em uma função de troca de experiências, culturas e saberes. Neto (2018) defende a importância desta função afirmando que em sua forma mais pura, o lazer é uma das principais ferramentas de transformação social, por permitir que experiências sensoriais sejam compartilhadas refletindo valores e culturas de uma forma lúdica.

Podendo ser investigado por diversas abordagens, o lazer é comumente explorado a partir de perspectivas psicológicas ou sociológicas. Neulinger (1974) em sua teoria do tempo livre enfatiza a importância do lazer na autorrealização e para o desenvolvimento humano. Convergindo com o que Elias e Dunning (1992) relatam comparando o lazer como um espaço social onde as normas sociais podem ser temporariamente suspensas. Essas perspectivas ampliaram a compreensão do conceito de lazer, indo além das atividades recreativas e passando a abranger experiências que vão contribuir para o bem-estar do indivíduo como um todo.

A discussão sobre as origens históricas do lazer são um ponto de atrito entre pesquisadores até hoje, e grande parte dessa questão vem da dificuldade de convergência sobre a caracterização do lazer. Existe uma resistência ainda à discussão sobre as diferenças entre ócio e lazer, embora já possam ter tido

sentidos semelhantes, hoje é possível definir limitações entre os termos em sua própria definição. Segundo o dicionário Aurélio ócio é o tempo em que não há ocupação, momento de inação ou repouso. Já em sua definição de lazer o mesmo dicionário, já traz em sua caracterização “tempo que sobra do cumprimento das obrigações, aproveitável para o exercício de atividades prazerosas”. Esse pequeno texto já auxilia na diferenciação primordial entre ócio e lazer. O Lazer exige a satisfação de algo no indivíduo, não simplesmente a ausência de obrigação e repouso, mas a participação em uma atividade que gere satisfação em algum campo específico do indivíduo. (ÓCIO, 2024; LAZER, 2024)

Dias (2022) exemplifica a questão acima quando fala que não podemos igualar Lazer com tempo fora do trabalho, tendo em vista que o tempo que não se passa trabalhando em ofício não necessariamente deixa de enquadrar alguma atividade pertinente ao indivíduo como o culto ou a necessidade de sobrevivência a intempéries dos tempos antigos e que essas atividades não necessariamente se enquadram como Lazer por serem obrigatórias e inerentes a seu sustento. Outro teórico que converge com essa teoria é Dumazedier (2008) quando diz que “o tempo fora do trabalho é evidentemente tão antigo quanto o próprio trabalho, porém o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da revolução industrial”. Esse recorte vai ser importante ao entender como a melhor gerência do tempo do trabalhador a partir da Revolução industrial vai influenciar o modo como o lazer se desenvolve e será discutido mais à frente. Podemos finalizar essa questão com o pensamento de De Almeida (2021) que afirma que diferente do ócio, o lazer é uma prática comum aos seres humanos, tendo um espaço de execução específico e variando de acordo com as convenções sociais de classe e afinidades de grupos nos quais o indivíduo encontra-se inserido.

De um ponto de vista legal, Canotilho (2018) relata que como vários outros direitos sociais, o lazer não tem seu conteúdo explicitamente descrito no texto constitucional, porém como tem relação com diversas normas constitucionais de cunho protetivo, podemos intuir que o direito ao lazer também desfruta dessa função protetiva, sendo então função do Estado o dever de assegurar condições que permitam o acesso a atividades e ações de lazer para toda a população. Ou

seja, dentro do entendimento jurídico, o direito ao lazer reflete a necessidade de garantias específicas tais como repouso semanal, limitação de jornada de trabalho, proibição de trabalho infantil visando garantir que haja uma disponibilidade para a integração em atividades que visem bem-estar físico, mental e social. Além da criação, manutenção e gerenciamento de espaços que permitam que essas atividades sejam ofertadas a população como um todo de maneira segura e saudável.

Como dito anteriormente, a revolução industrial foi um dos maiores marcos no estudo do lazer, pois foi a partir da industrialização que o capitalismo se acentuou como principal sistema produtivo e a valorização do tempo tanto trabalhado quanto livre tomou proporções mais acentuadas. A luta por direitos trabalhistas, entre elas férias e descansos programados permitiram aos indivíduos entenderem a necessidade do lazer e dedicar-se a ele com maior ênfase. Oliveira et al (2023) comenta sobre esse tema que a partir da escassez do tempo advindo da adoção do capitalismo como base, os trabalhadores passaram a valorizar muito mais o tempo que dedicavam ao lazer, programando atividades mais elaboradas as quais tinham o principal intuito de oferecer prazer aos participantes.

As atividades de lazer em grupo tornaram-se mais prevalentes à medida que os trabalhadores ganharam mais tempo livre e rendimento disponível. Os meios de comunicação social, especialmente a televisão e atualmente a internet, desempenharam um papel significativo na promoção e na definição destas atividades. Não só proporcionou novas formas de entretenimento, mas também influenciou a forma como as pessoas passavam o seu tempo de lazer e interagiam umas com as outras. À medida que a sociedade continua a evoluir, a relação entre o lazer e os meios de comunicação de massa continua a ser uma parte dinâmica e integrante do desenvolvimento cultural (Coriolano, 2020).

Brasileiro (2013) afirma que o lazer na sociedade contemporânea está em constante transformação, moldado por fatores diversos que incluem avanços tecnológicos e as transformações das estruturas sociais. Sendo necessário compreender esses fenômenos para acompanhar a evolução na concepção do que é lazer no atual contexto histórico. O autor também pondera que as redes

sociais emergem como plataformas que não apenas refletem, mas também influenciam as atividades de lazer contemporâneas. O compartilhamento de experiências de lazer torna-se uma parte integral do processo, moldando as percepções individuais e coletivas sobre o que é considerado uma atividade de lazer significativa.

O que Coriolano e Vasconcelos (2014) concordam e contribuem para o tema falando sobre o modo como a tecnologia tem um papel primordial na definição do que é lazer contemporâneo. A inserção de experiências digitais, como streaming de vídeos, música e jogos online são uma realidade que vem crescendo tomando espaço e demonstrando o modo com a sociedade interage entre si e consome lazer. Coriolano (2020) ainda complementa que essa nova expressão de lazer desafia as tradições embora esteja presente em diversos grupos socioeconômicos, preservadas suas diferenças.

Essa utilização dos meios virtuais como forma de lazer é uma vertente crescente na sociedade, tendo seu crescimento sido constante e duradouro, segundo o relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023 promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 92,5% dos domicílios brasileiros possuem alguma forma de acesso a internet. Os usos mais frequentes são por meio de *smart tvs*, onde 42,5% dos domicílios possuem serviço de streaming de mídia digital, notebooks e celular. O público dessas redes também se alterou, em 2023 87,2% dos jovens com 10 anos ou mais já fazem uso recorrente da internet e 66% dos indivíduos com mais de 60 anos, enquanto em 2016 os números eram de 66,1% e 24,7% respectivamente. (IBGE, 2024)

Sobre a presença brasileira nas redes virtuais Volpato (2020) elencou um ranking dos principais aplicativos utilizados por brasileiros, no qual ele aponta o Facebook (130 milhões de contas cadastradas) como o maior aplicativo de uso nacional seguido pelo WhatsApp (120 milhões de contas cadastradas) e Youtube (105 milhões de contas cadastradas), outros aplicativos de destaque nessa esfera de comunicação e sociabilidade online no Brasil são o Instagram, Tiktok, Twitter e Snapchat (VOLPATO, 2020). É importante salientar que esses números provavelmente sofreram uma grande alteração durante a pandemia de Covid-

19, pois com a limitação do contato social externo, as redes sociais tiveram que suprir essa função de socialização com maior afinco.

Um dos mercados de maior crescimento no Brasil ligado ao lazer online é o mercado de jogos. Segundo a Pesquisa *Gamer Brasil* (PGB) 2023, 74,5% dos brasileiros jogam algum formato de jogo online, sendo a preferência por jogos mobile com 48,3% dos usuários. Almeida (2022) faz alguns comentários sobre como o universo de jogos online o Brasil desponta como o terceiro maior mercado mundial, perdendo apenas para China e Estados Unidos, o que demonstra a força desse modelo de lazer que hoje já se mostra mais financeiramente atraente do que o Cinema para investidores.

Coriolano (2020) segue afirmando que além da tecnologia, mudanças nas estruturas familiares e nos padrões de trabalho também desempenham um papel significativo na configuração do lazer contemporâneo. A flexibilização das jornadas de trabalho e a busca por um equilíbrio entre a vida profissional e pessoa, são fatores que influenciam diretamente nas escolhas das atividades de lazer. As escolhas de atividades passam a se adequar a individualidade e a rotina variável de cada um. Entretanto Marcelino (2010) faz um contraponto dizendo que o desejo por uma vida mais saudável, comum atualmente através da difusão das mídias sociais, acaba sendo também um fator a ser levado em conta na hora de selecionar as atividades de lazer na sociedade moderna. Atividades ao ar livre, esportes e o turismo sustentável passam a ser opções frequentes nas escolhas de indivíduos que buscam relaxamento através de bem-estar físico e mental.

O autor ainda continua explicando que compreender essa evolução no modo de pensar o lazer é crucial para que se possa desenvolver estratégias que promovam uma melhoria no acesso a oportunidades de lazer que estejam alinhadas com os valores e as necessidades da sociedade contemporânea. (Marcelino, 2010). Assim as políticas públicas têm uma função central na

promoção de um ambiente variado e acessível para o desenvolvimento de práticas de lazer enriquecedoras e inclusivas.

Assim, o lazer é contextualizado na sociedade em que está inserido, portanto representa também seus costumes e valores, por isso segundo Reis e Martins (2020) quando interpomos as esferas de lazer e identidade de gênero e sexualidade, é possível perceber como algumas atividades e experiências de lazer são moldadas socialmente para refletir padrões que se esperam de uma ideia normalizada de gênero e comportamentos sexuais. Ao nos debruçarmos um pouco mais nesse ponto é possível intuir o modo como ainda hoje estereótipos de lazer “de homem” e “de mulher” ainda são fortes na sociedade, gerando atritos principalmente entre os indivíduos que se recusam a perpetuar essa visão. Porém é importante salientar que mesmo que essas normas de condutas esperadas existam, espaços de lazer por muitas vezes ainda oferecem um espaço seguro para que indivíduos possam se expressar fora dessas normas binárias, não somente em relação a sua identidade, mas também a sua não conformidade com o status quo do sistema social. Isso ocorre, pela contextualização do lazer ser comunitária, e estar inserida dentro da comunidade a qual pertence, e sendo o indivíduo pertencente e aceito dentro de sua comunidade esse espaço de lazer deve refletir esse mesmo preceito. (Almeida & Lugli, 2018)

Meyer e Silva (2020) reforçam a ideia anterior afirmando que é nos espaços de lazer que a comunidade LGBTQIAPN+ primeiro se encontra para se reunir e compartilhar experiências criando uma rede de apoio e segurança. A autora cita clubes noturnos, eventos voltados para comunidade Queer, festivais de música como espaços nos quais essas comunidades podem se sentir pertencentes e aceitas, sendo capaz de se expor livremente dentro de seu espectro de identidade e sexualidade.

Entretanto, é preciso lembrar que apesar dos avanços sociais que ocorrem, ainda existe uma série de desafios para uma situação de inclusão plena da comunidade LGBTQIAPN+ nos espaços de lazer. Almeida e Lugli (2018) comentam sobre experiências negativas de pessoas Queer, ao ingressarem em

espaços que não são inclusivos, sendo recebidas com rechaça e ironia, o que afasta essas pessoas de um convívio pleno fora de seus espaços seguros.

Meyer e Silva (2020) e Reis e Martins (2020) ambos escrevem falando sobre como a necessidade de entender como essa intersecção entre lazer e identidade de gênero e sexualidade é um ponto chave para criação de espaços inclusivos e que isso perpassa pelo poder público através de leis e programas de governo que busquem equidade e inclusão. Porém um outro ponto que os autores apresentam fala sobre a representatividade dessa comunidade na mídia. E a forma como a normalização desses corpos e identidades não normativos em atividades de lazer e em expressão livre de suas vivências poderia impactar positivamente a sociedade gerando um processo de maior aceitação e inclusão nesses espaços.

É interessante lembrar que o direito ao lazer como trabalhado anteriormente é um ponto essencial para saúde mental e bem-estar de qualquer indivíduo, como os membros da comunidade LGBTQIAPN+, portanto é importante que suas atividades de lazer e seus espaços não sejam restringidos ou cerceados. Tavares e Isayama (2014) ainda pontua que a participação de pessoas queer em atividades de lazer em espaços públicos de forma segura, permitiria não só a inclusão desta comunidade, mas também a melhora na percepção da comunidade em geral sobre diversidade e identidades de gênero desmistificando estes indivíduos e criando uma comunidade mais tolerante.

Silva e Isayama (2020) postulam que reconhecer o direito ao lazer é extremamente relevante. Uma sociedade justa e igualitária não pode ser construída em um sistema onde nem todas as comunidades podem desfrutar dos mesmos espaços sociais e culturais. Santos (2014) ainda menciona que em relação a direitos humanos, o lazer é considerado um componente direto da dignidade humana, deixando de ser considerado apenas como atividade recreativa. Os autores também concordam quando falam que o passo inicial para combater a exclusão social e a marginalização das comunidades é fornecer acesso a lazer inclusivo. O que significaria reconhecer e respeitar tanto formas

diferentes de lazer como a expressão individual dos participantes dessas atividades em qualquer espaço de lazer público.

Porém o acesso não só ao lazer, mas a diversos benefícios sociais por grupos marginalizados sofrem uma disparidade gigantesca quando se leva em conta os fatores socioeconômicos, geográficos e até mesmo culturais. Essas disparidades influenciam inclusive a disposição destes grupos em atuar nas atividades de lazer, impedindo que parte dessa população tenha acesso a experiências enriquecedoras tanto no lazer como em outras áreas.

Sobre essas disparidades, Tavares e Matos (2021) escrevem em seu trabalho sobre o modo como as cidades são planejadas atualmente, e que as áreas de lazer cada vez mais são escondidas por trás de opções privadas. O interesse imobiliário e corporativista vem pouco a pouco transformando e privatizando áreas de lazer em espaços onde apenas parte da população que tem acesso financeiro pode usufruir. O lazer público vem sendo reduzido e é função do Estado desenvolver dispositivos legais que possam organizar e desenvolver programas e atividades de lazer que influem todos os segmentos sociais.

Mas quando se fala de acesso ao lazer, não se leva em conta apenas sobre a ação do modelo de gestão pública ou do setor imobiliário. Outros fatores tão importantes quanto, atuam com a desigualdade financeira que assola boa parte da comunidade LGBTQIAPN+. Silva (2021) pontua sobre esse tema que um fator a ser observado é que a discriminação e violência nos locais de trabalho, reprime essa população, principalmente em seus recortes mais sensíveis, expulsando-a desses trabalhos o que limita suas opções econômicas refletindo assim em suas capacidades de escolha de lazer e outros setores do seu cotidiano. O autor faz ainda um adendo sobre o papel da mídia, que não muitas vezes age de forma sensacionalista, não normalizando essas pessoas no mercado de trabalho e assim auxiliando na proliferação desse estigma.

Nascimento, Rabelo Neto e da Silveira (2023) discutem em seu trabalho o modo como a população LGBTQIAPN+ é tratada nos espaços de lazer dentro de uma sociedade que a exclui. Seu trabalho menciona como as barreiras sociais

e estruturais presentes na sociedade impactam negativamente a experiência dessa população. Discriminação, negativas de atendimento e em alguns casos hostilidade acabam restringindo o acesso a esses espaços mesmo de pessoas da comunidade que façam parte de um grupo financeiramente capaz de acessar esses espaços.

Além disso, é importante lembrar que mesmo quando não são impedidas de acessar esses espaços, ações discriminatórias e inclusive fisicamente violentas são um risco presente em espaços públicos como ginásios e centros recreativos, o que impõe ainda mais uma exclusão para essa comunidade. Há ainda o risco de agressão em eventos tradicionais como festas públicas, o que acaba gerando uma situação ainda maior de restrição para essa população. (Davoli E Da Silva, 2020)

Essa discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+ não se limita aos espaços físicos. Isayama (2020) comenta que pessoas Queer são muito mais propensas a sofrer ataques de cyberbullying em espaços virtuais, como comunidades, jogos e chats, o que limita inclusive as opções de lazer online. Esse dado traz a possibilidade de intuir que a hostilidade contra pessoas LGBTQIAPN+ transcende o pertencimento físico e a presença espacial, há uma tentativa de cancelar totalmente qualquer tipo de convivência com essas pessoas, demonstrando um desejo de não existência para esta comunidade.

A educação e a sensibilização da sociedade é, na opinião de Silva (2021), o modo mais efetivo de alterar essa realidade. Alianças e redes de apoio na comunidade LGBTQIAPN+ e que estendam suas atividades para a sociedade em geral são importantes para que essa comunidade seja vista, percebida e incluída. O Estado tem um papel primordial nesse processo, através de proteções antidiscriminatórias mais abrangentes e ações de inclusão não só social, mas também econômica dos membros dessa comunidade para que possam interagir de maneira mais efetiva dentro da sociedade.

Pereira et al (2020) complementa falando sobre a necessidade de celebrar a cultura LGBTQIAPN+ em festivais e eventos específicos que auxiliem a sociedade geral a se sentir mais próximas desta comunidade. Além da criação

e manutenção de espaços de lazer e sociais inclusivos. Os autores também reforçam a necessidade da intervenção do Estado na implementação de ações governamentais de inclusão social da parte mais periférica da comunidade. Isayama (2020) converge com os autores e acrescenta que a necessidade de representação da comunidade LGBTQIAPN+ nos órgãos decisórios é urgente, assim como participação desses representantes na promoção das atividades de lazer e cultura para auxiliar na criação de estratégias e pontes que tragam inclusão como pauta recorrente nas discussões.

Ainda no tópico de métodos para reduzir a exclusão no acesso ao lazer, Silva (2021) afirma que campanhas de conscientização vão desempenhar um papel de impacto vital na busca por mudanças nesse cenário. E destaca sobre a importância de fomentar o empoderamento individual e a auto aceitação e autoexpressão das comunidades ainda excluídas. É importante para o autor que a comunidade se sinta tão parte da sociedade quanto qualquer outra, para que possam criar uma comunidade inclusiva e que seja capaz de trabalhar e agir em conjunto superando desafios.

Nascimento, Rabelo Neto e Da Silveira (2023) bem como Davoli e da Silva (2022) concordam em suas exposições relatando que a busca por mudanças no que tange o acesso ao lazer para a comunidade LGBTQIAPN+ é um desafio em um panorama multifacetado e interligado. As abordagens necessárias para intervir nesse processo precisam ser holísticas e interconectadas. Os autores acreditam que a evolução natural da sociedade vai emergir como um grande catalisador dentro desse processo de transformações positivas, mas é imperativo a ação da comunidade, através de movimentos e advocacia social, exigência do apoio do estado em eventos inclusivos, e promoção de ações socioeducativas que promovam a equidade e o fim da marginalização dessas comunidades.

2.3 Território: Identidade e Convivência.

Para analisar o modo como estes territórios se formam, se mantêm e se alteram, precisamos entender o que são esses espaços e suas relações com as comunidades que os permeiam e desenvolvem, a base para este estudo está na

geografia do pertencimento e suas vertentes de territorialidade afetiva e territórios do pertencimento. Apropriando dessa teoria é possível entender a conexão e os simbolismos que passam a ser expressos nesses espaços por seus participantes.

A palavra território tem sua origem no latim “territorium” que significa uma parcela de terra administrada politicamente, ou seja, em seu sentido primário território representa um espaço geográfico reconhecido e gerenciado de forma arbitrária. Entretanto, como diversas outras expressões científicas, tais quais a própria geografia, seus sentidos foram sendo ampliados e contextualizados a partir da evolução do pensamento crítico científico.

Com a entrada de novas correntes de pensamento nas discussões sobre territórios, especialmente vindas das ciências sociais, novos sentidos foram imbuídos ao termo, embora continue tendo uma maior frequência de utilização como representação de áreas físicas ou espaços de governabilidade. O que faz com que alguns geógrafos como aponta Silva (2015) inclusive afirmam que o território foi tão expandido em sentidos que houve um esvaziamento de seu significado, como afirmam ocorrer com “Lugar” e “Região”.

Numa tentativa de desvencilhar a ideia da abrangência da expressão território. Raffestin (1993), em seu ensaio “Por uma geografia de poder”, define que antes de discutir território é preciso entender o que é espaço, onde ele escreve:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Nesse contexto definido que o espaço é o precursor do território, temos a explicação de Santos (1996) que distingue os dois termos dizendo que o espaço não deve ser visto desarticulado do território, mas que o território precisa ser

entendido além do espaço, nas realizações e interações sociais que acontecem e se manifestam a partir daquele espaço anterior.

Dentro de uma estrutura política, o termo território continua se referindo a uma dimensão de espaço físico sob a guarda e previsão de um Estado, o que significa que todo espaço físico legal é por si um território dentro dessa definição. Fernandes (2009) ainda consegue distinguir em seus textos dimensões específicas de territórios, onde a primeira dimensão seria a física na qual a dominância do estado sobre a área geográfica do território se faria presente. E a segunda onde a utilização deste espaço seria o foco principal de sua utilização, como territórios camponeses, indígenas, quilombos etc.

Saquet (2011) critica duramente essa leitura pois ao utilizar território como espaço físico há um distanciamento ou exclusão direta das disparidades dos indivíduos que utilizam este espaço, suas experiências e necessidades. Ele aponta que a ideia de território como espaço social é se não superior, mais expressiva do que sua contraparte espaço e por isso deve ser o foco principal de atenção no processo.

Entre pontos de vista distintos, Haesbaert (2004) cunha o termo “Identidade Sócio-territorial” onde vincula as experiências sociais, culturais, políticas e econômicas de uma população a vivência nos espaços de territórios, dando-lhes sentidos simbólicos e assim criando um contexto compartilhado que dá sentido aquele território. Esses sentidos não eram compartilhados da mesma forma por todos os usuários destes espaços visto que frações diferentes da população tinham intenções diferentes de utilização dos espaços públicos, fazendo com que as populações dominantes definissem o que era comum ou não de uso para os espaços públicos de lazer social. (Santos, 1993)

David Harvey, um dos principais urbanistas de sua geração, por outro lado, tem seu enfoque no modo como os espaços evoluem e como isso se reflete na dinâmica dos macros espaços em que estão envolvidos, como no caso de bairros que se revitalizam através da ação humana e interferem na dinâmica local e da cidade como um todo. Em um de seus ensaios ele trabalha com a reestruturação de Barcelona para os jogos olímpicos de 1992 e como toda a

cidade se transformou através desse evento e se ressignificou tanto para a população local, quanto para o público externo (HARVEY, 2015).

A ideia de uma identidade social amparada em um território não é nova desde a década de 1970 alguns geógrafos como Yi Fu-Tuan começaram a aplicar teorias das ciências sociais ao estudo da geografia, trazendo questões sobre o uso do espaço e a relação do ser humano com ele. Contemporâneo a Fu-Tuan, Edward Relph descreve os modos como o local influencia as pessoas de maneira recíproca a forma como é influenciado por elas. Esse marco de uma geografia humanista, voltada para a dimensão da relação entre indivíduo e espaço, acabou ganhando forma e estrutura nos anos seguintes, tornando-se um braço forte das pesquisas geográficas. (HOLZER, 2013)

Esse ramo da pesquisa geográfica focado no modo como o indivíduo e o espaço adquirem contexto através de símbolos e sentidos criados por interações sociais acaba sendo denominado de Geografia do pertencimento. Tendo entre seus defensores, pesquisadores como Milton Santos. Santos em seu trabalho sobre o espaço e suas relações defende que a realidade do espaço, não é única e que é construída através de significações construídas pela comunidade que partilha deste espaço. Sendo assim uma dimensão dinâmica e contextual, não tendo inclusive um sentido único, dependendo da interpretação de seus indivíduos através de suas experiências anteriores, para atingir um estado de pertencimento. (Santos, 2008).

Doravante é necessário que entendamos também o conceito de pertencimento no pensamento social. Pertencer a algo é mais do que estar presente junto a um grupo, necessitando um aparelhamento de ideias e contextos que trazem identificação comum e experiências, similares, Dioneis Mathias em seu texto ao tentar conceituar o pertencimento dentro de uma esfera teórica propõe o pertencimento como um motriz principal das ações sociais humanas que se inicia ainda na relação materna e se estende ao longo de toda a vida do indivíduo. Ou seja, a busca por pertencer e sentir-se parte de um

contexto social vai estar sempre presente como um dos fatores que influenciam o modo como o indivíduo se porta ou interage com outros. (Mathias, 2023)

Uma das primeiras formas perceptíveis de pertencimento fora do núcleo familiar é o pertencimento geográfico. A nacionalidade como conceito social é um parâmetro amplo que abrange um pertencimento mais espacial do que social, tendo em vista que a ideia de “nacionalidade” em muitos casos como no Brasil não apresenta fatores culturais ou normativas sociais compartilhadas definidas. Temos por hábito quando crianças imaginam o indivíduo nacional, como se automaticamente inerente ao fato de termos nascido no Brasil, nos identificamos como brasileiros e pertencemos ao partilhamento social ideal do Brasil. Por outro lado, Calhoun (2017) explica no seu trabalho sobre a formação da ideia do nacionalismo que a imaginação de um espaço partilhado é fruto de um esforço de agrupamentos sociais que têm interesses em comum na instauração e manutenção de um status quo que os represente baseados em suas normativas sociais e costumes, trazendo sua agenda e propósitos para construção desse espaço social.

Seguindo por essa ideia é possível entender que simplesmente nascer em um determinado local, não imediatamente o transporta ao ideal de pertencimento do mesmo sendo necessário um exercício de partilhamento de contextos como costumes, ideais e principalmente intenção de fazer parte desse vínculo social Brubaker (2010) descreve esse processo enquanto fala sobre a “nacionalização” de migrantes, pois mesmo legalmente sendo inseridos no contexto de um país com passaporte e permissão de estadia, eles não fazem parte daquele grupo social até partilharem seus costumes, metas e ideais.

É importante entender esse processo para expor que pertencimento está diretamente ligado a um contexto social, que independe de fronteiras geográficas ou físicas. E mesmo assim esse processo mostra-se plural e hierárquico, pois mesmo partilhando experiências sociais semelhantes, os indivíduos têm contextos socioeconômicos distintos os fazendo pertencer a diversos grupos

tendo eles uma hierarquia própria muitas vezes definida pelo próprio indivíduo baseado em uma interseccionalidade.

Durante as últimas décadas essa linha de pensamento foi foco de diversos trabalhos, e por isso foi sendo alterada e enriquecida com novos conceitos que se mostraram válidos para o andamento da pesquisa social dentro da geografia. Dentre esses conceitos, destacamos para o andamento deste trabalho o conceito de Territorialidade afetiva, e sua relação com pertencimento, afinal a proposta de discutir território nesse trabalho é além da ideia geográfica dele. Segundo Santos (2001) e De Oliveira (2020) o conceito de Território – como tema de interesse nessa pesquisa- vai além do que se pode delimitar geograficamente, é um conceito plural que inclui o espaço físico, porém o interliga com as relações sociais, culturais e políticas que são desenvolvidas pela população que ocupa este espaço. Essas vivências e relações moldam a ideia do espaço fazendo com que a limitação física dele seja apenas um detalhe, carregado de sentidos e simbolismos próprios da comunidade a qual este território pertence.

De Amorim (2018) ainda complementa apoiado por Andrade e Silveira (2020) quando diz que os elementos tangíveis como solo, edificações, vias de transporte e de recursos naturais, são as partes que se pode ver e tocar, fazem parte da descrição física do território. E que esses aspectos físicos vão sim interferir diretamente na qualidade de vida das pessoas que usufruem do território. Porém todo o processo de socialização que ocorre nesses espaços, as relações de poder e afeto. Estas relações dão sentido ao espaço para a comunidade, os laços emocionais e afetivos não são limitados pelas fronteiras espaciais. O território passa a ser um ponto de sociabilização e pertencimento onde se desenrolam dramas sociais da vida cotidiana desta comunidade.

De Oliveira (2020) ainda sobre o conceito dos territórios lembra que os territórios por estarem intimamente ligados às comunidades a qual pertencem não podem ser considerados estáticos, e sim estruturas dinâmicas e em constante transformação. Os Territórios são alterados e redesenhados em seus significados a partir das mudanças sociais que ocorrem em suas comunidades, sejam elas resultados de processos naturais como crescimento demográfico,

mudanças climáticas ou intervenções humanas, como políticas públicas, projetos de urbanização, processos de evasão ou invasão urbana.

Andrade e Silveira (2020) complementam ainda que existe a possibilidade de os Territórios serem construídos sem que haja um espaço físico relacionado a eles, como é o caso dos territórios virtuais, simbólicos ou emocionais. Ele exemplifica as redes sociais como um Território virtual onde as pessoas frequentam um espaço não físico, mas se relacionam, trocam experiências e dão sentido aquela vivência entre um grupo pertencente. Festas itinerantes e festivais são exemplos também de Territórios que não necessitam de espaços físicos limitantes.

A dimensão afetiva do Território segundo Ribeiro e Hustner (2019) vai estar ligada às experiências pessoais dos indivíduos que participam desse Território. Suas memórias e sentimentos criam uma conexão com sua comunidade através desse espaço. Esse simbolismo partilhado torna-se significativo para a comunidade gerando um pertencimento entre seus participantes. Neto (2021) complementa que essa territorialidade afetiva não surge de maneira instantânea, nem os territórios são estruturas únicas para cada indivíduo. As relações com o Território vão se fundindo ao longo do tempo, no modo como esse espaço e as relações vão ocorrendo nas vivências de seus participantes, e podem ocorrer em diversos espaços ao mesmo tempo, como na escola, no trabalho, em um espaço de lazer partilhado por um grupo etc. Cada espaço pode tornar-se um Território desde que carregue consigo uma carga emocional partilhada que reflita as experiências e vivências das pessoas que partilhem este Território.

Sobre a função dos territórios afetivos, Lima e Silva (2020) expõe em seu trabalho que os aspectos simbólicos dos Territórios é subjetivo e decifrável pelo compartilhamento de sentidos ofertado pela comunidade que o vivencia. Um local pode ser percebido como seguro, acolhedor e familiar por um grupo de pessoas, enquanto em outro grupo pode trazer sentimentos de estranheza, desconforto e trauma. Essa percepção da função do espaço é traduzida pelas experiências que formaram este espaço em Território e necessárias para compreendê-lo desta forma. Neto (2021) ainda afirma que a importância dos

Territórios afetivos para as comunidades é sua capacidade de promover pertencimento. Se sentir parte de um território, fortalece os laços sociais e culturais das pessoas que o partilham. Quando um espaço se torna significativo para uma comunidade, ele torna-se ponto de encontro e troca de experiências. Um local de conexão desses indivíduos com sua comunidade.

Carvalho et al (2019) converge no assunto pontuando que essa conexão emocional com o Território tende a gerar práticas de cuidado e preservação do espaço pela comunidade, pois os indivíduos tendem a valorizar e proteger os espaços com os quais têm laços afetivos importantes, o que indica que a territorialidade afetiva pode agir como catalisador de uma conservação de patrimônios culturais. Entretanto é importante ressaltar que a experiência com o Território não é universal, o mesmo espaço pode provocar emoções e evocar significados diferentes entre indivíduos de grupos sociais, culturais e étnicos diferentes, o que deve ser levado em conta ao analisar e compreender os efeitos desses Territórios em uma comunidade (Hutta, 2020; Lima & Da Silva, 2020).

Ainda que seja considerado um espaço coletivo, os Territórios não são um espaço livre de disputa. Por serem intuídos a partir de significados e valores emocionais, existe sempre a possibilidade de que disputas e rivalidades surjam a partir de noções diferentes de utilização do espaço bem como relevância e controle. Essas disputas podem surgir a partir de questões geográficas, culturais, étnicas ou políticas. Em alguns casos Territórios podem ser ressignificados a partir de novas vivências experimentadas neles ou subvertidos completamente em sua cultura criada (NETO, 2021). Entretanto Lima e Silva (2020) apesar de não diferir completamente, pontua que essas divergências raramente afetam de maneira definitiva os Territórios, já que são uma fonte de resistência e empoderamento para grupos marginalizados e minoritários e por isso carregam sentidos muito fortes para essas comunidades que não são alterados tão facilmente.

A territorialidade afetiva possui uma função fundamental na criação e manutenção das identidades individuais e coletivas. É através dessa territorialidade que os indivíduos conseguem interagir e sentir-se pertencentes às comunidades através das experiências compartilhadas. Entender o sentido

dessa dimensão emocional presente nos Territórios afetivos, é talvez uma forma de se promover inclusão e equidade em espaços urbanos e rurais, utilizando esses conceitos na criação de ambientes seguros, acolhedores e acessíveis para as comunidades (Hutta, 2020)

A formação de uma territorialidade afetiva é complexa e interconectada com diversos fatores, como sociais, culturais e psicológicos. Pois são esses fatores que vão moldar os vínculos emocionais que irão se desenvolver com o espaço durante o processo de territorialização. Lima e Silva (2020) propõe que desde a infância como expostos a diferentes experiências em ambientes diversos que nos trazem relações diferentes com os espaços e a representação que eles passam a ter para nós. Nós aprendemos a dar sentido aos espaços a partir das relações sociais que desenvolvemos neles desde a infância. Dessa forma é possível destacar que as relações sociais são a motriz principal da experiência de um Território.

Dentre os atores que influenciam a nossa percepção de Territórios e suas particularidades, a família é um dos principais. Desde a primeira infância somos introduzidos a diferentes ambientes domésticos e espaços divididos com familiares que vão moldar nossa percepção de como lidar com o espaço. Hutta (2020) descreve que essa convivência quase sempre deixa marcas permanentes em nossa rede sensorial. Assim se tornando um grande referencial para a construção dos futuros laços emocionais com os espaços que serão frequentados no futuro.

Além da família, outros dois fatores importantes nessa criação inicial de Territórios serão a escola e os grupos sociais na adolescência. De Farias e Gomes (2021) relatam que os espaços escolares, principalmente as áreas de socialização como pátios e áreas de trânsito são locais que geralmente carregam uma série de experiências sociais e emocionais que formulam nosso vínculo com o ambiente escolar, que vai ser um grande marco para as relações futuras com espaços físicos em grupos. Essas experiências podem variar indo desde

sensações de coleguismo e alegria, a sensação de conflitos e exclusões a partir de bullyings.

Almeida (2021) ainda complementa que além dos contextos familiares e escolares, a cultura dos grupos de pertencimento são um fator extremamente importante para formação da territorialidade afetiva, do mesmo modo que nem todo grupo familiar, ou grupo de colegas em uma escola agem e se portam da mesma forma, os valores divididos entre grupos com afinidades semelhantes vão gerar narrativas com significados e valores específicos para este Território traduzidos especificamente para este grupo.

A importância da mídia não pode ser descartada, já que representações midiáticas têm condições de influenciar expectativas e o desejo de experiências individuais. Feitosa et al (2018) exemplifica essa afirmação falando que filmes, músicas e séries que retratam locais específicos com características vibrantes, alegres e acolhedoras acabam gerando uma imagem inicial positiva que tende a moldar como vamos interagir com estes locais.

Mas é importante frisar que essas imagens criadas por indicações externas como as midiáticas, apesar de alterarem a imagem inicial de um espaço não alteram realmente o valor da experiência, em alguns casos inclusive potencializam as sensações negativas que possam ocorrer nesses espaços, como no caso da síndrome de Paris – efeito psicológico que ocorre quando a realidade de um local não representa a versão idealizada do mesmo percebida através das mídias, gerando sensação de desconforto e potencializando a percepção das características negativas da experiência.

Fatores psicológicos, como experiências individuais, traumas, medos e desejos também têm um aspecto importante na formação dos laços culturais que compartilhamos, pois acabam por moldar como o indivíduo vai se relacionar com as pessoas ao seu redor baseado nessas experiências anteriores. Como por exemplo, um indivíduo que sofreu uma experiência traumática durante sua época de escola, tende a desenvolver associações negativas a espaços de ensino e locais compartilhados em grupo que não tenha controle (de Farias e Gomes, 2018). Lima e da Silva (2020) chamam esses aspectos psicológicos de

memórias emocionais, e acreditam que essas memórias emocionais sejam responsáveis pelo maior impacto na capacidade de conexão com indivíduos e territórios

Outra linha de pensamento como a defendida por Feitosa et al (2018) acredita que a experiência de socialização pode se sobrepor a esse processo. Segundo os autores, as memórias emocionais apesar de existirem, não impedem que o indivíduo usufrua da socialização com o espaço e assim novas conexões podem se formar a partir de experiências positivas, mitigando os efeitos das experiências anteriores e fortalecendo um ideal positivo para futuras experiências em situações semelhantes.

Um fator a ser levado em conta é que da mesma forma que experiências negativas podem ser revertidas em experiências positivas, o contrário também é verdade, indivíduos que tenham experiências negativas com o Território ou seus participantes, como alienação, exclusão ou desconexão com as características presentes pode acabar sofrendo com a perda da sensação de pertencimento e em casos mais extremos perder completamente a conexão com o Território e sua comunidade (Almeida, 2018). Esses indivíduos podem desenvolver inclusive uma sensação de aversão ao espaço e aos símbolos ligados a ele e buscar refúgio e identificação em outros locais que lhe restaurar ou ofereçam novamente o sentimento de pertencimento e aceitação.

Assim, podemos concluir que o processo de formação das territorialidades afetivas é um processo complexo que atravessa diversos fatores diferentes da condição humana, especialmente as relações sociais e memórias anteriores que dialoguem com o espaço em questão. Essa dimensão emocional é o principal marco da territorialização, gerando pertencimento, segurança e bem-estar para os membros destes espaços. Portanto compreender o modo como esses espaços se formam e o modo como fortalecem as vivências de um grupo social são essenciais para promoção de espaços mais inclusivos e acolhedores. (Hutta, 2020)

Entretanto, é preciso ressaltar que o conceito de Territórios afetivos não é unanimemente aceito entre pesquisadores. Segundo Almeida (2018) os

teóricos favoráveis a essa ideia afirmam que a territorialidade afetiva demonstra uma forma legítima e significativa de vínculo emocional entre as pessoas e o espaço que ocupam. Eles afirmam que essa dimensão é essencial para que surja a construção de identidade social e pertencimento das comunidades, pois promove uma maior conexão entre elas e o ambiente em que estão inseridas.

Trazendo um contraponto, Feitosa et al (2018) afirma que os teóricos contrários ao conceito questionam a validade e relevância dessa teoria argumentando que o aspecto de territorialidade afetiva se mostra muito subjetivo e inconsistente. Variando de acordo com experiências e expectativas individuais. Eles ressaltam ainda que vínculos emocionais com espaços acabam sendo influenciados por uma série larga demais de fatores que não podem ser controlados e isso torna difícil estabelecer critérios objetivos que possam afirmar que a territorialidade afetiva realmente foi alcançada por um grupo.

Há ainda o argumento que a territorialidade afetiva pode reforçar formas de exclusão e segregação espacial, uma vez que os vínculos emocionais com os espaços podem ser utilizados como justificativa para a apropriação e controle de determinados territórios por parte de grupos privilegiados. Eles alertam para o risco de que essa dimensão emocional do território possa ser instrumentalizada para legitimar práticas de exclusão e marginalização de grupos minoritários e vulneráveis como discorre Lima e da Silva (2020)

Hutta (2020) contribuindo para o debate traz outra crítica comum ao conceito de territorialidade afetiva que é sua possível rigidez e resistência a mudanças. É posição de alguns teóricos que os vínculos emocionais atrelados aos espaços acabam por dificultar a adaptação e transformação dos Territórios. O que impediria a renovação destes espaços. Segundo esses pensadores, essa negativa em mudança pode dar início a um processo de gentrificação, que significa que algumas áreas são preservadas e valorizadas por isso em detrimento de outras. Esse processo acaba fortalecendo a exclusão e deslocamento de populações já marginalizadas.

Assim temos visto que a territorialidade afetiva, deve ser entendida como uma fonte de resistência e empoderamento para grupos marginalizados, e que

apesar de questões possíveis durante sua criação e manutenção, elas representam um refúgio e fortaleza para esses grupos, já que compartilhando o espaço e experiências semelhantes geram uma rede de apoio que valida suas vivências (de Farias & Gomes; 2021). Os autores destacam ainda como ponto principal a necessidade de valorizar e proteger estes espaços como forma de promover a inclusão e diversidade nessas comunidades.

A relação da comunidade LGBTQIAPN+ com os territórios afetivos é extensa. Pereira (2019) fala sobre o impacto significativo que esses espaços tem dentro das comunidades, gerando ambientes seguros e acolhedores onde esses indivíduos podem se expressar de maneira livre. Quando espaços que antes eram marginalizados e estigmatizados são transformados pela convivência e expressão de uma diversidade sexual e de gênero, uma mudança de paradigma ocorre, fortalecendo os vínculos da comunidade com esses espaços. Essa ressignificação não impacta somente sobre a valorização das identidades LGBTQIAPN+ mas também fortalece os laços de pertencimento dela como um grupo.

Essa ressignificação ocorre de maneiras variadas, podendo mostrar-se desde a adaptação de lugares pré-existentes como bares, boates, centros comunitários, mas também a ambientes criados exclusivamente para essas comunidades, como centros de apoio, espaços culturais, paradas de orgulho LGBTQIAPN+ e ambientes virtuais. Estes espaços tornam-se pontos de apoio e celebração dessa diversidade o que gera um senso de comunidade e pertencimento para pessoas Queer que sofreriam discriminação e violência em outros ambientes. (Mozer e Menotti, 2019)

Da Silva Lopes e De Carvalho (2019) trazem para discussão outros impactos dos Territórios afetivos optados pela comunidade Queer, falando sobre a importância que esses espaços têm na saúde e bem estar mental desta população. As autoras citam que muitos indivíduos LGBTQIAPN+ enfrentam isolamento social e falta de apoio em suas vidas diárias e isso leva a problemas de saúde mental como ansiedade e depressão. Esses espaços que funcionam como ambiente seguro e de suporte social fazem com que estes indivíduos

encontrem solidariedade e reconhecimento, reduzindo o impacto do estigma social e da discriminação em suas vidas.

Um outro grande impacto positivo desses espaços e Territórios se mostra dentro da realidade da economia local, já que os Territórios contribuem para a revitalização desses espaços urbanos e para o desenvolvimento de novos negócios e empreendimentos voltados para o público participante deste Território. No caso dos Territórios LGBTQIAPN+, é comum que bares, restaurantes, lojas e espaços culturais frequentados por essa comunidade tornam-se pontos de atração para turistas e moradores locais, gerando empregos e estimulando o comércio e o turismo nas regiões em que estão localizados. (Pereira, 2019)

Essa revitalização econômica não apenas beneficia diretamente a comunidade LGBT, proporcionando novas oportunidades de emprego e renda, mas também contribui para a diversificação e dinamização da economia local como um todo. Os espaços voltados para pessoas LGBT tornam-se parte integrante da vida urbana, enriquecendo a oferta cultural e de lazer das cidades e promovendo uma maior diversidade e inclusão nos espaços públicos e comerciais (da Silva Lopes e de Carvalho, 2019)

Entretanto Pereira (2019) faz um contraponto lembrando que nem sempre essa ressignificação destes espaços como Territórios LGBTQIAPN+ é aceita de maneira uniforme. Esse movimento pode gerar resistência e conflitos por parte de grupos conservadores e intolerantes. Espaços de vivência LGBTQIAPN+ em determinadas áreas podem desencadear reações negativas e inclusive de violência por meio de instituições e indivíduos que se opõem a diversidade sexual e de gênero. Esses conflitos apenas evidenciam a existência de estigmas e preconceitos em relação à comunidade Queer e a necessidade contínua de combater a LGBTfobia na sociedade como um todo.

Porém apesar dos desafios e resistências enfrentados, a ressignificação de espaços pela comunidade LGBTQIAPN+ tem um papel fundamental na transformação da sociedade. A criação de Territórios afetivos mais inclusivos e diversificados, proporcionam um ambiente seguro e acolhedor para pessoas

Queer que acabam promovendo o reconhecimento dessa comunidade valorizando sua existência e permitindo uma visibilidade que é importante no processo de inclusão na sociedade como um todo (Mozer e Menoti, 2019).

Barreto (2021) traz um recorte racial para a discussão afirmando que um dos maiores exemplos de Territórios afetivos no Brasil são as favelas e comunidades periféricas, que para a maioria da sociedade tem uma visão pejorativa de exclusão e violência, mas que para a população inserida nela representa um grande espaço de resistência solidariedade e identidade cultural. Nessas comunidades, os laços de vizinhança e cooperação são o ponto de partida para a sobrevivência e o desenvolvimento social. O que traz um forte senso de pertencimento e coletividades deste Territórios.

É importante citar que as favelas por serem territórios atravessados por uma interseccionalidade bem demarcada, uma discussão mais profunda se faria necessária para entender como esses sistemas de pertencimento afetariam as comunidades marginalizadas dentro da marginalização da favela se interpõe. Já que muitas pessoas LGBTQIAPN+ em especial mulheres trans fazem parte deste Território num sistema de exclusão mais presente do que em qualquer outro recorte da comunidade Queer.

Silva (2021) segue falando sobre comunidades periféricas lembrando que espaços culturais e religiosos se tornam Territórios afetivos principalmente entre grupos étnicos no Brasil. Religiões de matriz africana como Candomblé, acabam tornando-se Território, não apenas pela sinergia de seus participantes através de seus ritos religiosos, mas também pela necessidade de uma resistência pela predominância negra de seus participantes. A celebração dessa cultura gera um pertencimento não só em valores de crença, mas também num aspecto de ancestralidade racial que transforma esses espaços em centros de apoio e solidariedade dentro de suas comunidades.

É importante ainda delimitar que nem todos os Territórios são igualmente acessíveis e inclusivos. Políticas públicas e práticas urbanas acabam reproduzindo e aprofundando desigualdades que excluem comunidades e espaços de uma convivência mais plena, o que torna determinados Territórios,

mais vulneráveis e segregados. O que coloca a comunidade pertencente a estes Territórios em uma situação de nova exclusão - Assim, mostra-se necessário a criação de políticas públicas que preservem esses espaços por sua representação dentro das comunidades e que amplie o acesso a esses espaços seguros para que a população possa desfrutar de espaços onde possa conviver e expressar livremente sua identidade (Silva, 2020).

É percebido pelos textos expostos anteriormente que a estrutura de territorialização do espaço tem muito a ver com o empoderamento da comunidade na utilização do espaço físico. A transformação do espaço, outrora, periférico em um marcador identitário daquela comunidade. Entre os LGBTQIAP+ é fácil destacar a importância da socialização nesse âmbito, afinal uma das marcas comuns a essa comunidade é a exclusão por características imutáveis de suas identidades. Então ambientes de socialização, resistência e afetividade são marcos identitários que fazem parte do processo de territorialização dos espaços "permitidos" a esse grupo.

Dentro dessa construção entendemos que a atitude "sex-positive" muito advinda da condição de hipersexualização a qual a comunidade é geralmente submetida, torna-se presente também nas escolhas de utilização dos espaços. Kiepek (2018) fala sobre o silenciamento da academia, no estudo desses espaços e populações por uma higienização cultural e científica o que atrasa ainda mais o entendimento desse processo.

"Queertificação" ou "gaytrificação" são nomes que se dá ao processo no qual um espaço periférico é adotado pela comunidade LGBTQIAP+ e resgatado, passando a ser configurado como "espaços culturais" ou "espaços diversificados". Dalpian e Silveira (2020) escrevem sobre o que chamam de Zoológico Social, quando o espaço criado por essas comunidades excluídas passa a ser visitado por seus "algozes" por efeito de curiosidade ou demonstração de poder. Esse caso é mais frequentemente encontrado em

espaços que são claramente divididos por força do estado, como ocorre nos bairros LGBT de Sydney, Quebec e San Francisco.

Amorim e Costa (2019) escrevem que a conexão entre a identidade local e as dinâmicas criativas de utilização do espaço são responsáveis pela representação do espaço e a redefinição de seu uso urbano após esta intervenção. Os autores ainda contemplam o papel da arte e sua ligação tão íntima com a cultura Queer, seja por ser várias vezes marginalizadas, ou pela universalidade do apreço à arte pelos indivíduos.

Dentro das dinâmicas urbanas contemporâneas, os espaços de exclusão também se alteram, em algumas capitais, a periferia social está inserida no epicentro dos grandes centros urbanos. Rosa (2021) descreve sobre Goiânia que o espaço de exclusão destinado à população LGBTQIAP+ é o centro da cidade noturno, mostrando que a atual exclusão está ligada mais diretamente a espaços não aproveitados da cidade do que a obtenção geográfica deles. A autora descreve ainda como os primeiros locais "queer" a abrirem as portas eram moteis e cinemas eróticos. Corpos majoritariamente masculinos transitavam entre esses espaços, num aspecto quase maniqueista de utilização geográfica. Pela ocupação desses corpos foram surgindo outros espaços como bares e lojas voltadas para o público LGBTQIAPN+.

Leite, Zanetti e Toniolo (2020) recontam uma experiência similar na cidade de São Paulo, sendo a maior metrópole do Brasil, passando por uma reinvenção do seu centro urbano no período noturno. A região da República (centro velho da cidade) e o Baixo Augusta, são demonstrações de espaços comerciais que são cooptados pela população Queer durante a noite. Talvez mais do que Goiânia, também tendo em vista o aporte populacional, esses territórios Queer em SP tornam-se altamente populares, trazendo uma quantidade considerável de estabelecimentos como lojas, bares, lanchonetes e galerias de arte, interessadas em aportar esse público LGBTQIAP+ crescente. A estrutura natural do espaço passa a chamar mais atenção e de território de resistência queer, a região passa a ser um espaço de lazer concorrido na cidade.

O que não afasta a identidade territorial do espaço, mas traz novas discussões sobre exclusão e utilização do espaço social.

O importante destes espaços é que não só o espaço em si se transformou em um espaço LGBTQIAP+ mas a região na qual se encontrava acabou tornando-se referência para a população, que utilizava o espaço como ponto de encontro mesmo que não fosse utilizar a estrutura. Essa convergência da comunidade para esse ponto da cidade, não sem conflito com os moradores locais, acabou por oferecer oportunidades para que outros espaços fossem criados na região, abrangendo um número maior de estabelecimentos voltados pra população LGBTQIAP+ incluindo a participação de comércio volante, já que ainda hoje a maior concentração dessa comunidade fica presente na rua. Essa convivência pública e visível, demonstra a sensação de segurança e pertencimento que a comunidade obtém através do processo de territorialização do espaço.

Entre todas as vantagens para a comunidade e cidade destacadas, existe, porém, um risco de re-exclusão, como pontua La Rocca (2019), quando escreve etnografando um espaço em Roma, voltado para comunidade Queer, mas que pelo tamanho e fama, acaba sendo cooptado por outras comunidades. Ele relata no texto a presença de mulheres jovens atraídas pela sensação de segurança e cordialidade do espaço, e homens cis-héteros atraídos pela presença feminina, mas que não reagem bem ao espaço nem as vivências e demonstrações de afetividade LGBTQIAP+ presentes no espaço desde sua criação. O autor pondera que o fato de ser criado e definido como um espaço Queer, não é significado de que pertencerá a essa comunidade, ele atenta para a força e violência do heterossexismo para ocupar espaços de destaque quando a comunidade Queer não tem poder e representação suficiente.

3. Procedimentos Metodológicos

Durante o andamento do trabalho foi percebido que a abordagem necessária para que fossem respondidas as questões levantadas precisaria ser mais contextualizada, focada nas relações e conexões criadas e compartilhadas entre o Território e seus participantes. Dessa forma, pautado em Saccol (2009) e Creswell (2010), esse trabalho assume um paradigma interpretativista, optando por uma lente qualitativa, permitindo assim focar nas representações e simbologias obtidas por meio das interações ocorridas entre os sujeitos do foco da pesquisa. Minayo, Deslandes e Gomes (2016) traduzem essa ótica por uma necessidade de uma análise do próprio fenômeno dentro de um contexto social mais amplo, onde é necessário que se entenda as características gerais do fenômeno, mas também as peculiaridades que podem torná-lo único.

Silvério et al (2022) também justifica essa escolha afirmando que quando a proposta de um trabalho é, além de observar a existência de um evento, perceber os motivos que levaram a sua ocorrência e suas interposições com os atores envolvidos, a metodologia quantitativa acaba mostrando-se ineficaz. Isto ocorre devido à tendência de equalizar experiências, não levando em conta as particularidades que possam ocorrer ao estudar um grupo com motivações e experiências muito diversas. Nesse contexto, acaba tornando-se necessária a adoção de abordagens qualitativas para suprir essas demandas.

3.1 Coleta de dados

Durante a estruturação da etapa de coleta dos dados, foi percebido que seriam necessárias ferramentas múltiplas para permitir um melhor entendimento do espaço e seus participantes, bem como para poder realizar uma verificação dos dados obtidos com maior confiabilidade, assim, optou-se pela utilização de observação participante; entrevistas semiestruturadas e o registro visual do espaço em formato fotográfico. Assim, seria possível analisar as dinâmicas do espaço através da observação e registro fotográficos, enquanto as entrevistas e a observação auxiliaram na investigação dos usos atribuídos ao espaço pela comunidade, bem como a exploração de estratégias de defesa e inclusão utilizadas pela comunidade local, e a identificação dos processos de transformação que o Território sofreu ao longo de seu uso.

Em relação às técnicas em si, a observação participante é uma metodologia de pesquisa qualitativa que permite aos pesquisadores coletar dados ricos e contextualizados, oferecendo uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados. No contexto de territórios afetivos, essa técnica é fundamental para captar as nuances das interações humanas e do apego ao lugar.

O processo de observação participante difere da etnografia clássica pela etnografia prezar por uma descrição estéril, onde o etnógrafo vai relatar apenas o que observa, contextualizando de maneira externa e distante do objeto de estudo, enquanto durante a observação participante, o pesquisador se vê obrigado a inserir-se no processo, experimentando o cotidiano do objeto de estudo o que acaba trazendo uma visão mais particular e integrada aos costumes e padrões daquela comunidade, não só baseada na observação, mas na troca social, conversas e participação das ritualísticas presentes no Território e suas atividades. Marietto (2018) traz essa descrição e sumariza que a observação participante permite que o pesquisador obtenha uma visão holística do grupo e de suas práticas, crenças e comportamentos em um determinado contexto.

Assim temos que a função principal desta ferramenta etnográfica é interpretar a cultura de um grupo a partir da perspectiva dos próprios membros desse grupo. Como afirma Geertz (1973), um dos pioneiros na etnografia em situações urbanas. Outros Pesquisadores como Magnani (2009) e Clifford (2011) vão citar ainda outras vantagens do processo, como o fato de que por se inserir em vivência no objeto de pesquisa o pesquisador consegue captar insights que não seriam possíveis através da observação passiva ou descrição externa, além de que essa convivência com os indivíduos do objeto de pesquisa gera um *rapport* que permite ao pesquisador indagar e intuir sobre fatores que talvez não estivessem visíveis imediatamente ao início da pesquisa.

Em relação às limitações da técnica, Dewalt & Dewalt (2011) e Wayland (1998) concordam que o pesquisador precisa limitar bem o escopo do objeto de estudo e planejar a imersão que deseja fazer na cultura a ser observada. Um outro ponto levantado pelos autores é que o pesquisador precisa estar ciente a todo momento de seu próprio viés de pensamento. Deixando-o claro durante a pesquisa em suas anotações e em seus resultados para evitar que a pesquisa tenha seus resultados embasados na sua experiência e não nos aspectos observados ao longo dela.

A escolha por essas ferramentas de coleta para a execução do trabalho também se mostra coerente com as metodologias frequentemente aplicadas ao trabalhar com questões de identidade de gênero em suas relações com Territórios e pertencimentos afetivos. Rosa (2021), Rahe (2021), Cavalcanti (2024), La Roca (2019), e Leite Zanetti

& Toniolo (2020) são exemplos de trabalhos que aplicaram alguma forma de observação in loco juntamente com entrevistas para dar aprofundamento às questões levantadas, todos trabalhando dentro do espectro Queer e suas relações com espaços de convivência. Em vários destes trabalhos é destacado que a resposta da comunidade se mostra muito mais receptiva ao longo da convivência do que em uma estratificação momentânea.

O desenvolvimento dessa etapa metodológica envolveu a imersão no locus da pesquisa, buscando estabelecer uma relação de familiaridade e confiança com o espaço e seus frequentadores. Ao longo do período de coleta de dados, foram realizadas um total de 12 observações etnográficas entre os meses de novembro e dezembro de 2024 e fevereiro e março de 2025. 10 dessas observações ocorreram durante as noites de sexta e sábado e 2 observações foram realizadas durante o período diurno, visando entender como a ocupação do espaço se mostra diferente durante o dia, e como é o processo de transformação do espaço nesse contraponto entre seu uso vespertino e noturno. As observações foram conduzidas em diferentes momentos e locais, buscando contemplar a diversidade de situações e perspectivas relevantes para a pesquisa. Durante as observações, foi adotada uma postura de observador participante, buscando equilibrar o envolvimento com o contexto social e o distanciamento necessário para a análise crítica dos dados (SILVA, 2019). As informações observadas foram registradas em gravador de áudio e posteriormente organizadas em diários mentais onde os principais eventos da observação do dia eram registrados e comparados com eventos anteriores similares que pudessem ter sido observados. Ao final das observações os registros foram unificados em um caderno de campo, que foi utilizado como ferramenta fundamental para o registro detalhado das observações como descrições de cenas, interações e reflexões pessoais sobre as situações vivenciadas ou observadas durante o processo.

As anotações de campo foram complementadas com a coleta de outros materiais, como fotografias e documentos, que pudessem enriquecer a análise dos dados. Nesse sentido, a fotografia emergiu como um recurso valioso para a produção de evidências complementares aos dados verbais e textuais, possibilitando a captura de aspectos visuais e contextuais que poderiam passar despercebidos em abordagens que se restringem à linguagem escrita ou falada. Os registros fotográficos são importantes tanto para uma triangulação mais segura das informações obtidas durante as observações, mas também pelo fato que a imagem visual possibilita ao leitor uma compreensão mais fácil das informações textuais contextualizadas nela. É possível afirmar que o uso da fotografia em registros etnográficos auxilia na absorção das

informações descritas na observação, permitindo uma maior imersão do leitor na descrição oferecida (Fernandes & Fernandes, 2019).

A utilização da fotografia como ferramenta de registro e análise se apresenta como uma abordagem metodológica valiosa, capaz de complementar e aprofundar as compreensões obtidas por meio de métodos mais tradicionais, como entrevistas e questionários. A fotografia, enquanto método visual, insere-se em um conjunto mais amplo de recursos que incluem filmes, desenhos e colagens, oferecendo um meio eficiente de produção de evidências que complementam dados verbais e escritos (Muzzio, 2023). A imagem fotográfica transcende a mera representação visual, atuando como um artefato cultural carregado de significados e capaz de evocar emoções, memórias e narrativas (Brandão, 2013)

A relevância da fotografia em pesquisas acadêmicas reside em sua capacidade de documentar e analisar espaços, interações e identidades de maneira detalhada e contextualizada. Em estudos sobre territórios LGBTQIA+, a fotografia pode revelar as nuances da apropriação do espaço urbano, as formas de sociabilidade e resistência, bem como os símbolos e as expressões culturais que caracterizam esses locais. A utilização da fotografia permite registrar e analisar a dimensão latente dos artefatos, aumentando o potencial de expressar identidades e valores. A fotografia pode capturar momentos fugazes, expressões sutis e detalhes ambientais que, muitas vezes, escapam à observação direta ou à descrição verbal. Além disso, a fotografia possibilita o registro de elementos visuais que podem ser posteriormente analisados em profundidade, como as manifestações artísticas e as intervenções urbanas. A fotografia, portanto, se configura como uma ferramenta metodológica que permite acessar dimensões da realidade social que, de outra forma, poderiam permanecer invisíveis ou sub-representadas (Muzzio, 2023).

Os momentos de observação também servirão como base para identificarmos indivíduos destacados na população participante para que sejam entrevistados. Essas entrevistas serão realizadas de modo semi estruturado, pois segundo Creswell (2010) esse modelo permite que os entrevistados possam se expressar de maneira mais livre, utilizando suas próprias palavras e expandindo os temas explorados, esse modelo também permite ao entrevistador que altere a ordem ou o aprofundamento das perguntas de acordo com as respostas dadas pelo entrevistado.

A roteirização do processo de entrevista seguiu o indicado por Manzinni (2003) onde ele afirma que o roteiro deve prever os pontos que precisam ser discutidos sem guiar a resposta do entrevistado e dando espaço para que incursões por temas que

surjam durante a entrevista sejam explorados, desde que as perguntas que norteiam o trabalho sejam respondidas de forma satisfatória. Para o autor, a elaboração do roteiro é um ponto crítico de controle dos resultados da pesquisa, necessitando ser adequado através de testes piloto antes da aplicação com o grupo pesquisado. A realização dessas entrevistas será realizada preferencialmente de maneira presencial, em local e horário combinado com o entrevistado tendo seu áudio registrado eletronicamente para posterior transcrição e análise de suas informações.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro de 2024 a março de 2025, sendo realizadas em formato misto, tendo parte delas sido realizadas em formato presencial, e parte delas através da utilização da plataforma de reunião online *google meet*. As entrevistas presenciais foram realizadas em espaços públicos escolhidos pelos participantes para aumentar sua sensação de conforto e melhorar o rapport inicial com o entrevistador. O áudio dessas entrevistas foi captado utilizando um microfone portátil da marca Hmaston modelo MK08 acoplável a aparelhos celulares. Enquanto as entrevistas virtuais tiveram seu áudio captado através do programa de gravação de tela Loom. Os áudios das entrevistas foram posteriormente transcritos para análise posterior utilizando o apoio de um aplicativo de transcrição online com auxílio de IA “Clipto”. Esses textos transcritos foram verificados individualmente para garantir que a transcrição do aplicativo tenha se mantido fiel ao que foi relatado durante as entrevistas. Foram realizadas 15 entrevistas das quais 14 foram utilizadas para as análises posteriores dos resultados devido a uma desistência tardia de uma das participantes.

3.2 Análise dos dados

Os dados obtidos durante as etapas de observação e entrevistas, foram analisados utilizando como arcabouço a teoria de análise de conteúdo. Essa metodologia de análise, segundo Bardin (2011), permite uma análise das comunicações, configurando sentidos e agrupando suas ocorrências através de procedimentos sistematizados segmentando as descrições no conteúdo dessas comunicações, nem sempre verbais.

É importante frisar que essa definição não é suficiente para explicar o potencial dessa técnica. Quando a intenção da análise de conteúdo é a inferência de resultados a partir de contextos extraídos dessas comunicações, inferências que podem ocorrer em indicadores quantitativos ou não. Bardin (2011) ainda justifica que inferências em sua definição “é a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”.

O processo de análise guiou-se pelo protocolo estabelecido por Bardin em sua teoria de Análise de conteúdo (BARDIN, 2011). E dentre as metodologias apresentadas pela autora, foi selecionada a análise temática por estabelecer uma melhor relação entre os termos narrativos encontrados durante a entrevista e o número de vezes que se repetiam no decorrer da entrevista destacando sua proeminência dentro do discurso do entrevistado. Segundo Wickens (2010) a análise temática, especificamente, oferece um arcabouço estruturado para identificar, organizar e interpretar padrões significativos nos dados textuais provenientes de entrevistas, permitindo ao pesquisador desvendar as dimensões afetivas, simbólicas e identitárias, o que vai a encontro do que essa pesquisa se propõe. Pryor (2017) ainda complementa que ao utilizar a análise temática, o pesquisador pode identificar os temas recorrentes e as categorias significativas que emergem das falas dos participantes, revelando as preocupações, os valores, as crenças e os sentimentos que permeiam suas narrativas.

O primeiro passo nesse processo é a identificação de "códigos", que consistem em palavras, frases ou expressões que se destacam por sua relevância em relação às questões de pesquisa levantadas. Estes códigos servem como marcadores iniciais de significado, conectando os dados brutos às preocupações teóricas e empíricas do estudo. Esses códigos são então catalogados ao longo de todas as transcrições, permitindo que o pesquisador rastreie a frequência e a distribuição de temas específicos em diferentes entrevistas e dentro de cada entrevista individualmente. Essa etapa de codificação e catalogação é fundamental para garantir a transparência e a replicabilidade da análise, pois fornece um registro claro de como os dados foram inicialmente interpretados e organizados. (Rosa, 2021; Mackedanz, 2021)

Após a fase inicial de codificação, os códigos identificados são submetidos a um processo de agrupamento, no qual são organizados em categorias mais amplas e coerentes. Essas categorias devem refletir os temas centrais que emergem dos dados e devem estar diretamente relacionadas às perguntas de pesquisa que orientam o estudo. O processo de análise temática demonstra assim ser método de análise qualitativa amplamente utilizado que envolve a identificação, análise e interpretação de padrões de significado em dados qualitativos que permitem após sua análise a postulação de respostas às questões apontadas inicialmente na pesquisa baseadas nos tópicos mais demonstrativos extraídos das entrevistas.

Por se tratar de um tema relacionado a sexualidade, houveram em alguns casos recusa na realização da entrevista e na participação da pesquisa como um todo como também foi percebido por Tourangeau & Yan (2007) em seu trabalho sobre questões

sensíveis em pesquisas sociais, onde dizem que muitas vezes membros de uma minoria preferem manter-se no anonimato para não arriscar exposição. Experiência compartilhada também por Macfarland & Carceres (2001) que promoveram seu estudo com homens que se relacionam com homens e expuseram um grau de dificuldade em obter entrevistados por eles preferirem não serem estigmatizados como gays.

Embora seja possível ver uma clara diferença no modo como a comunidade LGBTQIAPN+ vem sendo tratada ao longo do tempo, o fato de ser uma pessoa Queer ainda carrega estigmas prejudiciais, especificamente no mercado de trabalho. Moura e Nascimento (2021) afirmam em seu trabalho que empresas, mesmo demonstrando-se a favor da diversidade, preferem contratar pessoas que não se identificam como LGBTQIAPN+ e por esse motivo muitas pessoas desta comunidade preferem não discutir o assunto dentro do ambiente de trabalho.

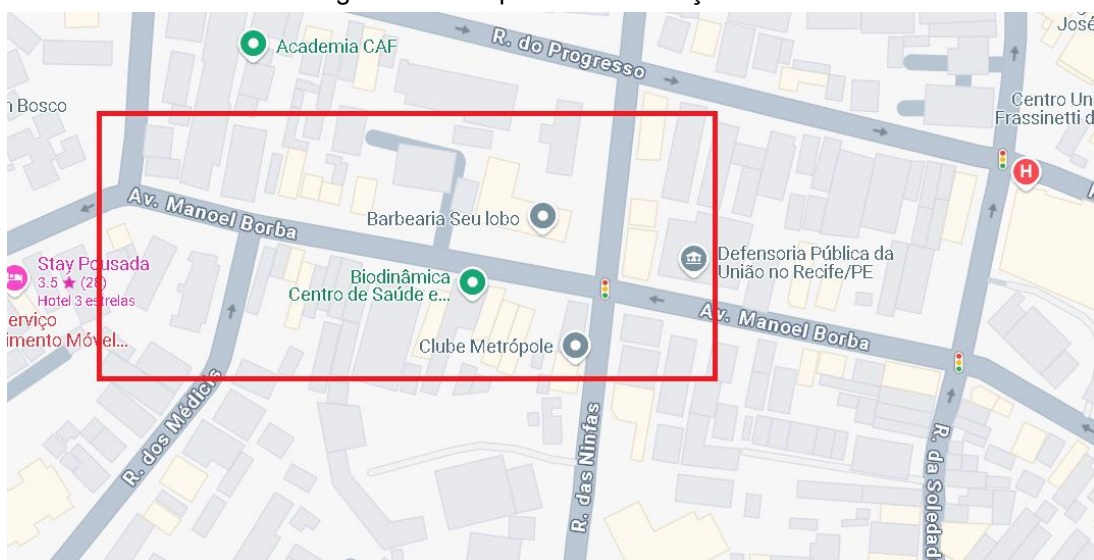
Os motivos mais relatados para a recusa foram de que “não havia necessidade de se expor”, o receio de ter seu nome atrelado ao espaço estudado, e um caso específico que o entrevistado pediu para encerrar a entrevista em seu estado inicial por não se sentir à vontade em discutir sua identidade sexual.

4. Resultados e Discussões

4.1 Percebendo o espaço

Durante o processo de observação foi identificado que o Território conhecido como Rua da Metro, Rua do Conchitas, ou Vale dos homossexuais, é um espaço localizado no centro da cidade do Recife (PE), que se estende do cruzamento das proximidades do cruzamento da rua das Ninfas com a Manoel Borba até o cruzamento da Manoel Borba com a rua dos Médicos, embora a maior concentração do público ocorra nas dimensões apontadas na imagem abaixo

Imagem 04 – Mapa de concentração da Manoel Borba



Fonte: Google Maps – Alteração do Autor

Esse espaço durante o dia abriga diversos estabelecimentos comerciais, nenhum diretamente relacionado à população LGBTQIAPN+ sendo conhecido na cidade pela quantidade de óticas e representantes comerciais de livros e materiais de escritórios que possui.

Imagem 05 – Manoel Borba durante o dia 01



Fonte: Google Street View (2025)

O fluxo de pessoas e automóveis é frequente e não há presença expressiva de bares e restaurantes durante o período diurno.

Imagem 06 – Manoel Borba durante o dia 02



Fonte: Google Street View (2025)

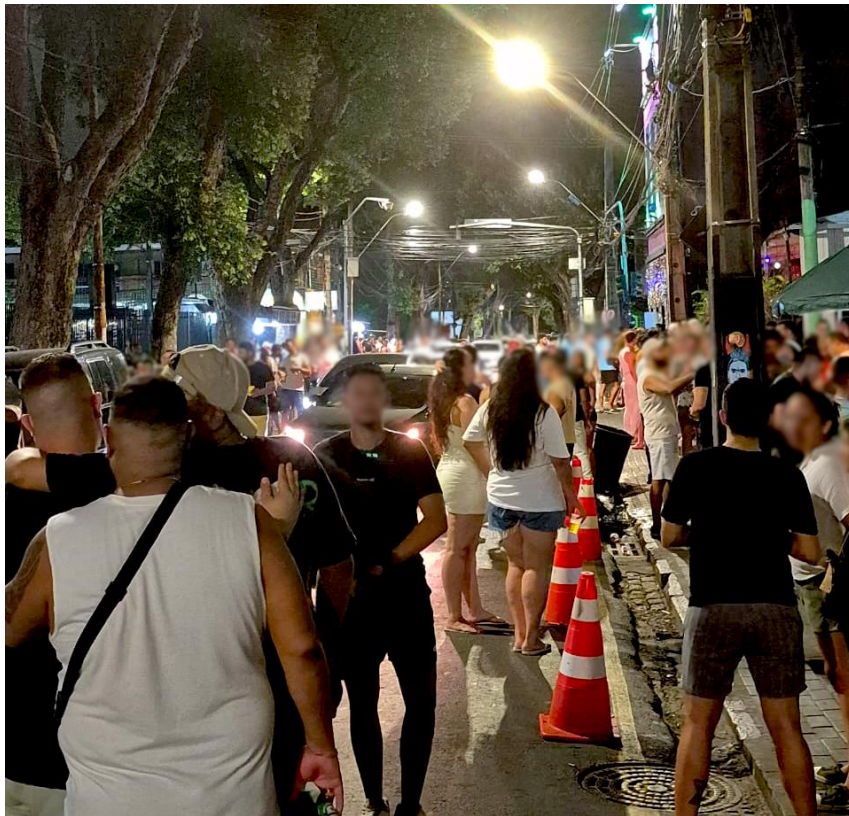
É durante a noite que esse espaço se transforma e adquire nova função social, sendo territorializado e ocupado por diversas comunidades Queer tanto da cidade do Recife quanto de cidades vizinhas.

Imagem 07 – Fotos do Vale 01



Fonte: Autoria Própria (2025)

Imagem 08 – Fotos do Vale 02



Fonte: Autoria própria(2025)

O Território encontrado nesse espaço não é restrito aos estabelecimentos que o compõem, tendo a rua como seu principal aspecto de socialização. As pessoas ocupam a rua mesmo frequentando outros espaços, elas mantêm a rua como seu principal ponto de encontro e local de convívio. Os estabelecimentos também fazem parte deste Território atraindo um público específico e que muitas vezes adentra o espaço através do desejo de consumo daqueles ambientes específicos, porém é importante salientar que é na rua que o Território vive, é na rua que as pessoas se sentem pertencentes ao espaço, sentem-se vistas e reconhecidas. O Território é composto de vários espaços, mas nenhum deles representa o Território sozinho.

Imagem 09 – Imagens do Vale 03



Fonte: Autoria Própria (2025)

Nesse espaço existem 13 estabelecimentos voltados especificamente para a população LGBTQIAPN+. Os principais estabelecimentos que funcionam como âncoras para o público que frequenta o território são a **Boate Metrópole**, o **bar Conchitas**, o **pub The Bears**, a **boate Pop House** e o **bar The Place**.

Existem outros espaços como lanchonetes, bares volantes e bares menores que apesar de apresentarem um público cativo, não atingem a mesma dimensão na atração do público. Também é importante lembrar que apesar do Território ser concentrado nessa área por ser o espaço que o público se mantém, várias das ruas laterais possuem estabelecimentos voltados para o público LGBTQIAPN+ alguns estrategicamente localizados próximos o suficiente do espaço, mas longe da visibilidade do Território por se tratarem de clubes de sexo, cruising bars e saunas masculinas, os quais apesar de frequentados pelo mesmo público, geralmente acabam não sendo valorizados ou tendo seu público respeitado sendo muitas vezes rechaçados por frequentarem esses espaços.

Durante a observação do espaço foi interessante perceber que a Metrópole mant m a maior média de público em dias de festa. Durante o processo etnográfico, foi presenciado 3 festas temáticas ocorridas na boate, que também acabaram sendo os 3 dias de maior movimento na rua, provavelmente impulsionados por estes três eventos.

A metrópole se mant m como o prédio mais imponente do espaço, pintado em tons de rosa, possui 3 andares e uma área considerável. Durante a época de carnaval o prédio inteiro foi decorado com fitilhos coloridos que deram ainda mais destaque para o espaço na rua, e permaneceram assim durante as últimas visitas.

Imagem 10 - Boate Metrópole Frente



Fonte: Autoria própria (2025)

O Público da metrópole é majoritariamente masculino, bem mais jovem que a média dos outros espaços, é perceptível que o modo de se vestir para a ida a metrópole diverge do resto do espaço, com um maior investimento em itens luxuosos, as mulheres usam vestidos em tecidos brilhosos, saltos, e uma maquiagem mais elaborada, os homens se dividem em grupos onde parte deles traja roupas mais sociais (para definição do espaço), como calças jeans, camisa polo enquanto outra parte utiliza itens mais coloridos, com brilho, paetês e estampas vivas. Essa cacofonia de cores e estilos dá um visual bastante pessoal para o espaço e diverge dos demais estabelecimentos, onde apesar de ser possível perceber que existem diferenças nas vestimentas, elas não parecem tão, na falta de uma expressão melhor, caras.

Outro ponto interessante a ser percebido na Metrópole, é que há uma divisão do comportamento do público em dias de festas temáticas ou dias de funcionamento normal da boate. Em dias de funcionamento normal, as pessoas transitam pelo Território, socializando, e eventualmente se dirigem pra boate, geralmente pouco depois da meia noite, não formando longas filas. Já nos dias de eventos temáticos, o público vai especificamente para a boate, formando filas que às vezes cruzam o limite do território, e há menos socialização fora da boate. O interesse é adentrar o espaço o mais cedo possível.

Imagem 11 – Metrópole em dia de evento



Fonte: Autoria Própria (2025)

O Conchitas é um bar fechado onde a programação varia durante os dias, seu público alvo também se altera de maneira clara de acordo com a

programação, sendo sextas e sábados voltados claramente para um público mais jovem, tendo na sua programação música pop internacional e tecnobregas, enquanto no domingo, o espaço é transformado em um bar dançante, e o foco da música migra para MPB e músicas brasileiras como pagode e samba, voltados para um público mais velho. Este foi o único espaço comercial no qual foi perceptível essa diferença de ordenação do espaço para receber um público específico.

Imagem 12 – Conchitas Frente



Fonte: Autoria própria (2025)

A decoração do espaço tende a se ater a uma ideia de tropicália, na qual inclusive deriva o nome do espaço. Há disponibilidade de mesas e cadeiras, porém boa parte dos participantes preferem manter-se em pé. O estabelecimento mantém portas e janelas fechados com um sistema falho de climatização, tornando o espaço muito mais quente do que deveria, porém o público cativo parece não se importar ou ter se acostumado com a problemática. Há dois seguranças presentes o tempo todo na porta do espaço para realizar a revista de quem entra. Poucas pessoas se mantêm na porta do conchitas, geralmente clientes da casa que saem para fumar.

Imagem 13– Conchitas Interno



Fonte: Trip advisor (2024)

O The Bears é um Pub localizado pouco depois do Conchitas na calçada oposta. O bar é decorado em cores sóbrias, tons de laranja, preto e marrom, tradicionalmente associadas ao movimento ursino entre os homossexuais, a placa com o nome do estabelecimento tem o símbolo da bandeira ursina, declarando quem é o público alvo esperado do estabelecimento.

O espaço interno é mais escuro que os demais bares presentes no território, tendo mesas e cadeiras expostas nas laterais e o centro do espaço dedicado para uma pista de dança, o som predominantemente é pop e retrô, e o público do espaço segue bem o estilo do espaço. Homens corpulentos e barbados se dividem entre o interior do espaço e a frente do estabelecimento,

tornando-o um dos visitados do espaço. É interessante perceber que mesmo nas noites de sexta e sábado onde a presença de um público mais jovem é a norma do Território, o The Bears mantém seu público padrão, composto em sua maioria por homens aparentemente acima dos 35 anos, corpulentos, barbudos. Esse público se altera muito pouco durante os dias da semana, embora ao longo das observações foi percebido uma grande variação de participantes, o que indica que a comunidade ursina é expressiva, porém não utiliza o espaço como ponto predominante de socialização.

Imagem 14 – The Bear Frente



Fonte: Autoria Própria (2025)

O pop house é um clube pequeno ao lado do The Bears e talvez por sua posição na rua, ele acabe sendo tão contrastante já que o público alvo do pop house é formado por jovens, talvez o público mais jovem participante do Território, que gostam de música pop e electropop. A decoração do espaço é simples, tendo um painel instagramável na frente e uma pista de dança com bar em seu interior, além de um pequeno espaço para shows. Em nenhum dos dias de observação o espaço mostrou-se cheio, mas sempre havia um número de pessoas participando do espaço e socializando em frente a ele.

Imagem 15 – Pop House Frente



Fonte: Autoria Própria (2025)

O público jovem acaba sendo o mais disputado entre os estabelecimentos da rua, já que em sua maioria estes estabelecimentos utilizam esse público como referência. Tanto o pop house, quanto o conchitas ou o the place, dividem o público utilizando estratégias específicas para conquistá-lo. Já os demais espaços, oferecem espaços de acolhimento para públicos que não são observados nos demais espaços (The Bears), ou mantêm um público cativo fiel por terem seu nome atrelado a um destaque do Território (Pajubar, que é um bar da própria Metrópole).

4.2 Sobre a experiência no espaço

Para a execução deste subtópico, por tratar-se da minha experiência como observador do espaço e de suas interações, optei por descrever esse sub-capítulo utilizando a narrativa em primeira pessoa, visando facilitar o entendimento e transformar a descrição da experiência em algo mais relacionável para o leitor.

A primeira coisa que percebi ao chegar no espaço durante o primeiro momento de observação foi que o espaço não é apenas noturno, ele é boêmio, Estava visando observar a diferença do público ao longo da noite, porém me deparei com uma dificuldade não planejada. Embora tenha sido indicado que o espaço funcionava a partir das 20:00 e ter sido esse meu ponto de partida, o espaço encontrava-se praticamente vazio, a exceção de alguns poucos transeuntes e dois grupos de amigos que se localizavam um perto de um dos bares menores numa rua lateral e outro parado bebendo num bar volante ao lado do Conchitas, não havia movimento, inclusive boa parte dos espaços estava ainda se organizando para a abertura.

Escolhi chegar de uber, desci na frente da metrópole, e após a frustração inicial de não haver público ainda, resolvi aproveitar para observar o espaço em seu ócio de funcionamento. É uma imagem interessante como se fosse uma cidade cenográfica onde todos os estabelecimentos encontravam-se prontos, iluminados, com música tocando, apenas aguardando a chegada do público que descobri mais tarde inicia sua chegada a partir das 22h mas se estabelece realmente no período entre a meia noite e as 3 e meia da manhã.

Na frente da Metrópole, tem um fiteiro, uma banca de venda de doces, bebidas e cigarros. Acabei me recolhendo ao lado do fiteiro para observar melhor o espaço e definir as etapas seguintes. O fiteiro atualmente está pintado de azul, trabalham nele um homem e uma mulher, nenhum dos dois parece interessado em iniciar uma conversa, estão ocupados organizando o espaço o que me dá expectativa que uma movimentação maior vá ocorrer ainda essa noite.

Imagem 16 – O Fiteiro da Rua Manoel Borba



Fonte: Autoria Própria (2025)

Compro uma água mineral e uma caixa de chicletes. Tento mais uma vez iniciar uma conversa comentando sobre como a rua está vazia, ao que a mulher responde que “você chegou muito cedo, daqui a pouco enche” mas nossa troca não avança muito além disso nesse primeiro momento, e na dúvida se precisaria cultivar esse contato para o futuro preferi não a distrair mais do serviço. A rua nesse momento parecia curta, na verdade percebi que o incômodo que estava sentindo não era pela rua e sim pela sensação de deslocamento que o vazio da rua me passava. A falta de movimentação me fazia sentir no momento algo muito oposto ao acolhimento que eu esperava encontrar no espaço.

Caminhei pela rua de um lado a outro, e acabei voltando pra perto do fiteiro e. aguardando às 21:30, alguns poucos indivíduos começaram a adentrar o espaço, pequenos grupos se formaram no bar volante e o Pajubar tinha a primeira mesa ocupada, caminhei novamente, mas tirando os seguranças na frente dos bares, o resto da rua se mantinha vazia. Comprei uma água no fiteiro e resolvi dessa vez andar para o lado oposto. O The Place, começava a ter um movimento maior, e alguns bares nas ruas laterais começavam a também a ter suas mesas preenchidas.

Imagem 17 – The Place, primeiros bares a ter público na noite

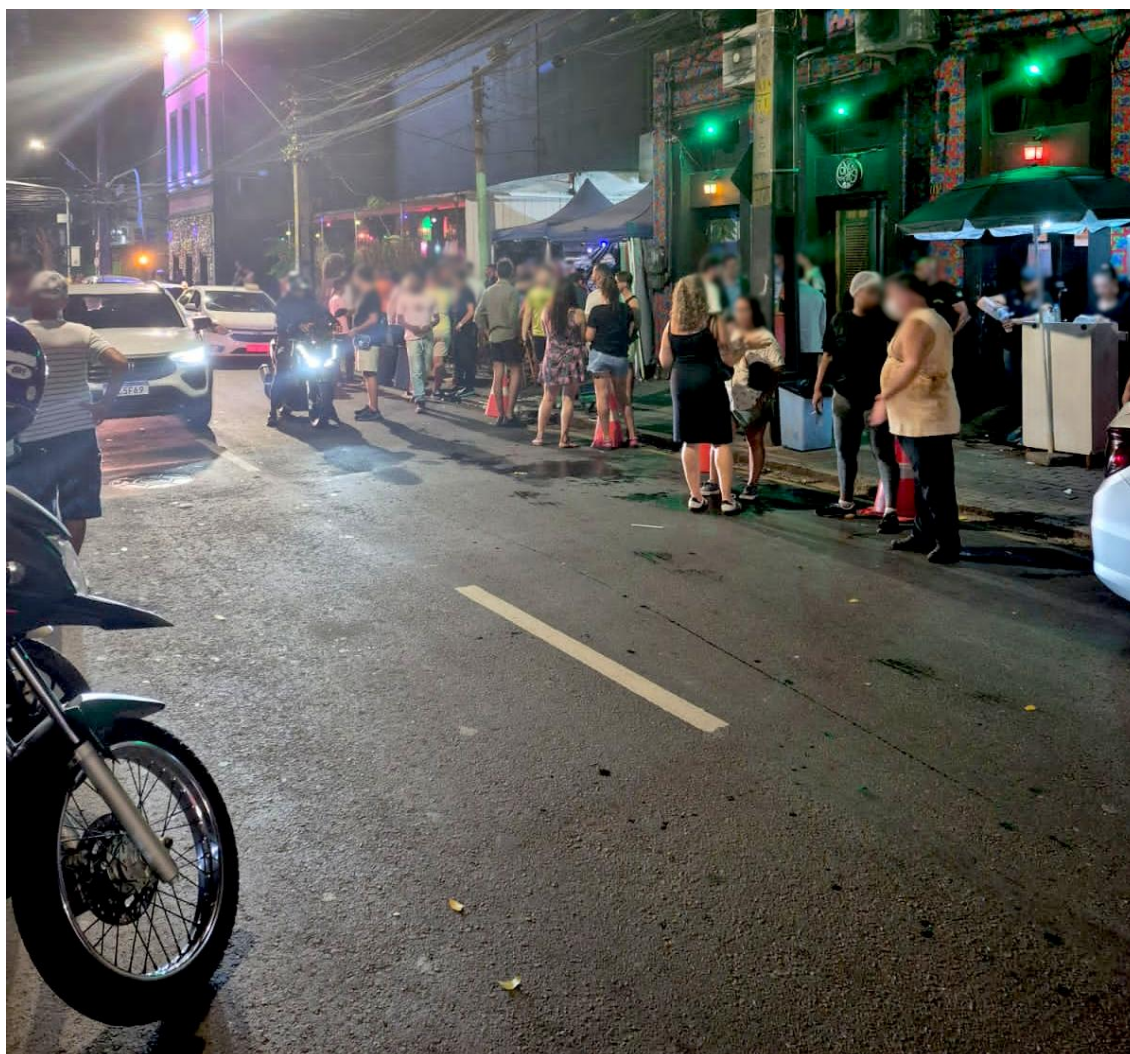


Fonte: Autoria Própria (2025)

Achei interessante que esses bares do início da rua, recebiam público mais cedo do que o restante da rua o que me foi esclarecido em um dos momentos posteriores, que os bares da rua lateral, tanto quanto o The Place, são frequentados geralmente por uma parte do público com menor poder aquisitivo, e por isso eles chegam mais cedo porque vem de ônibus, e geralmente vão embora mais cedo pra pegar o bacurau.

Dez e meia da noite, a rua começava finalmente a ganhar vida, já havia uma concentração de pessoas na rua socializando, os bares começavam a juntar gente na porta e o próprio clima na rua começava a se alterar. Mais uma volta pela rua e percebi que os próprios bares pareciam mais animados, o ritmo das músicas mudava agora pra um pop mais animado ou um tecnobrega mais alto. A sensação era que alguém tinha apertado o botão de start e agora as coisas funcionavam como estavam planejadas. A movimentação na rua foi crescendo, mas ainda ficou abaixo do que eu esperava. Havia gente na rua, gente nos bares, uma pequena fila começou a se formar na metrópole indicando que estava perto de meia noite

Imagem 18 – Movimentação do Espaço próximo as 23:00 (Sexta Feira)



Fonte: Autoria Própria (2025)

Acabei indo embora por volta da meia noite e trinta, a rua não estava cheia, mas tinha bastante movimento, o som da cacofonia das músicas dos

bares com as conversas já preenchia completamente o espaço e percebi que a sensação de deslocamento que sentia enquanto a rua estava vazia não existia mais. Havia ainda uma sensação de exposição, não me sentia confortável ainda ali, mas já era um desconforto menor. Resolvi encerrar a primeira noite e voltar no dia seguinte já programado para o movimento da meia noite.

Nas observações seguintes organizei minha chegada pra que fosse próximo da meia noite em horários posteriores. Eu já esperava que o movimento no sábado fosse mais acentuado que na sexta, mas sempre bom ter sua expectativa confirmada. Desci na frente da metrópole onde uma fila já caminhava dentro do espaço, e fiz meu primeiro tour, rodando o espaço inteiro. Hoje, todos os bares tinham pessoas nas portas, não tenho certeza ainda se por ser sábado, ou pelo horário, mas confirmado em observações seguintes, sendo uma combinação dos dois fatores. Os sábados trazem mais gente, e o horário da meia noite até as 3 mantém o público ativo.

Voltei pro lado do fiteiro e percebi que algumas pessoas com o mesmo olhar de deslocado que eu tinha ontem, também estavam ali parados ao lado do fiteiro. Querendo entender se estavam tendo a mesma experiência de desbravar o espaço fui conversar com eles, e sim eram 2 rapazes, mais jovens, que tinham marcado de ir à Metrópole e estavam aguardando um terceiro amigo. Mas nunca tinham ido antes e ficaram fazendo piadas sobre como era diferente do que eles esperavam. Conversei com eles sobre alguns pontos que tinha observado da noite anterior, principalmente sobre o público de cada espaço, mas brevemente nos despedimos quando o amigo deles chegou e eles foram pra fila da boate. Esse encontro me auxiliou a perceber duas coisas, o espaço da Rua Manoel Borba, apesar de ser referência como espaço LGBTQIAPN+ ainda não era conhecido por toda a comunidade. Algumas pessoas como os dois rapazes, ainda não sabiam que o espaço existia além da Metrópole e muito menos o que esperar dele. E o outro ponto é que aparentemente, o fiteiro da esquina, talvez por sua posição na rua, ou pela desculpa de você poder fingir estar comprando algo e se manter ocupado, funciona como um ímã de pessoas deslocadas naquele espaço.

Imagem 19 – Fiteiro funcionando como apoio para os novatos no espaço



Fonte: Autoria Própria (2025)

Percebendo essa presença de pessoas deslocadas no espaço, comecei a prestar atenção sobre as similaridades entre essas pessoas. Um dos pontos que percebi primeiro era ainda relacionado a geografia física do espaço, essas pessoas aparentemente deslocadas, se mantinham margeando o espaço em espaços menos disputados como o fiteiro, o muro ao lado do fiteiro e as esquinas opostas à metrópole. Esses espaços funcionam como uma rede de segurança

enquanto as pessoas, eu incluso, adquiriam confiança suficiente para adentrar nas interações necessárias do espaço.

Percebi também que uma das características mais marcantes que tinha passado batido até agora é que as pessoas assíduas não andam sozinhas. Basicamente todo mundo que estava em todos os espaços do Território estava em grupo ou pelo menos em dupla. Estar sozinho ali provavelmente era um fator que me desconectou do espaço. O único lugar onde tinham pessoas sozinhas era na parede de um prédio comercial ao lado do fiteiro, o que também acabei descobrindo mais pra frente que o motivo de eles estarem sozinhos ali é por aquele espaço ser conhecido por ser o espaço onde os michês se postaram para aguardar possíveis contatos e clientes.

Nesse momento percebi que mesmo eu, homem gay, morador de Recife há 40 anos, precisava de ajuda para entender o espaço, pois mesmo tendo sido gay há décadas, a cultura específica daquele Território me atropelava. Eu não entendia os limites e signos específicos daquele espaço, o que talvez fosse o ponto de todo o processo etnográfico mas também causava um desconforto e uma sensação de deslocamento.

Voltei a atenção ao espaço novamente, o foco no comportamento dos participantes, traziam novas indagações que tinham passado despercebidas no encontro anterior. A busca por similaridades trouxe a observação que o consumo de álcool é muito frequente. Praticamente todas as pessoas que estavam presentes no espaço estavam bebendo algo.

Cervejas e caipirinhas se mostram como as bebidas de maior destaque, seguidas de perto por refrigerantes alcoólicos. Isso me fez questionar se esse consumo elevado de álcool era algo pertinente ao Território específico ou a comunidade em si, O que foi parcialmente respondido por Glynn & Van De Berg(2017) e Albuquerque & Parente (2018) quando relatam em seus estudos que o consumo excessivo de substâncias mostra-se mais frequente em pessoas LGBTQIAPN+ devido ao histórico de exclusões e dificuldades enfrentadas que fazem com que este escapismo torne-se mais atrativo.

Foto 20 – Consumo de bebida no Território



Fonte: Autoria própria (2025)

Adentrando um pouco mais no tema, Arriola Morales et al (2017) ainda propõe que o lazer LGBTQIAPN+ geralmente circula em espaços como bares, boates e clubes adultos, ambientes que facilitam e inclusive fetichiza o uso de álcool e outras substâncias, o que também explica o alto consumo de álcool entre os frequentadores do espaço.

Nos encontros seguintes tentei prestar mais atenção nas questões relacionadas ao consumo de álcool e substâncias, e além do álcool, presenciei pessoas fumando maconha e utilizando loló. Mas nenhuma droga considerada mais “pesada” ou o comércio acontecendo no lugar. Embora não posso certificar que teria conhecimento sobre o manejo dessas transações.

A percepção desse consumo de álcool principalmente me levou a observar uma outra questão relacionada sobre o controle do lixo no espaço.

Durante as primeiras observações, não tenho recordação de ter reparado na presença de garrafas ou latas no chão, mas nas oportunidades seguintes, talvez por manter o olhar fixado nesta questão era notável que as pessoas têm pouco ou nenhum cuidado no manejo do lixo que produzem. Garrafas e latas se acumulam no meio fio, 3 bares (Conchitas, o bar volante, Pajubar) tem lixeiros na porta dos estabelecimentos, mas o comportamento usual dos frequentadores do espaço é ignorar os lixeiros, e deixar copos, latas e garrafas em cima das mesas nas calçadas ou no chão próximo ao meio fio.

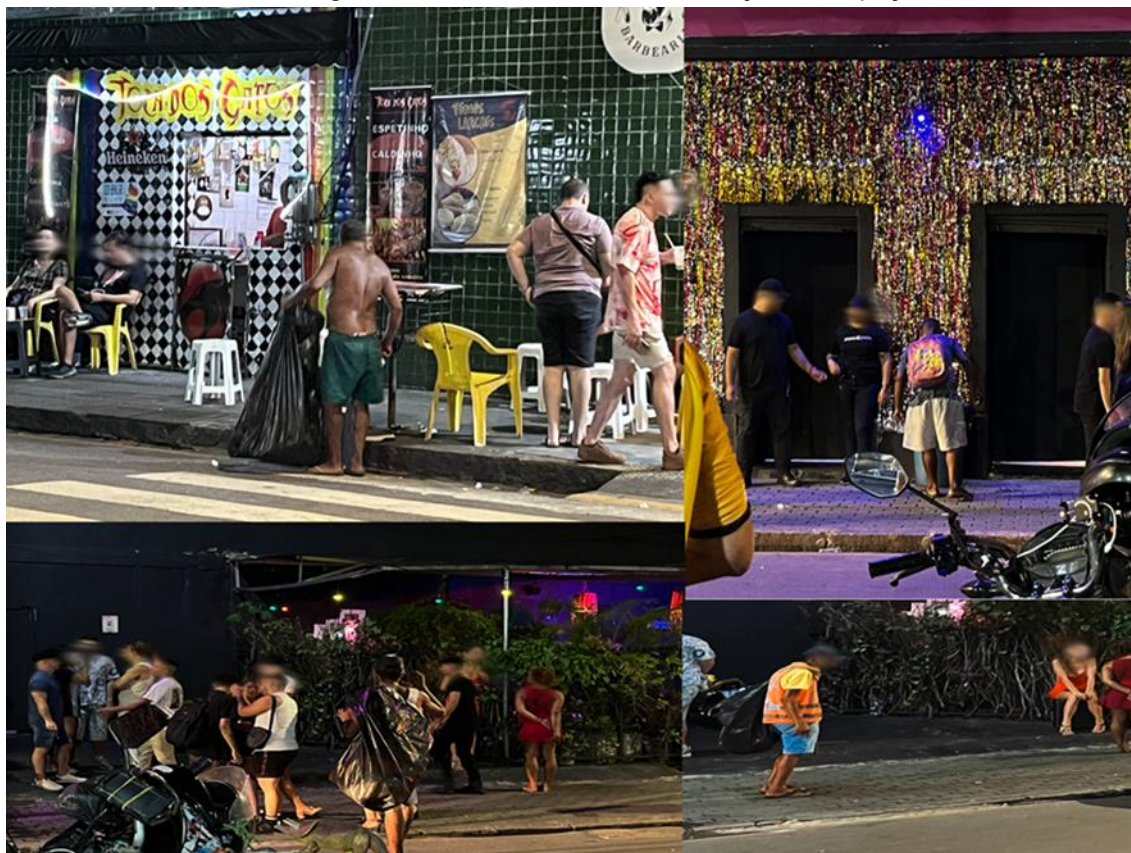
Esse problema é parcialmente resolvido pela presença de catadores, que estão sempre rondando a rua, recolhendo latas, garrafas e outros resíduos descartados no chão, e algumas vezes até nas lixeiras. Os catadores variam muito de acordo com os dias, tendo visto poucos que estavam lá quase toda semana, e alguns que avistei uma única vez. Em um dos momentos eu estava tomando um refrigerante quando uma catadora, que percebi como mulher trans perguntou se podia ficar com a lata e terminei de beber entregando a lata a ela, iniciei uma breve conversa falando sobre o trabalho dela por ali, e ela, que indicou se chamar Mel, falou que não era o local de trabalho favorito dela, porque não cantava muito, tem muitos catadores e acaba dividindo, mas que ela gosta de ficar por ali porque ninguém mexe com ela. Ela indicou ainda que às vezes dormia em um prédio em reforma (um dos bares antigos do espaço “Casa de Bamba” fechou, e está sofrendo uma reforma atualmente) ali na rua.

Quando começamos a falar sobre como a rua era importante pros “LGBT” da cidade, ela concordou e disse que gostava dali por isso porque “A gente que é bicha, tem que ficar perto das outras bicha né não?”. A ideia de que fazia parte do local, já estava inserida nela, mesmo tendo total consciência de toda a exclusão que vivia.

Comecei a entender um pouco melhor minha própria relação com o Território. Após algumas noites de observação, eu já me sentia familiarizado com o espaço. Havia uma sensação de familiaridade não pelo tempo, mas por estar rodeado de pessoas LGBTQIAPN+. Eu entendia o que Mel se referia quando disse que Bicha tem que que ficar perto de outras bichas, porque havia uma facilidade em sentir-se confortável dentro daquele espaço, mesmo sem iniciar

nenhum contato, mesmo sem participar de nenhum dos grupos. A sensação de estar ali tinha um efeito positivo na minha percepção de bem-estar.

Imagem 21 – Catadores de Lata em ação no Espaço



Fonte: Autoria Própria (2025)

Segui observando os comportamentos que ocorriam no espaço, meu foco atual sendo no modo como as pessoas se relacionavam dentro dos espaços. E foi interessante ver como as demonstrações afetivas se apresentavam muito clara e espontaneamente, não apenas dentro dos estabelecimentos, mas na rua e nas ruas ao redor. A diversidade se mostrava bastante representada no que tange as afetividades e relacionamentos no espaço. Havia uma fluidez no modo como alguns casais se formavam e se reestruturam em alguns pontos das observações. E não havia desconforto presente em nenhum dos participantes pelas relações apresentadas no espaço.

Na verdade, foi interessante observar que durante as noites em que o Território funcionava, mesmo alguns espaços que não eram propriamente inseridos ao desenho físico do Território, se alteravam. Como o caso de uma loja de conveniência, na avenida Conde da Boa Vista, que por ser um ponto de encontro próximo ao principal ponto de ônibus do Território, acaba também

sendo afetado pelo Território e por seus participantes sendo palco de diversas demonstrações de afeto que geralmente são evitadas nos demais momentos por medo de represália.

Finalizando meu processo de observação, a segurança que me atravessou em vários momentos durante essa etapa da pesquisa. Desde os dias iniciais de observação, onde me alertavam sobre ter cuidado com o celular, passando pela sensação de estranhamento com a presença de moradores de rua transitando frequentemente no espaço, muitas vezes agindo em mendicância mas outras apenas estando presentes como figuras do espaço, havia uma clara referência que o espaço não era tão seguro quanto eu sentia até então. Alguns outros fatores começaram a ser percebidos que apoiavam essa teoria, os seguranças nas portas dos estabelecimentos, o modo como as pessoas evitavam ir embora sozinhas ou em grupos pequenos.

Outros códigos derivados dessa questão de insegurança acabaram sendo percebidos nos encontros seguintes, como o modo como as pessoas sempre costumam avisar os amigos com olhares ou pequenos toques quando um morador de rua ou catador se aproximava, ou fato das pessoas tocarem os bolsos frequentemente para verificar se o celular ainda estava presente, um ato que me identifiquei, por possuir o mesmo tique. Entretanto até o decorrer da metade do processo de observação, não presenciei nenhum momento de violência que justificasse essa sensação além dos diversos comentários que recebia em conversas informais sobre a quantidade de assaltos que ocorrem por ali e os “maloqueiros” que puxavam os celulares e cordões escondidos atrás dos carros.

Minha experiência com o espaço se alterou brevemente quando na noite do sétimo momento de observação, enquanto observava como era o chegar e sair do espaço, resolvi fazer o mesmo caminho que parte dos participantes faz, lembro aqui que optei por ir de carro de aplicativo até o local nas vezes anteriores por praticidade, porém queria entender como era o traslado comumente realizado pelos membros da comunidade. E durante esse trajeto, entre o Território e a Avenida Conde da Boa Vista onde em teoria pegaria o ônibus de volta pra casa, sofri um assalto, de forma muito similar ao modo como tinha sido alertado nas noites anteriores.

Não acredito que o espaço seja particularmente perigoso. Ele está situado em uma região central da cidade, que por sua natureza durante as horas de funcionamento do Território fica esvaziada, e a falta de policiamento e segurança urbana não são únicas ao espaço, porém não posso deixar de mencionar que há uma sensação que o espaço é focado sim, não por ter um público Queer, mas por saberem que não há presença do Estado no espaço. Seja na forma de policiamento, iluminação, ou rondas preventivas. Essa falta de segurança causou em mim um grande receio em retornar ao espaço após a finalização dessa pesquisa, o que torna bastante compreensível as reclamações de insegurança e alertas que são frequentemente comentados no espaço em rodas de conversa.

4.3 Resultados das Entrevistas

Durante o processo de observação, algumas pessoas mostraram-se mais dispostas a dialogar e discutir suas experiências e foram assim convidadas a participar do processo de entrevistas, podendo optar por entrevistas presenciais ou através de programas de reunião online. Esses entrevistados tinham a possibilidade de indicar outros participantes do território para também serem entrevistados, passando por um crivo do pesquisador na tentativa de expandir o escopo das entrevistas buscando obter uma variedade maior de realidades compreendidas nessas entrevistas, assim ao final do processo foram registradas 15 entrevistas as quais são classificadas abaixo. Todos os participantes foram elucidados sobre a intenção da entrevista e sobre os riscos e possíveis desdobramentos das respostas apresentadas por eles através da apresentação anterior à entrevista do termo de livre consentimento contido nos apêndices deste trabalho. Ao final do processo de entrevistas, durante a etapa de análise e escrita do presente trabalho, uma das entrevistadas entrou em contato pedindo a remoção de sua participação, o que foi realizado prontamente.

Tabela 1 – Caracterização dos Entrevistados

Código do Entrevistado	Gênero autodeclarado	Identidade Sexual	Idade	Profissão	Tempo de contato com o território
E01	Homem Cis	Bissexual	20	Estudante	04 anos
E02	Mulher Cis	Lésbica	32	Artesã	15 anos
E03	Mulher Trans	Hétero	28	Artista/Performer	10 anos
E04	Mulher Cis	Lésbica	41	Empresária	06 anos
E05	Homem Cis	Gay	46	Professor	30 anos
E06	Mulher Cis	Lésbica	41	Musicista	06 anos
E07	Mulher Trans	Bissexual	32	Atendente	12 anos
E08	Homem Cis	Gay	34	Policial	09 anos
E09	Homem Cis	Gay	31	Preferiu não declarar	13 anos
E10	Homem Cis	Bissexual	53	Empresário	18 anos
E11	Homem Cis	Gay	38	Estudante	17 anos
E12	Homem Cis	Gay	49	Servidor	29 anos
E13	Mulher Cis	Hétero	58	Empresária	36 anos
E14	Homem Cis	Gay	33	Publicitário	13 anos
E15	Mulher Trans	Lésbica	28	Estudante	12 anos

Fonte: Autoria própria (2025).

Após a conclusão da categorização das entrevistas realizadas, os resultados obtidos puderam ser analisados de maneira estruturada. É possível perceber que alguns temas, embora não tenham previamente sido incluídos como discussões na fase de estruturação do projeto, demonstraram grande capilaridade dentre os entrevistados, tornando-os parte importante do processo de análise. Durante a aplicação da metodologia analítica, foi percebido que ao longo das 14 entrevistas realizadas diversos códigos foram repetidos entre os participantes, porém foi possível catalogar 43 códigos únicos, que representam os temas e preocupações apresentados pelos indivíduos ao longo desta etapa.

É importante salientar que a obtenção dos códigos se dá a partir do contexto observado durante a entrevista e não pela expressão direta do termo codificado, o que faz com que a análise contextual tenha uma importância maior durante todo o processo de codificação e caracterização. Assim quando observamos o excerto:

“Ali era um lugar de libertação. Onde eu podia ser quem eu queria ser. Onde eu podia dançar, onde eu podia beber. Onde eu podia ficar com pessoas do mesmo sexo que eu, sem ser julgado. Então, aquilo me fazia bem, estar ali, sabe.”
(Entrevistado 11, 38 anos)

E também:

“Fiz um bocado de amigos, já bebi até de manhã, já chorei no meio fio, já dei conselho pra aleatório, já ouvi também. É um ambiente que me sinto muito bem, me sinto que não vou ser julgado por ser eu mesmo lá. Me sinto seguro né.”
(Entrevistado 14, 33 anos)

Ambos os trechos geram uma repetição do código de pertencimento. Mesmo que não tenha sido explicitamente mencionado em suas falas, o contexto no qual os dois apresentam suas sensações descrevem o sentido no qual o pertencimento é percebido por eles, sentindo-se integrados, seguros e participantes do espaço. Essa avaliação contextual será uma das balizas utilizadas para a concepção dos códigos e categorias utilizados no decorrer deste trabalho.

É possível que devido a essa análise contextual, alguns trechos de entrevista apresentem mais de um sentido, ou parte da entrevista que fuja do escopo da pesquisa não exponha nenhum código expressivo.

Empoderamento	Reinvenção do Espaço
Espaço funcionando como ponto turístico	Segmentação da comunidade
Espaço seguro pra relações de afeto	Segmentação do Espaço
Espaço utilizado como lazer	Sensação de insegurança
Estratégias de manutenção de segurança	Sensação de Segurança
Etarismo LGBT	Sensação de segurança (violência)
Experiência de Homofobia em Espaços não LGBTs	Território LGBT
Falta de inovação	Utilização do espaço como resistência por ocupação de corpos dissidentes
Falta de outros espaços Seguros na cidade	Utilização Política do Espaço (ONGS e movimentos sociais)
Falta de Policiamento	Utilização política por conveniência
HUB Social (Espaço onde você sempre encontra pessoas semelhantes)	Violência (Boa noite Cinderela) / Assedio
Inabilidade do serviço público ao tratar a comunidade (violência policial, descaso, etc)	Violência Assalto
LGBTFOBIA dentro da própria comunidade	

Fonte: Autoria própria (2025).

Esses 43 códigos foram analisados por ordem de repetição e frequência, para destacar os que tivessem maior representatividade sendo assim selecionados para serem categorizados em relação as perguntas que devem ser respondidas nesta pesquisa. Duas formas de organização se mostraram possíveis para distribuir os códigos.

Em uma qualificação que denominaremos vertical, onde cada código é computado a partir da percepção de sua utilização em discurso na entrevista, independentemente de quantas vezes ele surja na mesma entrevista desde que relatando momentos distintos do mesmo tema. Neste caso é necessário que haja uma mudança de tema ou de relato, para que uma segunda contagem do mesmo código possa ser computado. Caso o tema retorne ao assunto após outros

tópicos terem sido abordados, o código é novamente computado. Essa metodologia permite que seja percebido o quanto determinados temas são expressivos em alguns discursos, permitindo recortes específicos em estudos posteriores.

É uma qualificação horizontal, onde cada código é registrado apenas na primeira vez que o tópico é discutido na entrevista, não importando o quanto ele seja frequente ou repetido, permitindo assim apurar o quanto do percentual de entrevistados se relaciona com cada tópico específico. Dessa forma podemos tabular os códigos de acordo com as tabelas abaixo.

Tabela 3 – Códigos divididos por total de repetições (Vertical)

Códigos	Entrevistas														TOTAL
	01	02	03	04	05	06	08	09	10	11	12	13	14	15	
Pertencimento	3	0	4	2	3	2	2	5	2	4	0	1	4	3	35
Sensação de insegurança (Demarcador variado)	0	1	8	3	2	1	2	4	1	3	2		2	2	31
Sensação de Segurança (Expressão de Gênero)	0	1	2	3	1	2	5	5	3		1	1	1	3	28
Violência Assalto	2	4	0	3	0	1	1	2	1	1	1	2	5	3	26
Experiência de Homofobia em Espaços não LGBTs	0	0	2	5	0	0	0	3	1	1	3	0	0	3	18
Espaço seguro pra relações de afeto	1	0	0	0	1	1	3	2	1	1	1	1	4	2	18
Drogas	1	3	0	0	2	2	0	3	0	0	0	1	3	1	16
Autoconhecimento	1	0	1	0	1	0	1	2	1	4	0	0	2	2	15
Segmentação da comunidade)	0	1	2	0	3	0	0	2	2	2	1	0	0	1	14
Redução da Faixa etária do público (interação negativa)	1	1	1	0	1	0	2	2	0	1	1	0	1	1	12
Acolhimento	0	0	0	0	2	0	1	2	0	0	2	0	3	2	12
Falta de outros espaços Seguros na cidade	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	12
Presença de Héteros (Interação negativa)	1	2	0	0	0	0	1	2	0	0	0	2	0	3	11

Falta de Policiamento	0	1	2	1	0	2	0	0	1	0	0	1	1	1	10
Moradores de Rua	1	0	2	1	0	0	1	1	0	0	0	0	2	1	9
Espaço funcionando como ponto turístico	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	2	1	1	9
Memoração afetiva do espaço	1	1	0	0	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	9
Etarismo LGBT	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	1	2	0	1	8
Presença de trabalhadores do sexo no espaço (interação negativa)	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	2	8
HUB Social	0	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	7
Inabilidade do serviço público ao tratar a comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	1	2	0	7
LGBTFOBIA dentro da própria comunidade	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	2	6
Consumo Excessivo de álcool	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2	5
Segmentação do Espaço	0	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Diversidade do Público	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	4
Democratização do lazer	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	4
Receio inicial de frequentar o espaço por medo de homofobia	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	4
Diversidade de atividades no espaço	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	4
Utilização do espaço como resistência por ocupação de corpos dissidentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	4

Espaço utilizado como lazer	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Elitização dos espaços fechados	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Falta de inovação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Produção de Lixo no espaço	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Violência (Boa noite Cinderela) / Assédio	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Estratégias de manutenção de segurança (Grupos/Uber)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Sensação de segurança (violência)	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Presença de heterossexuais (interação não negativa)	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Reinvenção do Espaço	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Diminuição do público	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Empoderamento	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Utilização política por conveniência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Território LGBT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Utilização Política do Espaço (ONGS e movimentos sociais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1

Fonte: Autoria Própria (2025)

Tabela 4 – Códigos divididos por aparições únicas (Horizontal)

Códigos	Entrevistas															TOTAL
	01	02	03	04	05	06	08	09	10	11	12	13	14	15		
Pertencimento	X	0	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X	X	X	12	
Sensação de insegurança (Demarcador variado)	0	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X	X	12	
Violência Assalto	X	X	0	X	0	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12	
Falta de outros espaços Seguros na cidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X	0	X	X	12	
Sensação de Segurança – Expressão de Gênero	0	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X	X	X	X	12	
Espaço seguro pra relações de afeto	X	0	0	0	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	11	
Redução da Faixa etária do público	X	X	X	0	X	0	X	X	0	X	X	0	X	X	10	
Autoconhecimento	X	0	X	0	X	0	X	X	X	X	0	0	X	X	9	
Memoração afetiva do espaço	X	X	0	0	X	0	X	X	0	X	X	0	X	X	9	
Drogas	X	X	0	0	X	X	0	X	0	0	0	X	X	X	8	
Segmentação da comunidade	0	X	X	0	X	0	0	X	X	X	X	0	0	X	8	
Falta de Policiamento	0	X	X	X	0	X	0	0	X	0	0	X	X	X	8	
Espaço funcionando como ponto turístico	0	0	X	0	0	X	0	0	X	X	X	X	X	X	8	
Experiência de Homofobia em Espaços não LGBTs	0	0	X	X	0	0	0	X	X	X	X	0	0	X	7	
Moradores de Rua	X	0	X	X	0	0	X	X	0	0	0	0	X	X	7	
Acolhimento	0	0	0	0	X	0	X	X	0	0	X	0	X	X	6	

Sensação de segurança (violência) –	0	0	0	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	X	2
Presença de heterossexuais	0	0	0	X	0	0	0	0	0	X	0	0	0		2
Falta de inovação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	X	0	0	0	0	1
Produção de Lixo no espaço	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	X	0	0	1
Violência (Boa noite Cinderela) / Assédio	X	0	0	0	0	0	0	X	0	0	0	0	0	0	1
Reinvenção do Espaço	0	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Diminuição do público	0	0	0	0	0	0	X	0	0	0	0	0	0	0	1
Empoderamento	0	0	0	0	0	0	0	X	0	0	0	0	0	0	1
Utilização política por conveniência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	X	0	0	0	1
Território LGBT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	X	0	0	1
Utilização Política do Espaço	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	X	0	0	1

Fonte: Autoria Própria (2025)

Essa divisão em dois métodos de avaliação permite perceber que algumas distorções são possíveis ao se analisar única e exclusivamente os dados finais das entrevistas. Alguns tópicos, possuem grande impacto em grupos menores dispersos na comunidade enquanto outros temas embora sejam universais não geram tanto alarde, como podemos destacar o código “Experiência de Homofobia em espaços não LGBTs” que é o quinto código com maior número de repetições, contendo 18 repetições ao longo das 14 entrevistas, porém é apenas o 14º código ao computar menções únicas pois é mencionado apenas em 7 delas, sendo ainda considerado um tema importante por sua exposição porém não tendo o mesmo impacto nas duas tabelas. Um exemplo mais expressivo, é o código “Falta de outros espaços seguros na cidade” que é apontado pelos entrevistados como um dos motivos pelo qual esse território se mostra tão importante e efetivo, tendo 12 repetições ao longo da entrevista ocupando o décimo lugar na classificação por repetições gerais, porém ele é mencionado em 12 das 14 entrevistas, sendo assim um dos códigos mais frequentes quando observamos as indicações únicas de cada código por entrevista.

Assim, para fins de categorização e contextualização dos códigos, serão definidas como baliza inicial para a seleção dos códigos eles terem sido mencionados em pelo menos 5 entrevistas (1/3 do total) para serem considerados aptos a serem categorizados. Durante as análises individuais das categorias e códigos, o contexto e o fator de expressão em entrevistas individuais será sempre levado em consideração. Assim temos como códigos válidos os apresentados na tabela a seguir.

Tabela 5 – Códigos Aptos para categorização

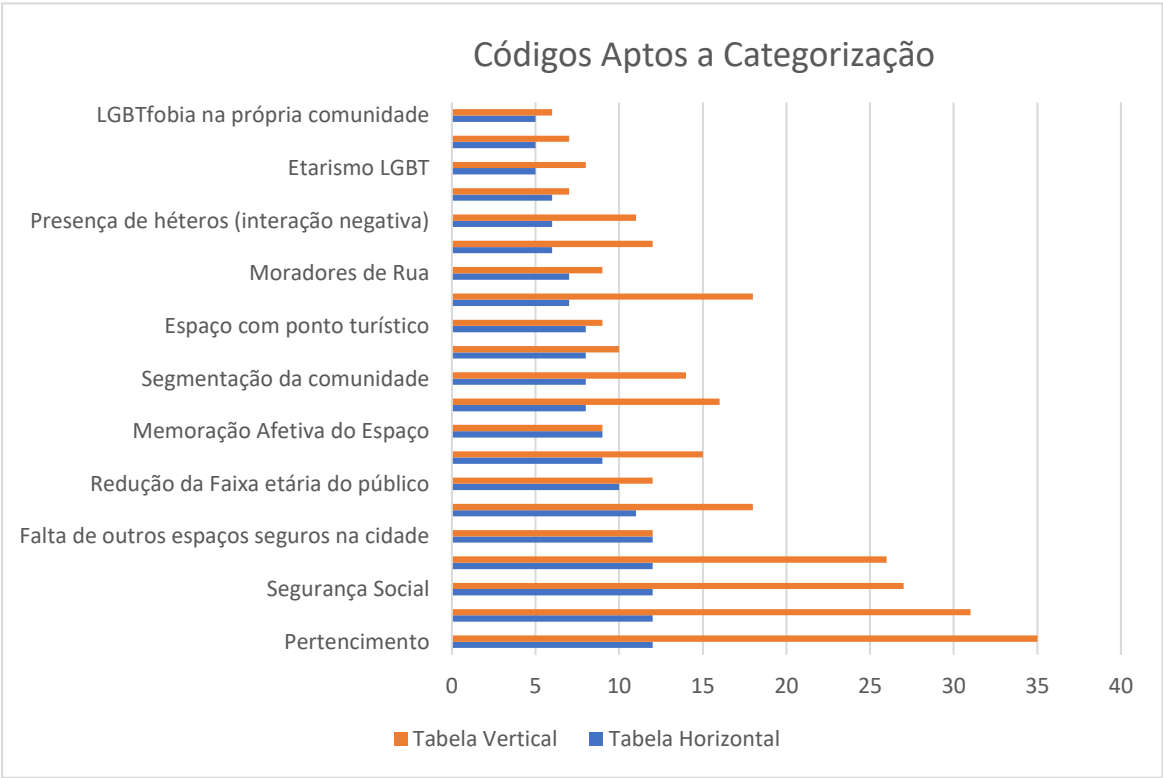
Código	Posição Vertical	Posição Horizontal
Pertencimento	35	12
Sensação de insegurança (Demarcador variado)	31	12
Sensação de Segurança	27	12
Violência Assalto	26	12
Experiência de Homofobia em Espaços não LGBTs	18	07
Espaço Seguro pra relações de Afeto	18	11
Drogas	16	08
Autoconhecimento	15	09

Segmentação da comunidade	14	08
Falta de outros Espaços Seguros na Cidade	12	12
Redução da Faixa etária do público	12	10
Acolhimento	12	06
Presença de Héteros (Interação Negativa)	11	06
Falta de Policiamento	10	08
Memoração Afetiva do Espaço	09	09
Espaço como Ponto turístico	09	08
Moradores de Rua	09	07
Etarismo LGBT	08	05
HUB Social	07	06
Inabilidade do serviço público ao tratar a comunidade	07	05
LGBTFOBIA dentro da própria comunidade	06	05

Fonte: Formulação Própria (2025).

Ou em uma representação gráfica mais acessível:

Gráfico 01 – Códigos aptos a categorização



Fonte: Elaboração própria (2025)

Tabela 6 – Códigos e Autores Referenciados na discussão

Tópico	Autores
Pertencimento, Acolhimento	Santos , 2008; Neto , 2021, Hutta , 2020; Mathias , 2023; Olmedo Neri , 2024.
Sensação de Insegurança, Violência (Assaltos), Falta de Policiamento	Spizirri , 2022; Pachankis e Goldfried , 2006; Costa et al , 2020.
Sensação de Segurança social	Hutta , 2020; Carvalho et al , 2019; de Farias & Gomes , 2021; Pereira , 2019; Mozer e Menotti , 2019; Silva , 2020.
Homofobia fora dos espaços LGBT	Macedo , 2017; Garcia , 2019; Barros et al , 2019, Almeida e Lugli , 2018; Rabelo, Neto e Silveira , 2023.
Espaço seguro pra demonstração de afetos	Pereira , 2019; Silva , 2020; Santos, Natividade e Feres-Carneiro , 2021.
Drogas	Glynn & Van De Berg , 2017; Ibuquerque e Parente , 2018; Mendez-Martinez et al , 2023).
Auto-Conhecimento	Aguiar & Bogater , 2023; Meneguzzo et al , 2024.
Segmentação da comunidade	Neto , 2021; Diniz , 2017.
Falta de outros espaços seguros na cidade	Tavares e Matos , 2021; Hutta , 2020.
Redução da Faixa etária do público	Russel & Nohan , 2005.
Presença de Héteros no Espaço	Dalpian e Silveira , 2020; La Rocca , 2019; Tran, Sullivan & Nicholas , 2023.
Memoração Afetiva	Lima e Silva , 2020.
Espaço como Ponto Turístico	Pereira , 2019; da Silva Lopes e de Carvalho , 2019; Leite, Zanetti e Toniolo , 2020.
Moradores de Rua	IPEA , 2023; Orchard , 2023; Garcia , 2023.
Inabilidade do Serviço Público ao tratar a comunidade	Levine , 1965; Serra , 2019; Leite Zanetti e Toniolo , 2020; Melo, Avelar e Brito , 2014.

LGBTFOBIA dentro da própria
comunidade

**Tan et al, 2023; Lima e Silva, 2020;
Neto, 2021.**

Fonte: Autoria Própria (2025)

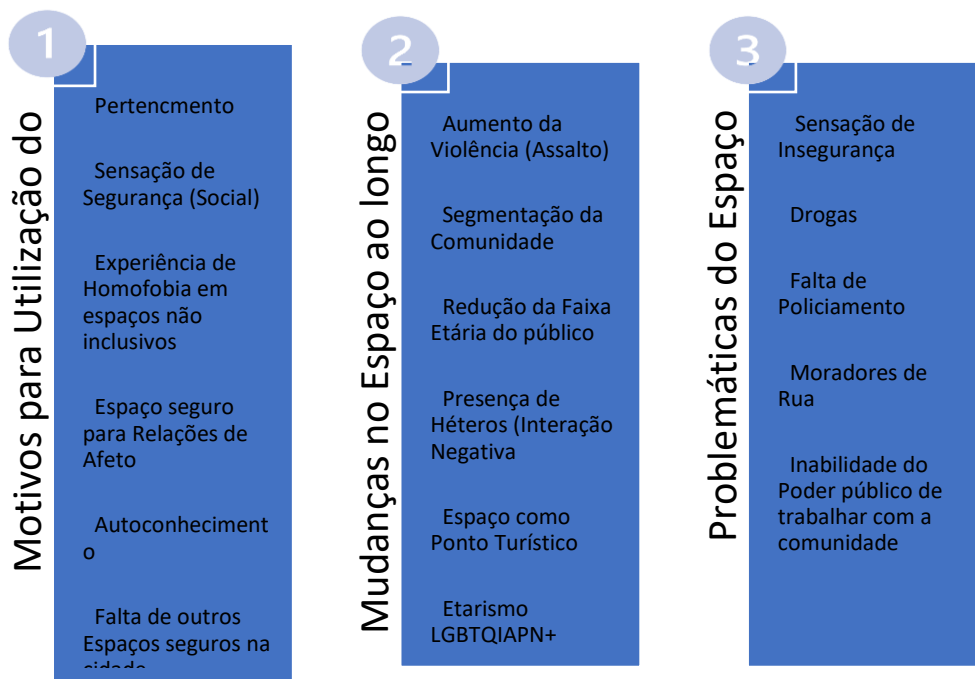
Buscando responder as questões apontadas no início deste trabalho foi optado por estabelecer grupamentos que fornecessem informações sobre as mudanças do espaço, o modo como esse território é percebido e utilizado por seus participantes e entender a partir do processo de observação e contextual das entrevistas os modos como o território se mantém ativo e proeminente. A partir dessa premissa, foi percebido que um tema havia se alojado de maneira irredutível ao estudo, tanto por sua presença constante nas entrevistas quanto por sua existência ser uma reação a uma das perguntas principais presentes neste trabalho.

Ao verificar as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, rapidamente foi percebido que em boa parte essas mudanças trouxeram problemáticas que marcaram a experiência do território de maneira pungente. Não havia como destrinchar o modo como o território é percebido hoje e suas alterações ao longo do tempo sem levar em consideração as problemáticas que surgiram e que hoje se mostram cotidianas ao espaço e a seus participantes. Sendo importante compreendê-las tanto para entender como as mudanças ao longo do tempo se refletiram, como para aferir se essas problemáticas interpelam a questão primordial de como este espaço se mantém necessário e em evidência como Território LGBTQIAPN+.

Assim, além das categorias específicas destinadas ao modo como o espaço é percebido e utilizado por seus membros, e sobre as mudanças percebidas ao longo do tempo, uma terceira categoria foi fundamentada traçando as principais problemáticas presentes no espaço atualmente.

Portanto os códigos encontrados e aptos, foram categorizados em 3 grupos específicos, sendo eles “Motivos para a Utilização do Espaço”, “Mudanças do Espaço ao longo do tempo” e “Problemáticas percebidas no espaço” como mostra a tabela abaixo.

Gráfico 02 – Códigos por Categoria



Fonte: Elaboração Própria (2025)

4.3.1 Discussão dos Códigos

Pertencimento

Durante o processo de entrevistas este foi com certeza o tópico de maior destaque sendo mencionado 35 vezes ao longo de 12 entrevistas. Na validação desse tópico foram utilizadas menções a expressão direta de pertencimento como também a menção aos campos nos quais o pertencimento é percebido, como a sensação de fazer parte do território, de compartilhar experiências com ele e se sentir à vontade no espaço em uma sensação de familiaridade. O pertencimento a um grupo social, é um ponto central na compreensão da identidade do indivíduo como discutido anteriormente e dentro do contexto da sexualidade apresenta uma importância maior pois está ligada diretamente ao entendimento não só de suas semelhanças, mas também de suas divergências do padrão externo. Nesse caso podemos expor alguns destaques retirados das entrevistas. Como nesse trecho em que o Entrevistado 05 responde após ser questionado sobre qual importância atribui ao espaço daquele território.

“Eu acho que, primeiro, resistência. Eu acho que identificação. Eu acho que. Eu acho que isso é uma identificação. Eu acho que é a

coletividade, viver sem grupo. Eu acho isso, eu acho que é isso. É você se ver no outro, você encontrar pessoas como você, pessoas que passaram pelas mesmas coisas que você ou que passam, ou que já não passam mais, né? E você tá ali, né, de igual pra igual.” (E05, 46 anos)

Esse excerto mostra que o pertencimento é um sentimento construído, baseado no reconhecimento mútuo de participantes com suas experiências pessoais similares. E nesse caso voltamos a citar Mathias (2023) quando ressalta em seu trabalho que a sensação de pertencimento é o principal motor de um grupo social que após se identificarem uns com os outros, passam através de seus laços de empatia buscar melhorar suas condições partilhadas, embora o autor advirta que o pertencimento não é uma sensação estável, precisando ser revisitada e reafirmada constantemente. Significa que fazer parte de um grupo é uma ação voluntária que se mantém ao longo do período pelo qual suas experiências pessoais são similares ou interligadas ao do grupo ao qual você está associado.

Outro entrevistado tem opinião semelhante:

“Independente se você é gay, bi, pan trans, você vai se identificar lá com o espaço e vai se sentir seguro. Eu mesmo sempre fui super bem tratado lá nas ninfas. Fiz um bocado de amigos, já bebi até de manhã, já chorei no meio fio, já dei conselho pra aleatório, já ouvi também. É um ambiente que me sinto muito bem, me sinto que não vou ser julgado por ser eu mesmo lá.” (E14, 33 anos)

Assim podemos perceber que o pertencimento, este reconhecimento mútuo entre os participantes é um dos pilares percebidos pelos próprios participantes para a manutenção do espaço e para a justificativa de seu uso. O que pode ser percebido principalmente por sua larga percepção tanto em repetições do tema quanto em validações únicas nas entrevistas realizadas.

“Mesmo que eu não queira entrar no Conchitas nem no MKB, nem do Nosso Jeito do seu jeito, sei lá nem na Metrópole, se eu não quiser entrar no Conchita em lugar nenhum eu posso ficar ali na rua porque eu me sinto à vontade ali eu posso andar de mãos dadas eu posso dar um beijo na minha esposa” (E06)

É interessante que nesse depoimento a E06 (Mulher cis lésbica) confirma que a territorialidade do espaço não existe apenas nos estabelecimentos que existem por lá, e sim o espaço da rua no qual estes estabelecimentos estão inseridos.

Sensação de Insegurança:

Com 28 menções ao tema em 12 entrevistas, dentro deste código foram reafirmadas percepções que denotavam sensações de inseguranças nas quais o motivo não era prontamente discriminado pelos entrevistados. Diferente do risco de assalto, furto e roubo que foi descrito prontamente em um código posterior, essa sensação de insegurança se mostrava mais genérica, per calçando inclusive âmbitos sociais ou psicológicos, como o medo de exclusão social ou de conflitos gerados por sua identidade sexual ou de gênero.

Embora os entrevistados geralmente reafirmam em outros momentos a questão da violência urbana como sua principal preocupação, há outros pontos que precisam ser considerados como demonstram as falas transcritas abaixo

“Eu me sinto um pouco inseguro ali pela rua, acho que pelo fato de ter muito gay, o pessoal vai querer intimidar, mas eu mesmo nunca presenciei nada de grave por ali” (E08, 34 anos)

“Sempre que tinha reuniões de pessoas LGBT, a gente fazia grupos no Facebook pra poder, ah, hoje tem encontros e tal, e beleza. Daí foi-se, como é que eu posso dizer? Foi cedendo muito pelo fato de, de pessoas marginalizadas querer afetar esse espaço, sabendo que a gente LGBT não é um público muito grande, não é? E comparada, né? Pessoas cisgêneras. E querer afetar a gente, né? (...) se alguém só tá fazendo alguma coisa, praticar alguma homofobia, vai ter alguém aqui pra me defender. E não, não tinha.” (E03, 28 anos)

A sensação de fragilidade somada a percepção do aumento da violência urbana como um todo gera nesta comunidade uma sensação de vulnerabilidade e impotência que pode justificar essa preocupação maior com essa ideia de violência subjetiva que apesar de não ser identificável de maneira clara é extremamente presente tendo sido citada 31 vezes em 12 entrevistas. Muitas vezes acompanhada de uma própria admissão do não entendimento do motivo da sensação como no caso da Entrevistada número 04 que ao ser indagada sobre o espaço do território e sua participação nele, assume que utiliza o espaço prioritariamente a trabalho, mas quando não encontra-se presente dentro do estabelecimento que trabalha se sente insegura de estar no espaço.

Essa percepção de fragilidade por estar em um grupo minoritário recebe o nome de “estresse de minorias” podendo se manifestar ainda em forma de ansiedade, depressão, apatia e outras disfunções psicológicas (Costa et al 2020)

Pachankis e Goldfried (2006) também propõe que essa sensação de insegurança é fortalecida pelas experiências anteriores de rejeição, que gera uma ansiedade específica voltada a se proteger de novas decepções reduzindo as expectativas em novas experiências. É importante salientar que em seu estudo, os autores apenas estudaram homens gays, entre 18 e 25 anos. A necessidade de um espaço no qual você se sinta confortável e seguro para expressar sua identidade de maneira autêntica é imprescindível para a manutenção de uma boa saúde mental e social.

E é um dos fatores mais qualificados pelos participantes do território em pesquisa para descrever a importância do espaço para eles e para comunidade.. Como no caso do Entrevistado 11 ao ser perguntado sobre como via sua participação no espaço, visto que era um espaço que durante o dia funcionava como um centro comercial e a noite sofria essa transformação em território LGBTQIAPN+:

“Ali era um lugar de libertação. Onde eu podia ser quem eu queria ser. Onde eu podia dançar, onde eu podia beber. Onde eu podia ficar com pessoas do mesmo sexo que eu, sem ser julgado. Então, aquilo me fazia bem, tá ali, sabe (...) E que. Ali. Eu podia ser. Né. É. Ser. Um. Ser. Vivente. Digamos. Assim. Não uma pessoa. Aprisionada. Sabe. Que. Que vivia presa” (E11)

Várias outras entrevistas relatam situações semelhantes na qual o Território em questão é muitas vezes o único espaço no qual podem expressar-se de maneira integral. Em alguns casos o espaço acaba tornando-se a única referência de espaço seguro para os indivíduos devido a circunstâncias familiares, religiosas ou de empregos.

Isso faz com que o Território se transforme não só em um espaço de acolhimento e aceitação, mas também em um espaço de realização pessoal, onde esses indivíduos podem se portar e existir em sua plenitude reduzindo a necessidade de filtros sociais e estratégias complexas de segurança. Gerando um impacto imensamente positivo na autoestima dessa comunidade e em sua relação com o Território e sua memória.

Imagem 22 – Expressões de Gênero Livre



Fonte: Autoria própria (2025)

Imagem 23 – Expressão Livre de Gênero 02



Fonte: Autoria Própria (2025)

Kachanoff et al (2020) discute em seu trabalho que a necessidade não apenas de expressar sua identidade, mas de ter sua identidade validada por sua comunidade de pares é um dos fatores mais importantes para a autorrealização dos indivíduos. O autor também menciona que essa conexão estabelecida, fortalece os laços sociais e estreita relações entre os indivíduos da comunidade e a própria comunidade, como uma ideia que pode ser defendida e melhorada. Próximo ao que afirma Mathias (2023) relatando sobre as relações interpessoais entre membros de um determinado grupo e a ideia do grupo em si.

Morreti, Vieira e Finkler (2022) atribui ainda parte dessa sensação de Liberdade de expressão percebida nestes territórios LGBTQIAPN+ a uma falta do que eles chamam “exemplos LGBT” na vida cotidiana desses indivíduos, teorizando que a falta de contato e acesso a indivíduos LGBTQIAPN+ em um contexto positivo, gera uma apreensão inicial que acaba forçando indivíduos queer a demorar mais a entender sua identidade ou sua sexualidade. Fazendo com que a experiência ao adentrar espaços que comportem essas referências tenham um efeito positivo reforçador.

Experiência de Homofobia em espaços não LGBT

A LGBTfobia é um problema percebido por toda a comunidade Queer, porém ela não atinge todos de uma mesma forma e dentro do processo de execução dessa pesquisa isso mostrou-se de maneira clara, durante as entrevistas esse assunto foi levantado 18 vezes em 7 entrevistas. Mas importante salientar que 100% das mulheres (cis e trans) mencionaram experiências negativas com LGBTfobia em espaços, enquanto apenas metade dos homens relataram, tendo inclusive algumas respostas que minimizavam o aspecto da violência como por exemplo o Entrevistado 08 (Homem, gay, cis) ao ser questionado sobre se sentir a vontade em frequentar espaços não LGBTs que responde que não se sente desconfortável em nenhum espaço, que inclusive algumas vezes acredita que chama atenção por fazer parte de um casal fisicamente atrativo, ele relata ainda que nunca sentiu sofrer homofobia ou exclusão nos espaços que frequenta.

Ou o Entrevistado 14 que ao ser perguntado sobre o mesmo tema discorre:

“Ah sim, assim eu me sinto confortável né, mas acho que sou privilegiado porque nunca fui vítima de homofobia nesses lugares. Às vezes o pessoal olha torto, mas nunca falaram nada pra mim. Mas tenho certeza que isso não é a regra pra todo mundo, infelizmente (...) eu me sinto seguro, não acho que disfarço não. Mas eu sei que sou

branco, padrãozinho, então isso facilita um bocado também né. Mas eu nunca tento fingir que não sou gay. A única coisa que me assusta nesses espaços héterotops é a trilha sonora mesmo, por isso que evito frequentar” (E14)

A probabilidade de um homem hétero sofrer violência homofóbica é exponencialmente menor que a de uma mulher lésbica ou uma mulher trans (Spizirri et al, 2022). Entretanto é possível perceber que na própria narrativa do Entrevistado 14 ele justifica sua passabilidade por ser “padrão”, branco e homem. Enquanto que o Entrevistado 08 ainda falando sobre o tema se assume “discreto” quando frequenta esses espaços. Isso demonstra que há ciência da homofobia, porém ela é mais fácil de ser evitada quando se segue um código de conduta ou aparência que favorece os homens. O que é bem perceptível na diferença entre os discursos das mulheres entrevistadas como o caso da Entrevistada 03 (Mulher trans, heterossexual) que relata que encara seu dia a dia como uma realidade perigosa, que muitas vezes o simples fato de estar nos espaços não especificamente designados pra ela a põe em uma situação de risco e ainda alerta para o aumento do risco quando introduzimos o álcool nessa equação. Ela menciona ainda que atualmente prefere reduzir os lugares que frequenta, visando estar apenas em lugares em que se sinta confortável e principalmente segura.

Em outra entrevista, a participante 04 (Mulher Cis, lésbica) relata outras situações de agressão, quando frequenta espaços heteronormativos e se sente coagida a não demonstrar afetos, por medo de represália, chegando a mencionar em seu relato espaços onde estava com sua esposa e foram advertidas pelos atendentes do local que era um local de família e que a permanência delas estava atreladas a não realizarem nenhum forma de demonstração de afeto. Essas experiências são repetidas na entrevista 06 (mulher, cis, lésbica) onde a principal diferença é que a participante demonstra uma atitude mais combativa, não aceitando as imposições de apagamento, mas ela mesmo relata que muitas vezes prefere não comparecer nesses espaços para evitar situações conflituosas.

Temos ainda na entrevista 15 (mulher trans, bissexual) que relata que já foi seguida por homens até o banheiro, e teve atendimento negado em mais de um estabelecimento simplesmente por ser transexual. Ela conta ainda que um dos efeitos relacionados a esta experiência é a falta de agência própria, pois não se sente segura

estando sozinha em nenhum espaço social, preferindo sempre estar acompanhada ou em grupo como estratégia de defesa.

Carla Akotirene (2019) reforça em seu trabalho que a os marcadores de dificuldade social, não são excludentes e se somam gerando uma interseccionalidade. O que é bastante percebido também nesse contexto onde o Gênero, mulher, gera um fator de risco muito maior dentro da comunidade LGBTQIAPN+ no que diz respeito a sofrer agressões LGBTfóbicas. Parte disso provavelmente está embutido dentro da estrutura patriarcal que se mantém presente no berço da cultura atual. (Bernales, 2024)

Essa discrepância percebida entre as percepções do público não se aplica somente a este tópico específico, embora este talvez seja o de maior contraste. Mas a experiência percebida pelas pessoas LGBTQIAPN+ é formatada de acordo com outros fatores que vão além de sua identidade de gênero e sexual. Como entendido ao longo deste trabalho a vivência desta comunidade é esperada e cobrada de acordo com a expectativa da sociedade dominante que se mostra masculina, héterocisnormativa e majoritariamente branca. Assim é preciso entender que embora toda a população Queer seja de fato ameaçada e exposta a LGBTFOBIA, grupos periféricos dentro da sigla acabam sofrendo uma maior parcela desta violência, assim retomamos os estudos de Akotirene (2017) quando ela situa que raça e gênero vão estar sempre ligados ao modo como essa vivência de mundo é experiencializada. Segundo a autora, a percepção de cor e gênero interpassa a de identidade sexual por ser imediata, o mundo reage a você por ser negra e mulher de maneira imediata, com sanções específicas aplicadas a estas categorias de identidades muito antes de analisar sua identidade sexual.

Um ponto que ainda é mais problemático quando trabalhamos a interseccionalidade é que esses marcadores de gênero são ainda mais difíceis para mulheres trans que muitas vezes não tem passabilidade (expressões e características físicas que a permitam emular uma “feminilidade” dentro da expectativa social). O que as empurra a um estado anterior ao que é delegado as mulheres cis. Letícia Nascimento (2021) em sua obra sobre o transfeminismo, relata que não só a idéia do feminino exclui mulheres trans, mas que também a luta feminista em muitos casos não acompanha a evolução da idéia de mulher. A autora comenta sobre como em muitos estudos e correntes do feminismo a inserção da identidade “mulher” das

peessoas trans ainda é visto como uma divisão do grupo mulher, e que apesar de teoricamente aceitas, muitas vezes a experiência delas como mulheres e suas necessidades específicas como pessoas trans não são levadas em conta ou postas em pautas de movimentos.

Bell Hooks (2019), grande socióloga e escritora sobre mulheres e raça é uma outra voz expoente que fala sobre como a idéia de um feminismo interseccional tem que levar em conta a vivência de pessoas queer, já que identitariamente, o movimento feminista é queer por natureza. Não no sentido da sexualidade, mas pelo desacordo com as normativas sociais as quais está inserido. A autoria utiliza em seus termos uma classificação para se auto definir como “queer-pas-gay” (algo como queer mas não gay). Identificando que a raiz das lutas das mulheres, cis, queer e especialmente trans, bem como o recorte das mulheres negras, tem um direcionamento em comum. É um “inimigo” único, o sistema social sexista no qual estamos inseridos.

Essa teoria de que o sistema age de maneira a cercear os direitos de mulheres especialmente periféricas não é novidade. Podemos reportar o discurso de Soujourner Truth, mulher negra nascida dentro de um sistema de escravidão que após adquirir sua liberdade questionava a falta de direitos dentro da sociedade eternizado na frase “Aint I a Woman?” (Eu não sou uma mulher) proferido em um discurso na convenção de direitos das mulheres em 1851 onde Sourjorner. E que embora hajam discussões sobre o texto exato do discurso, Soujourner relatava sua experiência como mulher escravizada, e a falta de direitos das mulheres na sociedade atual, centrando sua fala na perspectiva da falta de direitos ainda maior das mulheres negras, que não eram vistas nem incluídas nos movimentos feministas da época. (LEVENS, 2022)

Angela Davis (2016) sumariza essas relações quando fala que o conceito de mulher é mutável ao longo da história mas que sempre será marcado pelo verbo de luta. Segundo a autora, as mulheres tem se organizado mais e melhor a cada momento da história, o que assusta o sistema e faz com que ele reaja muitas vezes de forma violenta. Agredindo principalmente as pessoa com menor estrutura de amparo como as mulheres trans e negras. Angela ainda pontua que a única forma de vencer o sistema é a unificação das marchas minoritárias, dizendo que vê extremas semelhanças na luta dos movimentos LGBTQIAPN+, com o movimento negro e o movimento feminista.

Espaço Seguro para afetos

A necessidade de interação social já foi debatida nesse trabalho sobre diversas fontes, e dentre essas interações a busca por afeto e romance é um marco social que também engloba a população LGBTQIAPN+. Santos, Natividade e Feres-Carneiro (2021) aferiram que relacionamentos românticos, elevam o seu estado de bem-estar natural, porém este estudo foi realizado entre pessoas autodeclaradas hétero, não havendo até o momento um estudo similar envolvendo a comunidade Queer. E embora a extrapolação destes dados seja possível, é importante lembrar que mesmo que a natureza das relações românticas não se altere, o contexto social empregado a elas sim. Casais com vivências Queer, lidam com pressões e normativas sociais diferentes de casais hétero. Desde as dinâmicas do *rapport* social, até as expectativas da comunidade em relação a estas relações. E entre as principais diferenças que podemos relatar é o medo da violência. Pessoas queer, não tem a mesma facilidade de entrar em situações de flerte em espaços públicos por medo de ridicularização, rechaçamento e principalmente violência física e social. Por isso há uma importância tão grande quanto a possibilidade de encontrar, manter e participar de relações de afeto nos espaços considerados seguros.

“Sempre fui dentro de uma caixa então eu sempre tive medo de expor meus sentimentos e era muito preocupado com a visão das pessoas e as primeiras vezes que eu fui e que eu vi um monte de homem se paquerando para mim foi logo no início, foi um choque fiquei meio assustado e depois eu é depois eu normalizei essa situação, mas ali foi um passo importante foi para ver que eu posso ser o que eu sou “
(E08)

O choque com o modo como as relações acontecem nestes territórios, são interessantes de serem observadas porque denotam que a ideia de um relacionamento afetivo, ainda não estava completamente estabelecido no imaginário do entrevistado 08, já que ainda estava ajustando sua própria identidade.

Outros relatos como o do entrevistado 12 (Homem Cis, gay) que relatam medo de reações violentas se tentarem alguma aproximação afetiva fora do espaço. Ele relata ainda que muitas vezes não há nem uma tentativa de afeto, mas a simples aproximação já gera o risco de uma resposta violenta fomentada por homofobia.

Enquanto o entrevistado 14 (Homem cis, gay) contesta que o espaço é necessário para normalizar o afeto entre pessoas Queer, e que a comunidade precisa de espaços onde possam se expressar livremente sem a necessidade de se preocupar com sua segurança.

Um dos pontos que atualmente alteram o modo como as pessoas *queer* socializam afetivamente é a tecnologia. O desenvolvimento de espaços virtuais e aplicativos de encontros gera uma nova dimensão para essa afetividade restrita a espaços específicos. Embora aqui retornemos a Isayama (2020) quando se fala que a comunidade LGBTQIAPN+ é mais propensa a sofrer cyberbullying, e ser alvo de perseguição virtual. Somado ao estudo de Englander (2021) no qual estabelece que jovens *Queer* se sentem mais tensos ao desenvolverem relações afetivas/sexuais nos meios virtuais, e tem mais ansiedade durante o desenvolvimento dessas relações por medo de represálias.

Autoconhecimento

Entender as dimensões da própria identidade é um processo lento que necessita de tempo e espaço para ocorrer, muitas vezes se apoiando na convivência com outras pessoas que têm realidades similares permitindo que o indivíduo reconheça nelas características próprias que podiam ser rejeitadas ou latentes no seu interior. A entrevistada 15 relatando sobre a importância do espaço para sua vivência pessoal comenta sobre como a convivência no espaço e a partilha de experiências com seus participantes permitiu que se entendesse além do que acreditava ser sua própria identidade, percebendo-se uma mulher trans.

Foi um lugar muito importante pra mim, porque assim eu era um gayzinho muito afeminado, e era desaforado também. E assim foi indo com uns amigos ali pra rua que acabei conhecendo outras pessoas também, gays ultra afeminados, plenos belíssimos, e também foi onde comecei a perceber outros corpos também que eu comecei a perceber que faziam muito mais sentido pra mim. Eu me entendi trans porque convivi com elas ali. Rodando na rua, bebendo na frente do conchitas, indo pras festas. (E15)

Dentre os membros da comunidade LGBTQIAPN+ a disforia com a imagem acaba sendo bastante comum, devido à pressão estética que se aplica a ideia do homem gay ideal (Aguiar & Bogater, 2023). Participar destes espaços onde uma diversidade maior de identidades e corpos são frequentes permite que haja além de

uma aceitação da identidade pessoal, também uma aceitação de suas características físicas, melhorando a autoestima e a qualidade de vida dos participantes. (Meneguzzo et al, 2024)

Como exemplo disso temos o relato do Entrevistado 10 (homem cis, gay) onde relata que o espaço foi o primeiro espaço em que se sentiu aceito, tanto por ser gay, quanto por sua estatura física. Ele relata como o fato de ser pequeno era percebido antes de qualquer outra característica, e dentro daquele espaço pela primeira vez sentiu que as pessoas o viam além disso. Outros relatos similares são observados sobre o modo como perceber que outras pessoas tem características semelhantes a suas facilitam no processo de aceitação e auto empoderamento, como no excerto abaixo:

Porque a questão de ser gay, aí vem a questão de ser do interior, aí vai ser gordo, inclusive ser peludo, que tem muito preconceito ainda a galera com pelos e tal. E eu ver lá muitas pessoas iguais a mim, para mim foi, assim, libertador. E desde então eu mudei até o olhar para comigo mesmo, assim. Comecei a olhar para mim com mais carinho. Eu morri de vergonha de estar sem camisa. De sunga então, pelo amor de Deus. Depois desse dia eu comecei a olhar para mim com mais carinho. Olhar para o meu corpo de uma maneira mais, com afeto e orgulho. Então, acho que esse dia, esses dois dias em específico, lá em 2015, foi para mim, assim, libertador. (E11)

Outro ponto que pode ser percebido em diversos momentos ao longo das entrevistas, é o modo como a permanência e ocupação do Território acaba auxiliando no processo em que a homofobia internalizada derivada de imposições da cultura cis heteronormativa regente é confrontada pela vivência livre de outras pessoas no espaço. Permitindo que os participantes também transcendam esses padrões tornando-se mais verdadeiros com suas próprias identidades.

“Eu vejo muito nele do que eu era. Lá no passado aquela pessoa que se restringe se constrange com o olhar dos outros. Hoje em dia eu liguei o foda-se. pra todo mundo. Tá achando ruim dane-se pra lá. Mas aquela rua é um divisor de águas. Ela foi pra mim um divisor de águas. De eu me entender, de me empoderar com relação a isso. De entender que minha identidade, ela não precisa estar fechando a porta. Fechada por causa de uma igreja. Fechada porque o povo tá me olhando e apontando né. A gente já teve uma vez lá que a gente tava no no posto indo pra boate. passou o cara. passou o cara do caminhão do lixo: - E é frango? Aí eu: - Sou mesmo querida. Dei um beijo, dei um tchau. (E11)

Acolhimento

Acolhimento é uma expressão que está ligada a validação da experiência do outro, buscando gerar inclusão e facilitar a criação de laços de pertencimento. Mathias

(2023) estrutura que esse passo inicial na criação do pertencimento é a base da criação da identidade coletiva. Ou seja, o acolhimento é o ponto de partida para o estabelecimento de novos indivíduos dentro do processo de pertencimento e assim de fortalecimento da identidade do grupo pertencente a este território. Nesse caso podemos identificar que a sensação de acolhimento, vem de um momento anterior a ideia de pertencer, como a tentativa de fazer sentido aquele espaço antes de perceber a sua conexão com aquela realidade.

“Eu não tenho coragem Então foi quando eu comecei A ir com ele E aí depois que eu comecei a frequentar encontrei vários conhecidos E aí fui me sentindo acolhido E fui dizendo Não, realmente É tranquilo É um espaço que eu posso frequentar Isso não vai me denegrir Isso não vai mudar E aí com o passar dos anos Eu acho que isso vai se solidificando Você vai tendo a concepção E a percepção de outras coisas [pertencimento]” (E12)

Essa sensação inicial de sentir-se bem no espaço antes mesmo de fazer parte dele é o principal marco do acolhimento ao longo das entrevistas. Existem várias menções ao medo de “ser atacado” por gays ao chegar no espaço, ou de ser estigmatizado inclusive por não parecer gay o bastante, o que retrata bastante a ideia partilhada socialmente do Queer como figura predatória e sarcástica. Muito popular na mídia até hoje em dia. Assunto que não será debatido neste trabalho. Mas exemplificando essas colocações podemos citar o Entrevistado 01 (Homem cis, bissexual) relatando suas primeiras experiências nesse Território LGBTQIAPN+ e o receio que tinha de não ser bem recebido por ter uma “imagem mais hétero”, ou de ser excluído por não ter trejeitos ou aflições afeminadas.

Entretanto, em algumas das entrevistas realizadas o termo passa a ter uma conotação assistencialista. Se fala sobre pertencimento quando se refere a validação da experiência na formulação da identidade. Mas a expressão “acolhimento” passa a ser usada sempre em função da percepção ou necessidades de identidades consideradas ainda mais periféricas, como descreve o Entrevistado 08 (homem cis, gay):

É um espaço onde as pessoas se sentem mais à vontade em ser o que são. É livre de preconceito que ainda eu sei que ainda tem, é eu não sinto tanto na pele no sentido assim pelo mais meu estilo vamos dizer assim padrãozinho vamos dizer de ser. Ah eu não sinto tanto mas para o pessoal que é os trans são mais diferentes vamos dizer assim eles lá é um ambiente onde eles se sentem mais acolhidos (E08)

Não é possível traçar um paralelo entre o perfil dos entrevistados e a incidência dessa ocorrência devido a quantidade de amostras obtidas, porém mostra-se interessante observar tais episódios em estudos posteriores.

Falta de Outros Espaços seguros na cidade

As novas dinâmicas urbanas focadas no capitalismo acabam por reduzir as opções de lazer disponíveis na maioria das cidades, focando que espaços públicos sejam cooptados por iniciativas privadas que visam alguma forma de lucro e assim acabam reduzindo ainda mais os espaços nos quais as comunidades periféricas podem transitar e se relacionar (Tavares e Matos, 2021). Essa redução de áreas de lazer faz com que os territórios existentes acabem tendo uma relevância ainda maior e uma importância dentro da comunidade elevada, já que muitas vezes representam o único espaço no qual essas pessoas podem se expressar, relacionar e trocar experiências. (Leite, Zanetti e Taniolo, 2020) Em muitos dos casos relacionados, o espaço é o único ponto de referência dos entrevistados quando perguntados, nem mesmo sobre territórios, mas apenas espaços seguros para população LGBTQIAPN+ como visto abaixo onde a entrevistada 04 (mulher cis, lésbica) responde apenas locais presentes neste próprio território alegando que não tem conhecimento de outros espaços que tenham esta mesma função dentro da cidade:

Outra resposta frequente em algumas entrevistas denotam que mesmo que parte dos entrevistados não esteja atualmente frequentando o Território, ou evitem uma frequência corriqueira, ele ainda se apresenta como a única opção na qual possam se sentir confortáveis ou pertencentes nas atividades de lazer e socialização. O entrevistado 11 (Homem cis, gay) relata que não gosta do estilo musical mais frequente do espaço, e que tem problemas com a idade atual do público alvo que frequenta, mas que não há outras opções para a comunidade Queer com as mesmas possibilidades oferecidas pelo Território, o que o faz manter a participação mesmo que de maneira menos frequente.

A entrevistada 15 (Mulher trans, bissexual) descreve sua experiência como pessoa LGBTQIAPN+ dentro deste contexto da falta de opções:

“Outros lugares pra ir? Depende do que tu quer fazer. Tem uns bares que são bem lgbs, tem umas festas uns open bars. E tem uns espaços

assim mais íntimos entende (...) Tipo sauna, cinema, pra quando você quer encontro mesmo. Mas assim são sempre muito pontuais, assim são estabelecimentos fechados entende, você entra e lá dentro é até ok, mas da porta pra fora, você volta pro mundo real. Não consigo pensar em outro lugar como a rua do Conchitas pra gente. Ah tirando o carnaval né?" (E15)

A entrevistada 14 (mulher cis, hétero) descreve ao longo de sua narrativa, vários espaços que abriram e fecharam abarcando essa população, denotando que a durabilidade do Território em estudo está exatamente na sua capacidade de permear além dos espaços comerciais habitando a rua como espaço de socialização Queer.

Memoração afetiva do Espaço

Durante as etapas de entrevistas da pesquisa, foi percebido que boa parte dos entrevistados não frequenta mais o território (4 entrevistados), ou tiveram uma redução expressiva na assiduidade de frequência (2 entrevistados). Diversos motivos foram elencados para justificar essa ausência ao território, que serão inclusive discutidas posteriormente. Porém durante as entrevistas a maior parte dos entrevistados (9 entrevistados) relataram manterem uma relação afetiva com o espaço mesmo não havendo a permanência física nele.

Essa relação afetiva ainda presente, é própria dos territórios por ele adquirir sentido não só de espaço, mas de identidade anexado às experiências vividas pelos indivíduos enquanto participavam do mesmo. (Lima e Silva, 2020)

Entre a maior parte dos relatos, embora haja poucas menções a idéia de relação afetiva com o espaço, existem diversas narrativas pontuais onde os entrevistados descrevem momentos em que se sentiram próximos ao território, e que marcaram, ou definiram a percepção do que aquele território representava para eles. Em alguns casos os relatos são sobre momentos em que os participantes se sentiram tão a vontade no espaço que puderam agir sem se preocupar com a percepção alheia, como conta o entrevistado 08 (Homem cis, gay) sobre um episódio em que ao sair de uma parada LGBTQIAPN+ retornou ao Território e dançou trajando apenas uma sunga e a bandeira da diversidade, coisa que relata jamais tinha tido condições de fazer antes, porém sentiu como um momento catártico para ele.

Outros relatos ressaltam momentos específicos no qual o Território adquiriu uma significância especial para o participante, como no relato do entrevistado 01

(Homem cis, bissexual) que conta sobre uma festa de despedida que realizou no espaço onde conseguiu juntar os amigos e celebrar o momento realizando o sonho de assistir um show de Drag ao vivo.

Alguns relatos abordam de maneira mais geral a importância que o espaço teve ao longo do desenvolvimento das identidades dos entrevistados e como fortaleceu sua vivência como pessoa Queer:

Eita, o espaço das Ninfas, ali a Manoel Borba tem um significado muito importante pra mim. Foi onde eu aprendi a ser gay né, eu conheci o espaço através de alguém muito importante pra mim, eu falei né meu primeiro namorado, que infelizmente já faleceu. E foi ali que eu aprendi que era ok ser como eu era, fiz grandes amigos, namorei, aprendi a me aceitar e aceitar os outros. Foi onde comecei a viver minha vida de maneira mais verdadeira, então tenho muitas memórias incríveis de lá, mesmo com todo o problema da violência e tal né, a gente sabe que tem, mas não posso esquecer também do quanto eu me diverti e ainda me divirto por lá. Foi onde eu me senti também parte de algo maior sabe, construí minha identidade né, vi gente que nem eu, me senti seguro pra assumir quem eu era, principalmente porque eu cheguei aqui quase namorando uma mulher ainda *risos*. E não... né assim ninguém me julgou, ninguém veio falar que eu precisava ser assim ou de outro jeito, é uma sensação engraçada como se todo mundo de certa forma se conhecesse. Não sei se dá pra entender (E14)

Em alguns casos nos quais há uma percepção da importância do território e do desejo de participação, porém não há uma resposta clara do motivo pelo qual a participação continua, a não ser o afeto criado pelo próprio território. Assim é possível perceber que essas memorações afetivas ocorrem de maneiras diversas, mesmo que não tenham sido percebidas diretamente pelos entrevistados, concordando com o que propõe Hutta (2020) E Lima e Silva (2020) quando afirmam que o Território afeta seus participantes de maneiras particulares compreendidas por eles de formas distintas, não sendo uma experiência única ou universal.

HUB Social

Por sua própria definição, territórios afetivos são espaços de representatividade para uma população específica, então é esperado que a presença de membros dessa comunidade estejam presentes no espaço com frequência.

A possibilidade de encontrar, em um contexto social, pessoas queer no espaço é um dos fatores que impulsionam a participação do território. Durante o processo de etnografia, foi possível constatar que a maior parte dos participantes andam e agem em grupo dentro do território, porém esses grupos se modulam dentro do Território,

se alterando, agrupando novos membros e transitando entre os grupos que se formam. Há uma facilidade em sociabilizar no espaço pela confiança que de alguma forma existe uma similaridade entre todos os participantes do território.

Entretanto, há de se notar que o contato inicial no espaço pode ser dificultado na ausência de uma apresentação das dinâmicas e do espaço por alguém pertencente, como mencionado nas descrições etnográficas anteriores.

Talvez por ser o principal destino mencionado como espaço LGBTQIAPN+ na cidade o espaço absorva essa dimensão de funcionar como o ponto de encontro dos membros da comunidade, mesmo que não sejam em atividades marcadas previamente. Fato que é mencionado diversas vezes em entrevistas com a facilidade de saber que sempre vai encontrar alguém conhecido, por ser o destino frequente dos participantes.

O entrevistado 05 (Homem cis, gay) comenta que considera o espaço como um ponto de encontro aonde pode ir sem planejar e sabe que vai encontrar companhia. Enquanto a entrevistada 03 (Mulher trans, heterossexual) relata sobre a diversidade do espaço, tendo diversos espaços que atraem diversos grupos diferentes, permitindo assim que a variedade de pessoas que você possa encontrar no espaço seja muito maior.

Violência – Assalto

Diferente da sensação de insegurança descrita anteriormente, nesse caso o tópico fala especificamente sobre violência urbana no contexto de assaltos, furtos e roubos, que ocorrem no espaço de maneira frequente e sem contramedidas do poder público. Essa realidade tem um efeito ainda mais negativo quando relacionada a uma população que se percebe fragilizada dentro de um sistema social excludente, aumentando a possibilidade de ocorrência de casos de ansiedade, depressão e outros transtornos psicossociais. (Moura et al, 2022) Essa percepção da violência associada a assaltos teve o maior impacto negativo discutido entre as entrevistas sendo mencionada 26 vezes por 12 entrevistados embora todos os 14 tenham mencionado o conhecimento de que tem conhecimento dessa realidade no espaço, 2 não tiveram reações negativas pelo fato de se sentirem seguros.

Em seu relato o entrevistado 08 (Homem cis, gay) comenta que não percebe casos de crimes no espaço, embora considere que a cidade como um todo pode ser considerada mais violenta. Ele cita ainda que alguns estabelecimentos colocam seguranças na porta visando aumentar a segurança dos participantes. Seguindo por um caminho parecido a entrevistada 13 (Mulher cis, Héterossexual) afirma que proporcionalmente a rua do Território é um local seguro, pois tem menos crimes que outras regiões da cidade. Ela comenta ainda sobre o modo como os participantes se mantêm na frente dos estabelecimentos por se sentirem seguros no espaço.

Porém alguns relatos contestam essas afirmações por partilharem experiências bastante diferentes seja por estarem em situações socioeconômicas diferentes, ou por entenderem o direito de ocupação do espaço de outra forma, não se restringindo ao território em si, mas também em todas as suas dinâmicas envolvidas como transitar livremente pelo espaço e seus arredores.

“A violência, é, é um grande problema por ali. A rua mesmo ali na frente é bem seguro ainda, mas se a gente não for de Uber, é um perrenguezinho pra sair e chegar. Porque tem um pessoal que já fica ligado assim que a gente sai por aquelas ruas loterias ali, aí ficam esperando atrás das árvores dos carros. Só vendo quem vai dar bobeira e passar sozinho, aí é só o bote. Eu mesma só saio de lá pra pegar o buzu se tiver um grupo indo, o bom que sempre tem, o pessoal se ajuda indo junto. Mas senão nem sei, ia ficar lá até de manhã” (E15)

Infelizmente esse escalonamento na sensação de violência urbana, não é exclusiva desse território e vem apenas confirmar as afirmações do Fórum de segurança Pública (2024) que aponta que os crimes contra populações LGBTQIAPN+ vem aumentando gradativamente em estudos realizados desde 2014, tendo sido registrados 8.028 casos de violência específicas contra pessoas LGBTQIAPN+ apenas pelo VIVA/SINAN serviço federal de notificação de violências especiais. (FORUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022; Pinto et al, 2020)

Essa violência dirigida é percebida pelos usuários do território, quando relatam que sentem que são escolhidos como vítimas mais fáceis por sua sexualidade, ou pela falta de interesse público no investimento em segurança dessa população em específico.

“Foi crescendo a medida de assaltos, foi crescendo o tumulto, porque ali já teve até agora, que lá atrás eu não via, no começo, já havia até coisa de arrastão ali, hoje em dia. Então aumentou muito porque não tem segurança. E por sermos presas fáceis na vida, a maioria das pessoas marginalizadas, eles sempre vão querer estar descobrindo onde é que a gente está para poder estar fazendo isso” (E03)

Redução da faixa etária do público e Etarismo

A sociedade nos dias de hoje tem se alterado de maneira inegável, e embora a marginalização da comunidade Queer esteja longe de estar em um patamar de equidade com pessoas cis heteronormativas, há inegáveis melhoras nas questões de visibilidade e obtenção de direitos legais. Essas mudanças criam uma situação na qual os indivíduos conseguem cada vez mais jovem se entenderem como pessoas queer e assim buscar seus locais de pertencimento e sociabilização. Isso faz com que a presença de um público cada vez mais jovem nos territórios LGBTQIAPN+ seja frequente, o que gera reações variadas da comunidade que já estava inserida nestes espaços.

Inicialmente é possível perceber que não há respostas negativas sobre o pertencimento desse segmento mais jovens ao espaço. Nas entrevistas realizadas é percebido o consenso de que a possibilidade destes jovens já estarem cada vez mais cedo tendo acesso a estes espaços é o resultado de mudanças positivas tanto na visibilidade destas populações quanto no modo de relacionamento da sociedade em geral com ela. Sobre isso o entrevistado 05 (Homem cis, gay) comenta que se sente feliz ao perceber que essa população mais jovem consegue se expressar de maneira livre, citando as performances de gênero possíveis no espaço do Território utilizando a arte Drag como exemplo. Já que ainda em seu relato afirma que não seria possível ter essa liberdade em sua época de juventude.

Porém existe uma ruptura na cultura entre esses jovens que compõem a nova paisagem destes territórios, com seus participantes mais antigos, o que gera alguns conflitos de interesses e em alguns casos de sociabilidade. É perceptível que há um incômodo repetido em diversas falas sobre o compartilhamento do espaço e o modo como esse novo público afetava as socializações presentes ali.

“Então assim é interessante porque uma pessoa de 49 anos como eu já é coroa já é. E então você vai ..nem eu me sinto acolhido mais porque são outras experiências outras coisas e aí é difícil por exemplo, você só tem uma boate hoje na cidade e essa boate ela é só de teens. Ela não ela não me ela não me satisfaz mais ela não me não me agrada mais” (E12)

As relações entre os grupos Queer com idades muito díspares pode ser um indutor de conflito nesses territórios já que há uma ruptura cultural entre esses dois grupos, mais acentuado em homens do que mulheres, que fazem com que a validação de experiências possa ter pesos diferentes entre os grupos o que pode gerar atritos entre membros do grupo, ou em situações mais extremas sensação de afastamento e abandono (Russel & Bohan, 2005)

Uma problemática decorrente desses atritos e que também se mostra bastante presente nessas discussões sobre este território é o Etarismo, ou seja, o tratamento diferenciado, geralmente depreciativo, a uma parte dessa população devido a idade física que possuem ou até mesmo aparentam.

O território é um espaço inclusivo, no qual todas as identidades que se sintam acolhidas podem participar e socializar de maneira livre e espontânea, Dessa forma o modo como um dos estabelecimentos encontrou de mediar essa questão foi redistribuindo seu público, criando “momentos” separados pra essa população mais jovem quando eles têm maior dominância do espaço (sábado a noite, por boa parte dessa comunidade trabalhar/estudar e ser o único dia no qual podem participar do território de maneira mais frequente). E outro “momento” no qual o foco é o pertencimento dessa outra fase da população, que se mostra mais velha (domingo, por geralmente serem uma parte da população mais otimizada financeiramente, podem usufruir do espaço com menores impactos nesses momentos).

É interessante observar que o território em si não se altera, porém os estabelecimentos sim, criando uma atmosfera mais propícia a socialização destes grupos em seus momentos definidos de pertencimento. Isso se reflete nas escolhas musicais, nos serviços dos espaços, na decoração e inclusive no tratamento dispensado ao público.

Por exemplo, o Conchitas, dia de sábado, ele tem uma vibe mais popular, tem brega, então você vai, é lotado, é um público mais jovem, é mais humilde. É uma percepção que você não reconhece se você frequenta o domingo. Quando você vai no domingo, que é uma vibe mais MPB, é uma vibe mais samba, já é um público mais velho, é que é sempre o mesmo. Então aí você vê uma diferença muito grande (E05)

Entretanto é importante frisar que essas divisões são extremamente fluidas, pessoas mais velhas que não tenham dificuldades em partilhar o espaço com essa população mais jovem são frequentemente vistos nos espaços e momentos destinados a esse público e vice-versa.

As narrativas envolvendo etarismo, como esperado, ocorrem em sua maioria nos discursos de homens mais velhos, que frequentam o espaço a um tempo mais longo. Não significando por isso que mulheres não sofram o impacto do etarismo, apenas não foi identificado nessa pesquisa.

E ainda é preciso apontar que o etarismo é percebido também pela população queer mais jovem embora não sejam diretamente afetados por ele, são capazes de observar o modo como as dinâmicas sociais são alteradas por ele.

Segmentação da Comunidade

Como em qualquer grupo social, a comunidade queer, se subdivide em grupos baseados por afinidades. Esta divisão em grupos é a base do processo de criação de redes de pertencimentos e apoios. Participar de um território não invalida sua inclusão em outros grupos de afinidades ou inclusive outros territórios que representem sua vivência individual (Neto, 2021).

Nesse aspecto há uma clara segmentação definida no território do centro do Recife, onde apesar de todos se identificarem como LGBTQIAPN+, ou ao menos a esmagadora maioria, grupos menores acabam se formando e delimitando espaços nos quais estão mais presentes, o que acaba reformulando os espaços que formam o território.

Essa segmentação apresenta características negativas e positivas para a comunidade, enquanto alguns entrevistados, relatam que a variedade de espaços e de comunidades gera um maior acolhimento e faz com um maior número de pessoas sintam-se confortável e visibilizado no espaço, assim facilitando seu pertencimento ao Território como na leitura da entrevistada 03 (Mulher trans, heterossexual) quando menciona que uma das características mais fortes do espaço é a diversidade, onde cada grupo tem seu espaço, e todo mundo acaba podendo encontrar um espaço de interesses partilhados no local. Ainda segundo ela, essa característica é uma das razões do espaço ser tão representativo hoje em dia.

Há também relatos que essa segmentação enfraquece o próprio território, pois cria animosidades e disputas por espaço e visibilidade o que prejudica a integração da comunidade como um todo. E aqui podemos comentar sobre o entrevistado 08 (Homem cis, gay) quando fala que essas divisões tendem a aumentar o estigma de grupos marginalizados dentro da comunidade como as pessoas trans, já que essas divisões podem gerar ideias de “dominância” entre os grupos que existem no espaço.

Não raro, as próprias segmentações oriundas da comunidade queer, formam uma cultura própria e tão detalhada que possui por si só subculturas muito bem definidas, como no caso de uma das comunidades mais proeminentes atualmente neste território, a autointitulada, “Comunidade Ursina”. Os Ursos se declaram um grupo de homens gays com características em comum sendo terem corpos mais volumosos, pelos, e um apreço maior pela masculinidade aparente. É um movimento que se iniciou pela exclusão de homens mais velhos e gordos dos grupos sociais LGBTQIAPN+ na década de 80 e que se reuniram e ressignificam suas aparências e preferências. Com o crescimento deste movimento surgiram as novas subdivisões dentro da própria categoria dos ursos como os Muscle Bear (Homens musculosos que mantêm a afinidade com os pensamentos da comunidade porém não apresentam alguns dos traços físicos característicos), as Lontras (Homens mais magros e peludos, geralmente atraídos por homens corpulentos), os Chasers ou caçadores (Homens magros sem nenhuma característica física necessária, mas que preferem se relacionar com Ursos, muitas vezes por fetichização dos corpos destoantes), os Chubbies (Homens gordos porém com baixa presença de pelos nos corpos), os Snow Bear ou Ursos Polares (Homens que possuem características desejada aos ursos, mas apresentam cabelos e pelos grisalhos ou brancos pela idade) entre outras diversas caracterizações (Diniz, 2017)

“Eu acho que não é dentro da sigla, porque é dentro da sigla G, que eu acho que é onde mais tem segregação. Dentro das tribos que tem dentro da sigla G, a dos Ursos é a que mais tem, pelo amor de Deus.[...] Aquela é Lontra, é Twimk, é Chub, pelo amor de Deus, não. Tem hora que você não sabe o que você é, o que você se identifica.” (E09)

Presença de Heterossexuais em espaços LGBTQIAPN+ (Interações Negativas)

Os Territórios como discutido anteriormente são áreas de acolhimento, porém qual o limite deste acolhimento? A presença de pessoas não *Queer* em espaços

considerados seguros para a comunidade LGBTQIAPN+ é um tópico frequentemente abordado nas entrevistas e que gera reações controversas. Primeiro é importante frisar que não há um movimento anti-heterossexual nestes espaços, porém há um receio em muitos casos justificados de que pessoas Cis Heteronormativas representam um risco para os membros dissidentes que já recorrem a estes espaços como ambiente no qual possam se sentir livre.

Em alguns casos a narrativa perpassa uma questão pessoal, voltada para a não vontade de compartilhar espaços por experiências anteriores, exclusões sofridas entre outros tipos de micro agressões sofridas. Mas alguns casos tornam-se mais destacados por expressarem experiências negativas vivenciadas no próprio espaço, onde pessoas Queer foram assediadas ou agredidas por pessoas hétero dentro de seu espaço de pertencimento. Há relatos graves de assédio e violência, que reforçam a ideia da comunidade de não quererem partilhar este espaço.

“Eles iam e quando bebiam, os homens héteros né, eles bebiam lá na Metro e ficavam agressivos, agressivos querendo pegar as meninas. (...) a gente falava, olha, tem gente que tá vindo pra cá tá sendo, bebe, não sei o que usa mas ta sendo agressivo, ta querendo pegar as meninas a força. E tipo é complicado né” (E02)

LaRocca (2019) define essa cooptação hétero em espaços gays como reintegração de espaços de lazer onde o sistema cíclico ocorre de forma que a população Queer cria ambientes nos quais se sentem seguros, estes ambientes seguros atraem mulheres héterossexuais que buscam espaços onde possam sentir-se também seguras. Essas mulheres heterossexuais acabam por atrair homens heterossexuais que buscam situações de flerte e romance, porém em geral não sabem lidar com a realidade de um espaço Queer ou com os limites impostos à sua participação nestes espaços. Porém, devido a se manterem no status quo social, acabam tendo mais poder de disputa por espaços e liberdades.

Uma ressalva importante a ser feita é que ao menos nas entrevistas realizadas neste trabalho, as interações negativas com pessoas heterossexuais, foram 100% das vezes relacionadas a homens héteros e suas reações violentas no espaço.

Um destaque interessante se faz na fala da entrevistada 13 (mulher cis, hétero) por ser uma empreendedora do universo Queer onde declara as principais diferenças de trabalhar com o público LGBTQIAPN+ o público hétero, comentando que tendo tido empreendimentos que atendiam cada um dos públicos, ela percebia que os

empreendimentos voltados ao público Queer tinha uma incidência de episódios de violência muito menor do que os espaços voltados para o público hétero, e inicialmente ela mesma havia proposto a teoria que as pessoas se comportavam nos espaços Queer por medo de serem associadas ao espaço no caso de haver uma intervenção policial ou de outra forma. Entretanto mesmo nos dias atuais, ela mantém a posição que raramente tem problemas relacionados a brigas ou violências em seus empreendimentos LGBTQIAPN+ diferente da realidade dos empreendimentos voltados pro publico hétero.

É importante destacar que não é factível que a comunidade queer não tenha rusgas ou cisões dentro de seu movimento, porém a experiência partilhada de exclusão faz com que acabem sendo menos propensas a ações de violência e exclusão dentro da comunidade. Levine (1965) define a criação de espaços seguros e territórios como um movimento de populações marginalizadas que buscam reduzir os conflitos em que estão inseridas, porém é importante destacar que as dinâmicas inerentes às formações sociais que ocorrem dentro destes territórios, podem ressignificar relações de poder, fazendo com que grupos tenham influências diferentes no espaço gerando atritos e conflitos, causando cisões e micro agressões. (Tran, Sullivan & Nicholas, 2023)

Esse movimento de cooptação já é percebido pelos entrevistados em relatos onde citam espaços que já foram voltados para o público LGBTQIAPN+ e acabaram perdendo essa identidade em processos similares ao descrito por LaRocca (2019).

Espaço funcionando como ponto turístico

O território da Rua Manoel Borba como já discutido anteriormente tem uma representatividade cultural extremamente importante dentro da comunidade Queer de Recife. E essa influência acaba sendo disseminada entre semelhantes em cidades e estados vizinhos. Algumas cidades principalmente mais próximas a Recife, não tem espaços tão bem definidos ou seguros onde suas comunidades possam interagir de maneira tão livre, então esse espaço acaba sendo alvo de desejo não somente das pessoas da cidade mas também de vizinhos e moradores de cidades próximas que anseiam por vivenciar esse Território. Isso faz com que o espaço acabe se tornando

um foco de atenção turística entre a comunidade LGBTQIAPN+ quando se encontra na cidade do Recife ou em cidades vizinhas na região metropolitana (PEREIRA 2019).

Tem gente que vem de longe pra ta ali, eu mesmo sempre que tenho amigo que vem de fora e querem conhecer a cidade a gente sempre para por ali porque é um point importante pra galera LGBT (E14)

Há ainda relatos falando inclusive sobre outros aspectos turísticos do espaço que não se mantêm apenas na relevância territorial para a comunidade LGBTQIAPN+ como no caso da entrevistada 03 (Mulher trans, heterossexual) que ressalta não só o fato do espaço ser conhecido por pessoas Queer de outros estados mas também por ser um marco na cidade. Ela comenta ainda sobre a arquitetura dos casarões presentes na rua e como eles também acabam trazendo um apelo turístico para o espaço por serem preservados pelos estabelecimentos locais.

Essa relevância, traz importância e deferência para o espaço, o que deveria motivar o poder público a investir na manutenção do espaço, em segurança ou diversas outras necessidades imediatas já relatadas pelos participantes, porém, ao menos neste território específico a interferência do Estado, têm quase sempre um efeito negativo. O que vai contra o que Serra (2019) descreve em seu trabalho onde relata como o fortalecimento de espaços turísticos realizados de maneira eficiente e ordenada, beneficia não só o espaço em si, mas também toda a rede derivada do turismo na região, gerando receita e bem estar social para a comunidade.

LGBTFobia dentro da comunidade

Foi observado diversos relatos de atitudes e declarações de preconceito observados dentro da comunidade LGBTQIAPN+ pertencente ao espaço. Boa parte dirigida explicitamente a comunidade Trans, como no caso do Entrevistado 11 (homem cis gay) que fala que não se considera preconceituoso, mas que não gosta de afeminados nem de trans, pois não se sente confortável próximo a elas.

Outros relatos discutem as faltas de oportunidades das pessoas trans, principalmente mulheres, de partilhar os mesmos espaços tanto por rechaço social como em alguns casos por medo explícito da violência. Nesse estudo entretanto, dentre as representantes trans entrevistadas, não houve relatos de violências ou percepção de transfobia, no que tange às interações realizadas no Território ou com os membros do território, o que não indica que não essas agressões não existam,

apenas que não foram relatadas ou percebidos pelas entrevistadas, necessitando um estudo mais abrangente para realmente descartar a existência dessas agressões.

É preciso relatar que apesar de serem mais enfáticas, a comunidade trans não foi a única a ser mencionada de maneira negativa ou inferiorizada. Comentários foram realizados de maneira sarcástica ou irônica, se referindo a diversos grupos representados no espaço. Após as pessoas trans podemos mencionar como destaque para o público mais jovens e os ursos.

Novamente mencionamos Tan et al (2023) onde menciona que essa violência gerada por membros da própria comunidade e dirigido a membros também pertencentes a ela, é comum em espaços onde vários grupos diferentes coabitam o mesmo espaço. Pois as dinâmicas de poder nunca se estabelecem de maneira equitável fazendo com que uma suposta sensação de superioridade surja criando atritos e rusgas internas. Os autores chamam esse processo de violência lateral. Lima e Silva (2020) e Neto (2021) já afirmaram em seus trabalhos que a territorialização de um espaço não impede disputas internas ou rivalidades a partir da percepção de importância que cada grupo se dá dentro do espaço. Porém essas divergências raramente afetam o território de maneira definitiva. Um ponto levantado por Tan et al (2023) é que a principal tangente dessa violência lateral, é baseada em conceitos de raça, onde pessoas queer brancas, tendem a se sentirem superiores a pessoas queer negras e de cor, independente de sua identidade de gênero ou sexual, o que pode ser extrapolado na teoria de interseccionalidade defendida por Akotirene (2019). Já nos resultados obtidos nas entrevistas, os marcadores principais dessas microagressões estavam ligados a identidade de gênero e pertencimento de grupos. Essa disparidade de resultados pode ser explicada pelo tamanho da amostra do estudo presente, ou as diferenças entre os públicos estudados. Mas de toda forma estudos mais aprofundados mostram-se necessários para delimitar essa questão.

Presença de drogas no Território

Uma das reclamações frequentes recebidas sobre as problemáticas enfrentadas pelo território do centro da cidade, o consumo e comércio de drogas foi citado diversas vezes, como o entrevistado 05 (homem cis, gay) declarando que o consumo de drogas era muito mais exposto hoje do que na época que começou a frequentar o espaço, ou o entrevistado 11 (homem cis, gay) que relata já ter

presenciado, inclusive ações da polícia pra repressão do comércio de drogas no espaço embora o uso e comércio tenha continuado frequente após episódio. Não raro há citações como as da entrevistada 02 (mulher cis lésbica) sobre sua percepção do consumo de drogas:

E tinha um espetinho naquela Rua das Ninfas Como se fosse para a Conde da Boa Vista. Ali se você chegasse em uma hora esquisita e não tem nenhum movimento. Ali era um ponto de drogas. Era nítido. Era tipo escancarado. Eu ficava assim minha gente (E02)

Podemos entender duas questões estabelecidas pelas respostas dos entrevistados, existe claramente uma questão social em relação ao uso de drogas no espaço e a sua presença gerando um grau de insatisfação em parte dos participantes que não concorda com sua utilização, mas existe uma preocupação talvez mais demarcada no que a presença do uso e comércio de drogas demonstra mais uma vez a fragilidade da segurança do espaço, expondo seus participantes a riscos envolvidos nas ações de comércio, manutenção e utilização de drogas ilícitas.

Entretanto, o consumo de drogas não é um problema social recente, e dentro da comunidade Queer é uma questão ainda mais observada. Há diversos estudos que ligam uma maior inclinação da população Queer ao consumo de drogas (álcool e tabaco inclusos) como uma resposta a atos de rejeição, estigma e isolamento social aos quais estão mais frequentemente expostos do que a população geral (Glynn & Van De Berg, 2017; Albuquerque e Parente, 2018; Mendez-Martinez et al, 2023).

Outro ponto a se considerar em relação ao aumento da presença de drogas no espaço pode estar relacionado a redução da idade dos participantes já que Miech (2023) atesta que apesar do número geral de jovens utilizando drogas tenha se mantido abaixo dos números pré-pandemia o volume de utilização tornou-se maior, o que justificaria o aumento no consumo e comércio local, tratando-se de uma população com maior incidência de utilização do que a média.

Moradores de rua

O Brasil hoje conta com pelo menos 230 mil pessoas em situação de rua (IPEA - Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada, 2023), e esse número é calculado apenas entre pessoas que possuem cadastro no sistema de seguridade social do Governo Federal, podendo ser o número real muito maior. E por ser uma região central

da cidade, é esperado a presença de pessoas em situação de rua dentro do espaço onde localiza-se o território.

Porém essa presença é mal vista pelos participantes, por motivações diversas, alguns relatos justificam que a presença da população de rua, torna o ambiente desagradável, outros não se sentem confortáveis dividindo o espaço com estes indivíduos, mas a grande problemática percebida analisando as entrevistas é que a presença dessa população gera uma sensação maior de insegurança, pela imagem das pessoas em situação de rua estarem frequentemente anexadas a questões de violência, assaltos, furtos e outras problemáticas

Vinha outro público para lá. Que era pessoas que estavam pedintes mesmo. E muitos deles vinham com pedaços de faca. Com pedaços de ferro. E assim. Não era para amedrontar. Era para eles se defenderem. De alguma coisa. Mas aquilo amedrontava a gente. De poder ficar sentado. Às vezes de costas vinha alguém e tocava em você (E08)

Outros relatos comentam sobre como a interação com os moradores de rua acaba gerando um clima de tensão, seja pela percepção de uma necessidade de se manter atento ao seu redor, ou pela possibilidade de uma interação iniciada pelos moradores de rua tida como indesejada pelos entrevistados como no caso do entrevistado 11 (Homem cis, gay) que cita o momento em que um morador de rua passou por trás dele e tentou acariciar seu corpo indicando que tinha interesse em seu porte físico, o que gerou uma sensação de constrangimento no entrevistado e uma diminuição no desejo de permanência no espaço.

Imagem 24 – Moradores de Rua convivem no espaço



Fonte: Autoria própria (2025).

Entretanto é importante salientar que essa população de rua também é uma população periférica e vítima de diversas exclusões sociais, sendo muitas delas pessoas Queer que foram expulsas de casas por suas identidades vivências LGBTQIAPN+ (Orchard, 2023), Como pode ser relatado durante o processo etnográfico quando ao ser aproximado por um dos moradores de rua que transitavam na Manoel Borba durante a noite, e questionar o motivo pelo qual ele escolhia ficar por ali, tendo locais mais tranquilos pra dormir, recebeu a resposta que “Prefiro ficar aqui porque sei que não vão fazer violência comigo. A gente que é bicha tem que ficar perto das bicha mesmo”. Comprovando que mesmo sendo excluído pela comunidade, havia uma relação de pertencimento dele com o espaço, por identificar-se como gay

e saber que ali era um espaço LGBTQIAPN+ sentia-se seguro por considerar que aquele era o espaço da sua comunidade. O que concorda com o exposto por Vieira Garcia (2013)

Falta de Policiamento e Inabilidade de ação do serviço Público.

As problemáticas percebidas e relatadas pela comunidade LGBTQIAPN+ do centro do Recife, não são recentes, e a incapacidade do Estado em propor alguma solução, são reclamações frequentes nos relatos recebidos durante as entrevistas. Pelo tempo de funcionamento do espaço, sua localização e capacidade de público, mostra-se bastante improvável que o Governo não tenha conhecimento das problemáticas demonstrando um grau de omissão percebido pelos usuários daquele espaço. Dentre as principais reclamações relatadas está a falta de ação rotineira da força policial, e a brutalidade com a qual ela age contra a própria comunidade quando existe alguma resposta. O entrevistado 11 (homem cis, gay) ainda relata que há o pagamento de taxas de proteção ilegal a policiais, porém essa proteção não é percebida durante a experiência do espaço.

Um dos entrevistados (E08, homem cis, gay) se identificando como policial afirma que a falta de segurança é geral e que não percebe que o espaço seja tratado de maneira diferente pela corporação. Entretanto, a experiência geral dos participantes é semelhante ao que relata Leite, Zanetti e Toniolo (2020) quando mencionam a falta de confiança da população LGBTQIAPN+ no poder público, buscando resolver de maneira informal suas próprias necessidades no espaço territorializado estudados por eles.

Há ainda relatos sobre o tratamento irregular que as fiscalizações públicas dão aos estabelecimentos do local “buscando defeitos onde não existe, arrumando qualquer desculpinha pra tentar fechar o espaço” (E09, homem Cis, gay). O que apenas reforça o percebido por Mello, Avelar e Brito (2014), onde relatam que as ações governamentais que se estabelecem através de tentativas de reduzir a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ acaba esbarrando geralmente na inaptidão dos próprios servidores do Estado de tratar de dignamente e de maneira adequada essa população. Não são realizados projetos em parceria com as comunidades o que faz com que as necessidades dessa população não sejam plenamente compreendidas pelo poder público e assim as ações estruturadas tendem a ser falhas desde sua etapa

de planejamento. O que pode ser refletido na fala do entrevistado 14 (Homem cis, gay).

Outra coisa que acho foda é a falta de apoio dos serviços públicos, tanto da polícia quanto da prefeitura, porque podiam melhorar ali a rua sabe. Aumentar iluminação, colocar uma patrulhazinha de vez em quando, fazer aquele lugar servir de exemplo pra comunidade. [...] Porque é um point importante pra galera lgbt mas parece que o poder público não vê isso, ou vê e não se importa o que é pior né? Mas é mais ou menos isso. (E14)

Assim ao analisarmos os códigos pertencentes à categoria Motivos para utilização do espaço, verifica-se que os elementos destacados pelos(as) entrevistados(as), em conjunto com as observações advindas da etnografia realizada, evidenciam que a apropriação do Território se dá, predominantemente, por um uso de caráter social.

Na contemporaneidade, esses espaços seguros adquirem, muitas vezes, um caráter mais social, enquanto outras dimensões, como os embates políticos e legais têm se deslocado para ambientes virtuais e plataformas midiáticas. Ainda assim, os territórios preservam sua função essencial: proteger os membros de sua comunidade, não apenas no aspecto físico, mas também social e emocional.

O pertencimento é o principal fator responsável tanto pela introdução de pessoas ao território quanto o motivo pelo qual elas consideram que esse espaço se mostra importante para a comunidade, o que não vem como surpresa já que esse conceito de pertencimento é amplamente observado em estudos de espaços seguros e territórios como os de Leite, Zanetti e Toniolo (2020), Olmedo Neri (2024), Hutta (2020) entre outros

É importante lembrar que as relações afetivas estabelecidas com o espaço são descritas nas narrativas de acolhimento e descoberta da própria identidade, bem como em relatos sobre momentos específicos que geraram uma validação positiva do território. Embora circunstâncias externas, discutidas anteriormente, possam interferir na permanência desses sujeitos no espaço, mesmo aqueles que não mais o frequentam reconhecem a relevância que ele exerceu na construção de suas identidades e na trajetória coletiva da comunidade. Tal constatação corrobora a premissa de que, ao ser territorializado, o espaço passa a integrar de forma imaterial a própria estrutura simbólica da comunidade. Essa relação de pertencimento se

adapta conforme as experiências vivenciadas, mas permanece continuamente presente (Ribeiro e Hustner, 2019; De Oliveira, 2020).

Também mostra-se em válido destacar que o Território analisado se mantém de forma orgânica, sem a presença de lideranças ou estruturas hierárquicas claramente definidas. Por tratar-se de um espaço público e móvel — não restrito a uma organização ou local fixo —, sua preservação se dá por meio da participação ativa da própria comunidade. Tal dinâmica é sustentada pelo próprio conceito de território, cujas liberdades e possibilidades atraem os sujeitos, que, ao se apropriarem do espaço, também contribuem para sua manutenção. Esse processo de retroalimentação vai ao encontro do que Leite, Zanetti e Toniolo (2020) descrevem ao afirmar que o território se auto manifesta a partir da história que já carrega. O espaço conhecido como “Vale dos Homossexuais” agrega vivências e experiências de sociabilidade LGBTQIAPN+ desde a década de 1970, tendo se consolidado no imaginário da comunidade queer da cidade como um espaço de pertencimento, mesmo sem que tenha havido uma formalização ou direcionamento institucional nesse sentido.

Outro ponto de destaque do espaço em sua relação de importância para a comunidade LGBTQIAPN+ da cidade do Recife está em sua quase exclusividade como espaço gratuito e acessível para as pessoas Queer da cidade e arredores independentes de sua classe sócio-econômica por ser um território estabelecido em um espaço público. Em diversos casos, o espaço é descrito como o único ambiente disponível para esse tipo de interação dentro da comunidade em questão. Dessa forma o Território cumpre sua função ao adquirir significado e gerar um sentimento de pertencimento entre os indivíduos que dele participam.

Mesmo com o desenvolvimento de comércios e estabelecimentos particulares compondo o Território, partes importantes da socialização da comunidade ocorre na rua promovendo assim um espaço de validação de experiências dinâmico e acessível, similar ao que é relatado em estudos de outros “bairros” Queer (Larocca, 2019; Rosa, 2021; Quintero, De Oliveira Tourinho, 2023)

Entre as transformações mais expressivas observadas no território ao longo do tempo, destaca-se o aumento da diversidade de corpos e identidades que passaram a ocupar e integrar o espaço. Sujeitos dissidentes, mesmo dentro da própria

comunidade LGBTQIAPN+, como pessoas trans, não binárias, gender fluid, entre outras, têm, atualmente, maior visibilidade e presença no território. Leite, Zanetti e Toniolo (2020) descrevem fenômeno análogo ocorrido nos territórios da Augusta e Baixa República, em São Paulo. Nessa região, ao ocuparem um espaço anteriormente associado a populações dissidentes — como travestis e trabalhadoras do sexo —, a comunidade passou a incorporar tais experiências à sua realidade cotidiana, ampliando, assim, a diversidade presente no território.

Tal diversidade não se limita ao convívio entre diferentes identidades no espaço, mas estende-se também à sua economia, como percebido pela expansão dos estabelecimentos voltados para a comunidade e a abertura de espaços direcionados a segmentos específicos indicando o potencial econômico do Território e da própria comunidade como previsto por Pereira (2019) e Da Silva Lopes e De Carvalho (2019)

Outro aspecto a ser considerado é a diminuição da faixa etária dos sujeitos que frequentam o espaço. Jovens queer estão conseguindo identificar-se com suas próprias identidades em idades cada vez mais precoces, fenômeno possibilitado, em parte, pelo surgimento de referências midiáticas e sociais que dão visibilidade a essas vivências dissidentes. Isso os impulsiona a buscar, ainda na juventude, espaços de pertencimento (Munroe, 2020). Embora esse processo possa gerar conflitos geracionais, ele também contribui para a longevidade do território e amplia sua diversidade.

Por outro lado, o aumento da visibilidade do território contribui, de forma paradoxal, para o agravamento dos episódios de violência. A importância simbólica e social que o espaço vem assumindo para a comunidade LGBTQIAPN+ atrai olhares externos, o que, somado à ausência do Estado e à precariedade da segurança pública nos arredores, resulta na persistência de um cenário de violência elevado e preocupante. Nesse contexto, Olmedo Neri (2024) relembra que os Territórios LGBTQIAPN+ constituem espaços protetivos essenciais para a redução da violência dirigida a essa população. O autor aponta que os índices de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ tendem a ser significativamente menores em locais que contam com tais territórios, não apenas em razão da proteção direta que proporcionam, mas também devido à normalização da convivência com esses grupos sociais.

Esses dados, entretanto, parecem ir de encontro aos relatórios apresentados pelo Fórum de segurança Pública (2024) no qual as grandes capitais apresentam os maiores números de violência contra populações LGBTQIAPN+ nos últimos anos. Algumas teorias podem ser formuladas sobre estas questões como a subnotificação de violências contra pessoas LGBTQIAPN+ que seguem ocorrendo devido a falta de confiabilidade desta população no poder público.

O fato observado é que a percepção de violência tem se tornado mais frequente entre os frequentadores do Território, e embora esse escalonamento seja esperado com a ampliação do público presente, a homofobia ou a sensação de tratar-se de um público fragilizado pode sim ser um agravante nessa questão. (Moura et al, 2022)

No que se refere à manutenção do território como espaço ativo e como este espaço se defende ao longo do tempo, é possível destacar a constante renovação de público e o crescente interesse da comunidade. Indivíduos LGBTQIAPN+ estão cada vez mais presentes na esfera pública e encontram maior legitimidade para se reconhecerem como pertencentes a esses espaços, o que, por sua vez, reforça a potência simbólica e social dos territórios. Essa relação desenvolvida de importância com a comunidade permite que outras frações dessa comunidade sintam-se confortáveis em também fazer parte do espaço, ampliando a diversidade de seus participante. As relações estabelecidas com tais espaços permanecem fundadas em ideias como pertencimento, acolhimento e expressão identitária, pilares que também sustentaram os primeiros territórios. Contudo, a forma como esses sujeitos interagem com o território tem se transformado ao longo do tempo dinamizando estas relações e renovando o espaço permitindo que se mantenha relevante e receptivo ao longo do tempo.

4.4 MELHORIAS POSSÍVEIS E DIFICULDADES ASSOCIADAS

Ao longo deste trabalho foi sustentado a teoria de que espaços Territorializados LGBTQIAPN+ tem grande potencial turístico, seja por tornarem-se marcos da sociedade Queer local e atraírem membros de outras regiões que busquem esse tipo de vivência ou por tornarem-se espaços culturais de referência na cidade por suas características inatas boemias e criativas, porém é também destacado ao longo dessa pesquisa o descaso do Estado com estes espaços e sua população cativa.

Serra (2019) quando fala sobre as vantagens que espaços turísticos apoiados pelo poder público podem trazer para a cidade (tanto o Estado, quanto sua população) não leva em conta alguns fatores que tornam estes espaços Queer diferentes de outros espaços públicos.

O desgaste da imagem do poder público junto a comunidade LGBTQIAPN+ é um assunto que precisa ser debatido. Reis e Martins (2020) relatam que apesar de no campo legal há uma série de leis e normativas que realmente melhoram a qualidade de vida da população LGBTQIAPN+, a aplicação dessas normas e direitos segue sendo tema de atritos entre o Estado e a sociedade. Caumo e Calazans (2018) também afirmam que as necessidades das comunidades LGBTQIAPN+ muitas vezes não são atendidas unicamente pela criação e aplicação destas leis, pois parte dos problemas enfrentados por esta comunidade vem da prestação de serviços públicos como segurança, saúde e apoio social.

A iluminação pública e a implementação de policiamento nas áreas são medidas esperadas pelos usuários e que poderiam sanar grande parte dos problemas relacionados a violência local e a insegurança de entrar e sair dos espaços relacionados ao Território, entretanto, enquanto a instalação e manutenção de iluminação pública seja uma solução prática e dependente apenas de vontade política, a situação do policiamento urbano existem algumas dimensões que precisam ser consideradas.

Não é raro os relatos de pessoas LGBTQIAPN+ especialmente as de vivência mais periféricas como as pessoas trans e trans negras tenham experiências negativas com forças de segurança do Estado. Existe uma cultura institucionalizada dentro do poder público de que estas pessoas são suspeitas e não merecedoras de estarem compartilhando o espaço público como o resto da sociedade. Essa mesma cultura afeta mesmo que de maneira mais branda toda a comunidade Queer, onde suas relações e demonstrações de afeto são tidas como impróprias, exageradas e por isso indesejadas de serem percebidas.

Essas violências institucionalizadas pelo setor público que deveria defender estes cidadãos é um dos marcos pelo qual os espaços e a cultura Queer em geral se estabelece em locais onde o poder público tem pouco ou menor interesse de ação.

Shields (2021) estudando sobre a relação entre a comunidade LGBTQIAPN+

e polícia, relatou que grande parte da população queer só entraria em contato com a polícia em caso de crimes com ferimentos graves ou ameaça a vida. Preferindo conseguir ajuda de outras formas dentro da própria comunidade por não acreditarem que seriam levados a sério ou bem recebidos em delegacias ou estruturas oficiais. Entre pessoas trans a falta de confiança é ainda mais demarcada devido ao fato de elas acreditarem que sua identidade de gênero além de não ser respeitada, ainda seria um marcador negativo em sua narrativa.

Assim é visível que há uma necessidade urgente de treinamentos e sensibilizações dos agentes de segurança em relação a comunidade LGBTQIAPN+. Tanto no que diz respeito a suas fragilidades, mas principalmente a sua diversidade. Esses treinamentos precisam ser realizados em parceria com Organizações ou ONGs que sejam formadas ou trabalhem com essas populações de forma rotineira, e entendam sua realidade, vivências e necessidades específicas. Estes treinamentos além de agirem diretamente na interlocução das ações policiais com estas comunidades também serviriam para melhorar o planejamento de políticas públicas voltadas para a população Queer, já que muitos crimes voltados contra essa população, são subnotificados ou ignorados de forma plena pela força policial por não acharem “importante” ou não considerarem os fatores agravantes destes crimes aplicáveis, mesmo quando são tipificados em lei (ARAUJO et al , 2025)

É importante frisar que há casos que a própria força policial age como agressora em partes destes crimes, em especial contra pessoas trans em situação de prostituição e acabam sendo protegidos pelo corporativismo institucional e a desumanização desta comunidade como relata Efrem Filho (2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender como os espaços de lazer são percebidos como territórios afetivos para a comunidade LGBTQIAPN+ no centro do Recife. Ao empregar uma abordagem qualitativa, interpretativista, utilizando observação etnográfica, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos, foi possível aprofundar-se na complexa dinâmica do espaço conhecido como corredor da Rua Manoel Borba (ou "Rua do Conchitas" / Vale dos Homossexuais). A pesquisa

iluminou com sucesso a constituição e o significado deste território na perspectiva de seus participantes.

Os resultados demonstram com clareza a relevância social deste espaço específico para a comunidade LGBTQIAPN+ no Recife. Ele emergiu como um Território essencial porque serve, para muitos, como o principal, e por vezes único, ambiente seguro onde os indivíduos podem expressar-se livremente, identificar-se com pares, interagir socialmente, validar suas identidades e estabelecer relações afetivas sem o medo constante da LGBTfobia e exclusão aos quais são suscetíveis em outras áreas da cidade.

Alguns fatores que contribuem para a importância deste Território, conforme destacado pelos participantes em entrevistas, incluem o profundo sentimento de pertencimento que ele desperta. Este pertencimento é construído sobre o reconhecimento mútuo e experiências compartilhadas entre os membros participantes do local. O espaço é percebido ainda como um refúgio onde indivíduos podem experimentar, expressar e descobrir suas próprias identidades em um ambiente seguro. Além disso, oferece um espaço crucial para a busca por relações afetivas sem o risco de LGBTfobia. A falta de outros espaços seguros para a população LGBTQIAPN+ na cidade eleva significativamente a importância e relevância do território da Rua Manoel Borba. Isso se alinha ao conceito de territorialidade afetiva como resposta à exclusão social e forma de resistência.

E esta relação com experiências com o espaço ocorre há várias décadas fazendo com que seja o Território representativo Queer na cidade do Recife mais antigo em atividade na atualidade e por isso tenha uma representatividade tanto para a população que pertence ao Território, quanto para a população LGBTQIAPN+ da cidade que não participa do espaço, mas tem conhecimento de sua existência pela sua relevância na cultura desta comunidade local.

Entretanto, a pesquisa também demonstrou desafios e problemáticas significativas enfrentadas dentro do Território, frequentemente ligadas à inação ou inabilidade do poder público. Os participantes frequentemente relataram uma sensação de insegurança, não somente social, mas física e patrimonial. Violência e assalto foram questões comumente mencionadas, exacerbadas pela percebida falta

de presença do Estado em termos de policiamento, iluminação e medidas preventivas. A presença e o consumo de drogas, particularmente álcool, foram observados e anotados como problemáticos por alguns participantes. O Território também é um espaço compartilhado com pessoas em situação de rua, refletindo questões sociais urbanas mais amplas. Embora o território ofereça um espaço seguro contra a LGBTfobia externa, questões como preconceito e violência lateral dentro da própria comunidade (frequentemente ligadas à identidade de gênero ou pertencimento a grupos) também foram identificadas, juntamente com desafios como a segmentação etária.

Apesar desses desafios, o Território mantém sua vitalidade e função, operando de maneira orgânica, largamente preservado pela participação ativa da comunidade, em vez de hierarquias fixas ou organizações externas. As memórias afetivas associadas ao espaço se mantêm, mesmo para aqueles que não o frequentam mais, demonstrando sua duradoura importância simbólica na formação de identidades e na história coletiva da comunidade. Mudanças ocorreram ao longo do tempo, incluindo alterações demográficas, notavelmente uma faixa etária mais jovem que pode identificar-se mais cedo como Queer e assim procurar suas comunidades de pertencimento, e o espaço funcionando como um ponto de referência ou 'turístico' para indivíduos LGBTQIAPN+ de outras áreas.

Este estudo mostra-se significativo porque aborda uma notável lacuna acadêmica relativa aos territórios afetivos LGBTQIAPN+ e sua relação com espaços urbanos no Brasil, especialmente fora dos grandes centros metropolitanos. A escassez de pesquisas nesta área destaca a relativa invisibilidade da comunidade dentro do discurso acadêmico, espelhando sua exclusão social. Ao fornecer dados sobre as realidades, demandas e dificuldades enfrentadas por esta comunidade em relação ao lazer público, a pesquisa oferece insights valiosos para diagnósticos futuros e a formulação de políticas públicas mais abrangentes e inclusivas. A metodologia empregada, combinando observação e entrevistas dentro do território, provou ser eficaz na captura das interações próprias e significados simbólicos cruciais para a compreensão desses espaços.

No entanto, a pesquisa também identificou áreas que requerem exploração teórica e metodológica mais profunda. Por exemplo, são necessários estudos

adicionais sobre a interseccionalidade de gênero, identidade e raça dentro das experiências da comunidade LGBTQIAPN+ nesses espaços. Investigações mais direcionadas poderiam explorar problemáticas específicas em detalhe, como as dinâmicas da violência, o uso de substâncias entre diferentes grupos etários e as experiências específicas de subgrupos específicos, como indivíduos de identidades de gênero divergentes mais presentes nessa nova realidade. Os desafios enfrentados durante a coleta de dados, como o medo de exposição dos participantes, demonstram ainda a vulnerabilidade dessa população e as considerações éticas inerentes a tais pesquisas. A temática das discrepâncias de percepções e experiências dentro da comunidade quando analisada através das lentes da interseccionalidade também é um ponto que foi percebido no trabalho e precisa ser abordado com um maior aporte teórico e de amostragem.

Em conclusão, a preservação e o apoio aos Territórios afetivos LGBTQIAPN+, como o estudado, são de extrema importância. Eles servem como importantes destaques para o pertencimento, identidade e segurança em um mundo que frequentemente exclui essa comunidade. O estudo relata a necessidade urgente de reconhecimento e apoio público a esses espaços, não apenas como locais físicos, mas como Territórios sociais e culturais cruciais. As lacunas identificadas destacam a necessidade de pesquisa acadêmica contínua e focada que se aprofunde nas diversas realidades da população LGBTQIAPN+, fornecendo os dados necessários para informar políticas públicas eficazes e alinhadas à comunidade, visando garantir seu direito ao lazer, segurança e cidadania plena. Este trabalho, embora responda às suas perguntas iniciais, serve principalmente para suscitar novas questões e abrir caminhos para futuras investigações sobre esses territórios essenciais de resistência e resiliência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Y. M., BOGATER, J. H. Avaliação do comportamento alimentar e da percepção da imagem corporal de indivíduos LGBTQIAPN+ no recife e Região Metropolitana. TCC Graduação, FPS/Recife, 2023

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém. 2019

ALBUQUERQUE, G. A.; PARENTE, J. S. Violência perpetrada contra o grupo LGBT: Interfaces com desordens fisiológicas e psicológicas nas vítimas. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. Pág. 171–183, 2018. DOI: 10.18569/tempus.v11i4.1927. Disponível em: <https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1927>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ALMEIDA, D. E. R. G.; LUGLI, R. S. G. As cenas musicais como moldura analítica do lazer noturno: homossexualidades masculinas em perspectiva. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 747-758. 2018

ALMEIDA, F. M. de. (2022). O Lazer na Contemporaneidade: O Aprofundamento da Burocratização e Mercantilização do Lazer em Tempos de Acumulação Integral no Brasil. *LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 25(2), 281–309. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.40804>

ALMEIDA, M. Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. **História Oral**, v. 24, n. 2. 2021

ANDRADE, L. T.; Silveira, L. S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13. 2020

ARAÚJO, I. D. E. **Análise de elementos de gestão social em clube de lazer**: a racionalidade de processos organizacionais no Clube/CEPE. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2019.

ARAUJO, J. O.; BALBINO, A. B.; MOREIRA, A. J. S.; FIGUEIREDO, F. C. D. Uma Análise acerca do atendimento policial à população LGBTQIA+. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**. v. 19 n. 1 Dossiê - Cidadania plural: direitos das diversidades, inclusão social e justiça (parte I). MG 2025

ARRIOJA MORALES, G.; GALERA, S. Aparecida F.; TORRES REYES, A.; AGUILA, S. G. del R.o; AVILA ARROYO, M. L. de; CASTILLO, F. A. M. Fatores de risco para o consumo de álcool em adolescentes estudantes. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas** (Edição em Português), São Paulo, Brasil, v. 13, n. 1, p. 22–29, 2017. DOI: 10.11606/issn.1806-6976.v13i1p22-29.,

AVANCINI, G. R.; CARDOSO, G. C. S. Diversão para poucos? gentrificação e encruzilhadas sociopolíticas no entretenimento noturno porto-alegrense. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 5, p. e5078-e5078, 2024.

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Ed Almenida – SP 2011
- BARROS, L. D. O.; LEMOS, C. R. B.; AMBIEL, R. A. M. Qualidade de vida e satisfação com a imagem corporal de transexuais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 71(1). 2019
- BENANAV, A. As origens da informalidade: A OIT no limite do conceito de desemprego. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 3, p. e021007-e021007, 2021.
- BERNALES, M. R. **The lezurrection: lesbian identity in queer times**. Journal of Lesbian Studies. V – 1 – 20. 2024 <https://doi.org/10.1080/10894160.2024.2401261>
- BETTIN, E. B.; PEIL, L. M. N.; MELO, M. P.. Políticas públicas municipais de esporte, lazer e espaços públicos em Pelotas-RS na gestão 2009-2012. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 1, 2018.
- BILESKI, R. Homossexualidade em pauta: Um Breve panorama historiográfico. **Revista Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, V.4 n.1 p. 18-31 jan/jul 2018
- BOEHRINGER, S. **Female Homosexuality in Ancient Greece and Rome**. 424p, ed. Routledge, Londres, 2021. ISBN: 9781003158080
- BORGES, L. F. V.. Espaços públicos e o lazer: a importância desses espaços em comunidades. Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso, 2020.
- BORTOLOZZI, R. Mosaico de Purpurina: Revisitando a História do Movimento LGBT no Brasil. **Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde**, 13(3). 2019 —<https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1831>
- BRANDÃO, C. M. M. Quando foto-graphias (re)apresentam significações míticas do imaginário. Domínios da Imagem, v. 7, n. 12, p. 59, 30 Jun. 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988
- BRASILEIRO, M. D. S. O lazer e as transformações socioculturais contemporâneas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 1, n. 2, p. 90-108| 109-125. 2013
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. 15º ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2017
- CANOTILHO, J. J. G.; MENDES, G. F.; SARLET, I. W.; STRECK, L. L. **Comentários à Constituição do Brasil**. Ed. Saraiva Jur, SP. 2018
- CARDOSO, A. (2014). **Ensaio de Sociologia do Mercado de trabalho Brasileiro**, FGV, 2014
- CARVALHO, M. A.; RIBEIRO, M. S.; HUSTNER, R. C. **Da invisibilidade ao protagonismo: análise da trajetória do quilombo do tereré pelo viés do território e da territorialidade**. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. 2019
- CASTELLS. M. **A questão Urbana**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983
- CASTILHO, D. R. et al. Informalidade no capitalismo plataformizado. **O Social em Questão**, v. 1, n. 58, 2023.

CAUMO, B.; CALAZANS, M..Políticas Públicas para a População LGBTI no Brasil. In: **SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7. SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 3. LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 3.** Anais [...]. Rio Grande, 2018.

CAVALCANTI, J. H. X. et al. **Lugares de sociabilidade LGBTQIAP+ em Uberlândia-MG.** Repositório UFU, 2024.

CORIOLOANO, L. N. Ócio, lazer e turismo: avanços e recuos das formas do entretenimento humano. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 46244-46262. 2020

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Lazer e turismo: novas centralidades da sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 2, p. 3-22. 2014

CORUSSE, M. V. **A pedagogia vocal no canto popular brasileiro:** estética, técnica e formalização nas escolas técnicas e conservatórios públicos de São Paulo. Campinas, SP. Unicamp, 2021.

COSTA, A. B., PAVELTCHUK, F., LAWRENZ, P., VILANOVA, F., BORSA, J. C., DAMÁSIO, B. F., HABIGZANG, L. F., NARDI, H. C., & DUNN, T.. (2020). Protocolo para Avaliar o Estresse de Minoria em Lésbicas, Gays e Bissexuais. **Psico-usf**, 25(2), 207–222. <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250201>

COSTA, L. E. N. et al. **O ódio à transgeneridade advém do ódio à feminilidade-hipossuficiências e vulnerabilidades da sigla T da comunidade LGBTQIA+.** UFOP, 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Bookman 2010

DALPIAN, P. R. C.; SILVEIRA, T. Locais de Mercado, diversidade e exclusão interseccional. **Cad. EBAPE.BR** 18. 2020

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016

DAVOLI, A. L.; DA SILVA, T. C. R. **Turismo de eventos esportivos como forma de inclusão da comunidade LGBTQIA+.** TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba. 2022

DE ALMEIDA, F. M. O Conceito de Lazer: uma análise crítica. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 9, n. 16, p. 206-229. 2021

DE AMRIM, M. E. **Reflexões sobre natureza, território e territorialidade.** XXXV Encontro Estadual de Geografia (EEG) n. 35. 2018

DE FARIAS, D. O.; GOMES, I. M. M. Fluxos ativistas indígenas:: instabilizando a hipótese da guerra cultural a partir de afetos, territorialidades e temporalidades no Brasil. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 2. 2021

DE OLIVEIRA, A. A. **Lazer para quem precisa de Lazer.** UNICENTRO, 2019.

DE OLIVEIRA, N. M. Território: contributo sobre distintos olhares. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 9, n. 17. 2020

DIAS, C. A emergência Histórica do Lazer Revisitada. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 23, n. 50 2020

DUMAZEDIER J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva. 1973

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. Perspectiva. 2004

EFREM FILHO, R. À queima roupa: rebaixamento prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis. **Anuário Antropológico** v. 46 n. 3 30-48. 2021

ELIAS, N.; DUNNING, E. **Memória e Sociedade a Busca da Excitação**. Lisboa: Difel. 1992

ENGLANDER, E.K. Sexting in LGBT Youth. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, V-59 I-10. 2020
<https://doi.org/10.1016/j.jaac.2020.07.152>.

FEITOSA, M. Z. S. Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30. 2018

FERGUSON, A; FERGUSON L. **LGBT Travel Safety**. 2023. Disponível em <https://www.asherfergusson.com/lgbtq-travel-safety/> acesso em 15/04/2024

FERNANDES, E. R. Ser índio e ser gay: tecendo uma tese sobre homossexualidade indígena no Brasil. In **Revista Etnográfica** [Online], vol. 21, 2017

GALANTE, R. C. **Educação pelo Lazer**: A perspectiva do programa Curumin do SESC Araraquara. UFSC. São Carlos – SP 2007

GARCIA, C. **Direito a cidade LGBT+**: a ocupação do espaço público pelas diversas afetividades. Educação e Território. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/direito-a-cidade-lgbt>. Acesso em: 12/02/2024

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**: selected essays. Basic books, 1973

GONÇALVES, R. S.; BAUTÊS, N.; MANEIRO, M. A informalidade Urbana em Questão. **O social em questão**, v. 42, p. 9-26, 2018.

GUERRA, A. R. D. T.; WIESINIESKI, L. C. B. S.; BRASILEIRO, I, L. G.. Lazer e turismo LGBT em Brasília/DF sob a perspectiva da hospitalidade. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, Brasília**, v. 6, n. 11, p. 85-91. 2018

GURGEL, V. G. D. **Olhares sobre a informalidade**: uma crítica da proteção estatal em Pernambuco. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

HINO, A. A. F. et al. Acessibilidade a espaços públicos de lazer e atividade física em adultos de Curitiba, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00020719, 2019.

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019

HUTTA, J. S. TERRITÓRIOS AFETIVOS: CARTOGRAFIA DO ACONCHEGO COMO UMA CARTOGRAFIA DE PODER. **Caderno Prudentino De Geografia**, 2(42), 63–89. 2020

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. PNAD Contínua 2023. disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102107> 2024

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) - **A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS NÚMEROS DO CADASTRO ÚNICO**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2944-port>

ISAYAMA, H. F. Uma Análise das Políticas Públicas de Lazer Para a População Lgbt em Belo Horizonte. **Motrivivência**, v. 32, n. 63. 2020

KACHANOFF, F. J., COOLIGAN, F., CAQUETTE, J., & WOHL, M. J. A. Free to fly the rainbow flag: the relation between collective autonomy and psychological well-being amongst LGBTQ+ individuals. **Self and Identity**, 1–33. 2020 doi:10.1080/15298868.2020.1768890

KIEPEL, N.; BEAGAN, B.; LALIBERT R. D.; PHELAN, S. Silences around occupations framed as unhealthy, illegal, and deviant. **Journal of Occupational Science**, 26(3). 2018

LA ROCCA, M. Village People: Critical Reflections on a gay-branded space of Leisure in Rome. **Cidades: Comunidades e Territórios**. Ed 39. 2019

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1998

LAURETIS, T. **Tecnologias de Gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. **Tendências e Impasses: O Feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco.(206 – 241) 1994

LAZER in Dicio: Dicionário online de português. Disponível em : <https://www.dicio.com.br/lazer/>, 2024

LEDUR, A. P. S.; DURÃO, C. R.; DOS SANTOS, Í. P. **O lazer em municípios de pequeno porte: parque comunitário prainha em roque gonzales/RS**. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 20, 2022.

LEITE, M. S.; ZANETTI, V. R.; TONIOLO, M. A.. Territorialidade LGBTs: Um estudo da República e do Baixo Augusta no Centro da Cidade de São Paulo. **Sociedade e Território** – Natal. Vol. 32, N. 1. 2020

LEVENS, L. R. A word about . . . mythmaking, gender, and race in the histories of Ann Judson and Sojourner Truth. **Review & Expositor**, 118(3), 257-263, 2022

LEXICO. **Definition of Queer in English**.. 2019

LIMA, M. S. O.; DA SILVA, R. D. A UFRRJ como identidade territorial: a espacialidade e a territorialidade afetiva da instituição. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 2. 2020

LONDERO-SANTOS, A.; NATIVIDADE, J. C.; FÉRES-CARNEIRO, T. Do Romantic Relationships Promote Happiness? Relationships' Characteristics as Predictors of Subjective Well-Being. **Interpersona: An International Journal on Personal Relationships**, v. 15, n. 1, p. 3-19, 30 Jun. 2021.

MACEDO, G. S. **Isto é um lugar de respeito!**: A construção heteronormativa da Cidade-Armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista De Direito Da Cidade*, 9(1), 103–116. <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.26356> UERJ, RJ 2017

MAGNANI J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológico**, n. 32, 2009

MARCELINNO, N. C. Contribuições de autores clássicos modernos e contemporâneos para os estudos do lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 13, n. 4. 2010

MARCELLINO, N. C. (Ed.). **Lazer e esporte**: políticas públicas. Autores Associados, 2021.

MARCONI, M. A.; LATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 2010

MARIETTO, M. L. Observação Participante e Não Participante: Contextualização Teórica e Sugestão de Roteiro para Aplicação dos Métodos. **Rev. Iberoam. Estratég.** São Paulo v.17 n.4, pp.5-18 DOI: 10.5585/ijsm.v17i4.2717, 2018

MATHIAS, D. Pertencimento: discussão teórica **ALEA** | Rio de Janeiro | vol. 25/1 | p. 166-187 | jan.-abr. 2023 <https://doi.org/10.1590/1517-106X/202325110>

MEDEIROS, L. B.; FILHO, E. G. M.; SOUSA, D. S. Ocupação Do Espaço Urbano Pela Arte E Cultura Lgbtqia+ Como Mecanismo De Luta Na Garantia De Direitos. *Revista Direito.UnB* | Maio - Agosto, 2022, V. 06, N. 2 2022

MEDINA-MARTÍNEZ J, SAUS-ORTEGA C, SÁNCHEZ-LORENTE MM, SOSA-PALANCA EM, GARCÍA-MARTÍNEZ P, MÁRMOL-LÓPEZ MI. Health Inequities in LGBT People and Nursing Interventions to Reduce Them: A Systematic Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**. 2021; 18(22):11801. <https://doi.org/10.3390/ijerph182211801>

MELLO, L. AVELAR. R.B.; BRITO, W. Políticas Públicas de Segurança para a população LGBT no Brasil. **Estudos Feministas**. Ed 22(1). 2014

MENEGUZZO, P.; ZUCCARETTI, D.; TENCONI, E. FAVARO, A. Transgender body image: Weight dissatisfaction, objectification & identity - Complex interplay explored via matched group. **Internation Journal of Clinical and Health Psychology**. V-24 I-1. 2024 <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2024.100441>.

MEYER, D. E. E.; SILVA, A. L. S. Gênero, cultura e Lazer: potências e desafios dessa articulação. **Licere: Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação**. Belo Horizonte. Vol. 23, n. 2 (jun. 2020), p. 480-502. 2020

MIECH, R. A., JOHNSTON, L. D., PATRICK, M. E., O'MALLEY, P. M., & BACHMAN, J. G. Monitoring the Future national survey results on drug use, 1975–2023: Secondary

school students. **Monitoring the Future** Monograph Series. Ann Arbor, MI: Institute for Social Research, University of Michigan. 2023

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petropolis (RJ): Vozes. 2016

MIRANDA, R. M. **Mulheres ficam desassistidas por políticas de abrigo protetivo em São José dos Campos**. FPABRAMO, 2018.

MORETTI-PIRES, R. O., VIEIRA, M. e FINKLER, M. Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. **Saúde e Sociedade** [online]. v. 31, n. 4. 2022 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902022200662pt>
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902022200662en>>.

MOZER, T. S.; MENOTTI, G. **Grindr e sua gentrificação do afeto**. Anais do Seminário Comunicação e Territorialidades, v. 1, n. 5. 2019,
MUNROE, C.; KUALANKA, K.A. The “Second Generation:” LGBTQ Youth with LGBTQ Parents. In: Goldberg, A.E., Allen, K.R. (eds) **LGBTQ-Parent Families**. Springer, Cham. 2020 https://doi.org/10.1007/978-3-030-35610-1_15

MUZZIO, H. Uso da Fotografia na Pesquisa organizacional: Legitimidade e Potencialidades. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 1, e220012, 2023 | doi.org/10.1590/1982-7849rac2022220012.por| e-ISSN 1982-7849 | rac.anpad.org.br

NASCIMENTO, L. R. S.; RABELO NETO, A.; DA SILVEIRA, S. V. Consumo de turismo e lazer: uma análise sobre o público LGBTQIA+ em Teresina/PI. **Revista Informação em Cultura (RIC)**, v. 5, n. 1, p. 94-110. 2023

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo, Jandaíra, 2021

NETO, J. B. Sobre memória, identidade e territorialidade—reflexões a partir da Geografia. **Geog Ens Pesq**, v. 25, p. 02. 2021

NEULINGER, J. **The psychology of leisure**: Research approaches to the study of leisure. Charles C Thomas. 1974

NÓBREGA, F. S. et al. **Significados de consumo de lazer e o bem-estar subjetivo de mulheres lésbicas**. UFPB, 2021.

ÓCIO in Dicio: Dicionário online de português. Disponível em : <https://www.dicio.com.br/ocio/>, 2024

OLIVEIRA, A. A. N.; DIÓGENES, C. M.; DE ALMEIDA, D. M. F. Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Cadernos de Geografia**, n. 43, p. 67-80, 2021.

OLIVEIRA, D; COSTA, L. A. Avanços na Regulamentação da Política de Esporte e Lazer para as Pessoas com Deficiência. **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, 2021.

OLIVEIRA, H. F. R.; Vilela Júnior, G. B.; Oliveira, J. R.; Passos, R. P. Lazer e Qualidade de Vida. Revista CPAQV v. 15. n. 2. 2023, ISSN: 2178-7514 ISSN: 2178-751

OLIVEIRA, P. C. et al. "Sobrevivendo": vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190813, 2020.

OLMEDO NERI, R. A. . Urbanidad y estigma: la relevancia de los territorios LGBT+ en el estado de Jalisco, México. **CIC. Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 29, p. 51–67, 4 sep.2024 <https://doi.org/10.5209/ciyc.95199>.

ORCHARD, K. "Small Victories of Survival in a Deeply Homophobic World": Current Realities and Paths Forward for Substance Use in the LGBTQIA+ Community. **Columbia Social Work Review**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 45–62, 2023. DOI: 10.52214/cswr.v21i1.11206.

Pachankis, J. E.; Goldfried, M. R. Social Anxiety in Young gay men. **Journal of Anxiety disorders**, V -20 I – 8, 2006

PAIS, P. C.; ESPANHA, R. O humor em movimentos sociais: Criatividade e informalidade nas manifestações anti-austeridade em Portugal. **Sociologia On line**, n. 17, p. 136-159, 2018.

PEREIRA J. A. C. **Wepride agência virtual de turismo: uma proposta de lazer, conforto e segurança ao turista LGBTQIA+**. TCC (Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Pernambuco, Departamento Acadêmico de Formação de Professores e Cultura Geral - DAFG.2020

PEREIRA, B. C. J. Batekoo: território de afetos. **Arquivos do CMD**, v. 7, n. 2. 2019
PEREIRA, J. C. et al. **Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços públicos de lazer esportivo de Salvador**. UCSAL, 2019.

PGB - PESQUISA GAME BRASIL. **Report gratuito 2023**, PGB, 2024 disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8300663/mod_resource/content/0/PGB%202024.%20Pesquisa%20Game%20Brasil.pdf

PRYOR, J. T. Visualizing queer spaces: LGBTQ students and the traditionally heterogendered institution. *Journal of LGBT Youth*, v. 15, n. 1, p. 32, 27 Nov. 2017.

QUINTERO, B.; DE OLIVEIRA TOURINHO, A. Lugares de sociabilidade LGBTQIAP+ na cidade de São Paulo entre as décadas de 1930 e 2010. **Revista CPC**, v. 18, n. 35, p. 39-68, 2023.

RAHE, B. B. Covid-19, Saúde Mental e População LGBTQIAP+: uma realidade (in) visível. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 16, n. 43, p. 2815-2815, 2021.

REIS, D. A. S.; MARTINS, A. M. Diversidade sexual e políticas públicas de lazer para as pessoas LGBTTI. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 4, p. 510-534. 2020

ROSA, A. Territorialidade Queer: Território E Corpo No Centro De Goiânia. **Revista Arqueologia Pública** V.16 N.1. 2021

ROSA, L. S.; MACKEDANZ, L. F. A ANÁLISE TEMÁTICA COMO METODOLOGIA NA PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S. l.], v. 16, p. e8574, 2021. DOI: 10.7867/1809-0354202116e8574. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574>.

ROSSI, B. C. **Trabalho intermitente e trabalho autônomo**: a formalização do informal. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2023.

SACCOL, A. Z.. **Um retorno ao básico**: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração da UFSM**, 2(2), 250-269. 2009

SANTOS, F. C. Procurando o lazer na constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. **Movimento**, v. 20, n. 4, p. 1305-1327. 2014

SANTOS, F. C.; AMARAL, S. C. F. Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais. **Pensar a prática**, v. 13, n. 3. 2010

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec. 2001

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo. Hucitec, 1993

SHIELDS, D.M. Stonewalling in the Brick City: Perceptions of and Experiences with Seeking Police Assistance among LGBTQ Citizens. *Soc. Sci.* **2021**, 10, 16. <https://doi.org/10.3390/socsci10010016>

SILVA, A. L. O Método etnográfico: uma reflexão a partir da Catingueira -PB. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP** <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 11, n. 2, p. 191-209, jul./dez. 2018

SILVA, B. J. C. **Movimentos sociais, turismo LGBTQIA+ e hospitalidade: um olhar crítico acerca dos espaços gay friendly**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo. 2021

SILVA, J. P. G. **Espaços públicos de esporte e lazer: uma revisão sistemática**. UFMA, 2022.

SILVA, L. C. X.; ISAYAMA, H. F. Uma análise das políticas públicas de lazer para a população LGBT em Belo Horizonte. **Motrivivência**, v. 32, n. 63.2020

SOUSA, L. B.; BARROSO, M. G. T. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. Escola Anna Nery **Revista de Enfermagem**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 1, p. 150-155. 2008

SPIZIRRI, G.; EUFRÁSIO, R. A.; ABDO, C. H. N.; LIMA, M. C. P. Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. **Sci Rep** 12, 11176 . Disponível em <https://doi.org/10.1038/s41598-022-15103-y>. 2022

TAVARES, M. L.; ISAYAMA, H. F. Na parada do lazer: delineando as ações de lazer em ONGs LGBT de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 4, p. 579-597. 2014

TERZLI, E.; ISIK, U.; INAN, B. C.; AKYLDIZ, C.; USTUN, U. D. University students' free time management and quality of life: the mediating role of leisure satisfaction. **BMC Psychol** 12, 239 2024

TRANSRESPECT vs Transphobia: **Trans Murder Monitoring** (2008 – 2023). Disponível em <<https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring>> 2024

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil**. Da colônia à atualidade. 4 ed ver atual e ampliada Rio de Janeiro, Objetiva. 2018

VAINFAS, R. **Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1 ed., 2011, 309 p

VIEIRA GARCIA, M. R., (2013). Diversidade Sexual, Situação de Rua, Vivências Nômades e Contextos de Vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas em Psicologia**, 21(3),1005-1019.[fecha de Consulta 24 de Abril de 2025]. ISSN: 1413-389X.

WICKENS, C. M. The investigation of power in written texts through the use of multiple textual analytic frames. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, v. 24, n. 2, p. 151, 10 Aug. 2010

XIMENES, D. S. S.; DA SILVA, G. M. N.; MAGLIO, I. C.; CHIQUETTO, J. B.; AMATO-LOURENÇO, L. F.; VASCONCELLOS, M. P.; JACOBI, P. R.; COUTINHO, S. M. V.; CÉSAR, V. A. B. S. S. A importância dos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia na cidade de São Paulo (SP). **Revista LABVERDE**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 1, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-2275.labverde.2020.172291.

Apêndice I

Roteiro de Entrevista Semi estruturada sobre Território LGBTQIAPN do Centro de Recife - PE

Seção 1: Identificação

1. Você pode fornecer seu nome ou um nome preferido para esta entrevista?
2. Qual é a sua idade?
3. Qual é a sua identidade de gênero?
4. Qual é a sua orientação sexual?
5. Você mora em Recife e com que frequência você visita este território?
6. Você se considera um membro ativo da comunidade LGBTQ? Se sim, em que capacidade (por exemplo, organizador, participante)?

Seção 2: Utilização do Espaço

1. Quais espaços específicos em Recife você associa com a comunidade LGBTQ? (por exemplo, bares, clubes, parques, eventos)
2. Na sua opinião, qual papel esses espaços desempenham no fortalecimento da comunidade entre as pessoas LGBTQ?
3. Em relação ao espaço no centro do Recife, como você conheceu e se aproximou do espaço?
4. Como o modo como você interage com o espaço e com outros indivíduos, difere durante a utilização do espaço e seu dia-a-dia comum?
5. Quais as suas experiências de socialização enquanto pessoa LGBTQIAPN+ em ambientes heteronormativos?
6. Como você se sente em relação à inclusão desses espaços para diferentes identidades dentro do espectro LGBTQ?
7. Como você normalmente se envolve nesse espaço? (por exemplo, socialização, ativismo, eventos)
8. Existem costumes ou tradições locais praticadas dentro desse espaço que você considera significativos? Por favor, descreva.
9. Você já notou alguma barreira para acessar esses espaços? Se sim, por favor, elabore.
10. Como esses espaços evoluíram em termos de segurança e aceitação ao longo dos anos?

11. Sendo o espaço uma área de múltiplos empreendimentos, que “partes” do espaço você acessa com mais frequência, e quais as diferenças que percebe entre elas?
12. Qual a importância de existirem espaços abertamente LGBTQIAPN+ para a comunidade Queer?

Seção 3: Mudanças no Território ao Longo do Tempo

1. Desde que você começou a participar desse espaço, quais as principais diferenças que ocorreram ao longo do tempo?
2. Você consegue identificar algum indivíduo ou organização que tenha influenciado essas mudanças de maneira mais destacada? (líder de movimento, proprietário de empreendimentos, poder público)
3. Sua sensação de segurança e pertencimento aumentou ou diminuiu ao longo dessas mudanças?
4. Existem eventos ou marcos específicos que você acredita terem influenciado significativamente esse espaço?
5. Como você imagina o futuro desse e de outros espaços LGBTQIAPN+ em Recife? Quais mudanças você gostaria de ver?

Encerramento

- Existe mais alguma coisa que você gostaria de compartilhar sobre suas experiências como indivíduo LGBTQ em Recife?
- Obrigado pela sua participação! Você tem alguma pergunta para mim?

Apêndice II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **SEJAM BEM-VINDXS AO VALE: Territorialidade afetiva e informalidade do lazer da comunidade LGBTQIAPN+ no centro do Recife/PE**, sob a responsabilidade do pesquisador Pedro Ângelo Pinheiro de Freitas, a qual pretende compreender como espaços de lazer são percebidos como territórios afetivos para a comunidade LGBTQIAPN+ no centro da cidade do Recife (objetivo).

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista semiestruturada. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são risco de constrangimento durante a entrevista. Caso uma dessas vivencias ocorra o ponto da entrevista que gerou constrangimento poderá ser descartado de forma imediata e definitiva se for da escolha do entrevistado.

Se o/a Sr (a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para entender como as comunidades LGBTQIAPN+ utiliza o espaço de lazer do centro do Recife como território afetivo, como isso afeta suas relações e as relações com o espaço urbano.

Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O/a Sr (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisador/a responsável.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o/a pesquisador/a no seguinte endereço: Av. dos Economistas, sn - Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-420, ou pelo telefone (81) 99919-8727

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.